



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVI - Nº 142

QUARTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 1991

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 176ª SESSÃO, EM 8 DE OUTUBRO DE 1991

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

— Nº 261/91 (nº 530/91, na origem), restituindo autógrafa do projeto de lei sancionado.

— 1.2.2 — Aviso do Secretário-Geral da Presidência da República.

— Nº 1.074/91, encaminhando informações prestadas pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento sobre quesitos constantes do Requerimento nº 425/91, de autoria do Senador Esperidião Amin.

1.2.3 — Leitura de Projeto

— Projeto de Resolução nº 78/91, de autoria do Senador Pedro Simon, que cria a Comissão de Relações com a Sociedade Brasileira (CSB) de caráter permanente.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 78/91, lido anteriormente.

1.2.5 — Requerimentos

— Nº 701/91, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que sejam prestadas pelo Ministério do Exército, informações que menciona.

— Nº 702/91, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que sejam prestadas, pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, informações que menciona.

1.2.6 — Comunicações da Presidência

— Recebimento, da Associação das Indústrias de Sucos Tropicais do Norte e Nordeste — ASTN, manifestação contrária à aprovação de dispositivos que menciona ao Projeto de Lei da Câmara nº 50/87, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas e dá outras providências.

— Deferimento dos Requerimentos nºs 691 a 694, de 1991, da Senadora Marluce Pinto e dos Senadores Esperidião Amin e Teotônio Vilela Filho, respectivamente, lidos em 4 do corrente.

1.2.7 — Discursos do Expediente

— SENADOR OZIEL CARNEIRO — Falecimento do ex-Deputado Estadual José Maria Lins de Vasconcelos Chaves.

— SENADOR IRAPUAN COSTA JÚNIOR — Reportagem do último número da Revista *Veja* sobre o episódio do leilão da Usiminas, ocorrido no Rio de Janeiro. Acusação contra o Deputado José Dirceu — PT, em notícia veiculada na revista *ABC Político*.

— SENADORA JÚNIA MARISE — Homenagem ao Jornal *O Estado de Minas* pela política de integração dos municípios do Estado e pela excelência dos serviços prestados à comunidade.

— SENADOR NELSON CARNEIRO — Intenção do Governador Leonel Brizola de extinguir até o final do ano a Companhia do Pólo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COPERJ).

1.2.8 — Requerimento

— Nº 703/91, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando transcrição nos Anais do Senado Federal, dos artigos publicados no *Jornal do Brasil*, edições dos dias 3 e 4 de outubro corrente, de autoria respectivamente, de Dom Marcos Barbosa e Dom José Carlos de Lima Vaz, comemorativos do centenário de nascimento do escritor católico Jackson de Figueiredo.

1.2.9 — Comunicação

Do Sr. Teotônio Vilela Filho, que se ausentará do País, no período de 6 a 11 de outubro de 1991.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PÔRTO**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

1.2.10 — Requerimentos

— Nº 704/91, de autoria do Senador Maurício Corrêa, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Resolução nº 76/91, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte. **Aprovado.**

— Nº 705/91, de autoria do Senador Nelson Carneiro, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Carlos Octávio Flexa Ribeiro. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Nelson Carneiro, Marco Maciel e Humberto Lucena.

— Nº 706/91, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando ao Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, informações que menciona.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 84/91 (nº 1.450/91, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação das seções judiciárias dos Estados de Tocantins, Amapá e Roraima, reestrutura os serviços de Justiça Federal de 1º Grau e dá outras providências. **Aprovado**, tendo usado da palavra o Sr. Marco Maciel. À sanção.

Projeto de Decreto Legislativo nº 82/91, que susta os Atos Normativos do Poder Executivo que objetivam realizar o processo de privatização da Usiminas. **Discussão adiada** para reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do Requerimento nº 707/91, após usarem da palavra os Srs. Humberto Lucena, Odacir Soares e Maurício Corrêa.

1.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3.2 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR RONAN TITO — O papel do Estado na economia e na sociedade.

SENADOR CID SÁBÓIA DE CARVALHO — Comentários sobre a Medida Provisória nº 299/91. Defesa da manutenção do texto atual da Constituição.

SENADOR EDUARDO SUPPLY, como Líder — Caminhada de trabalhadores sem terra rumo a Presidente Prudente — SP, em luta pela reforma agrária.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Comemorações pela passagem do 1º centenário de nascimento do escritor sergipano Jackson de Figueiredo.

SENADOR ODACIR SOARES — Política de transportes. Implantação do sistema hidroviário de transporte no Brasil.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Números registrados pela última pesquisa **DataFolha** — 15 de setembro, de avaliação da administração do Presidente Collor nos dezoito meses de governo.

SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Nota da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, denunciando violência contra agricultores no sul do Pará.

SENADOR NELSON WEDEKIN — Considerações sobre licitação de obra de saneamento básico em Florianópolis — SC.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**1.4 — ENCERRAMENTO****2 — RETIFICAÇÃO**

— Ata da 115ª Sessão, realizada em 5-8-91

3 — ATOS DO PRESIDENTE

— Nºs 726 e 727, de 1991

4 — MESA DIRETORA**5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

Ata da 176ª Sessão, em 8 de outubro de 1991

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Dirceu Carneiro e Lucídio Portella

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Alexandre Costa — Almir Gabriel — Aluizio Bezerra — Amazonino Mendes — Carlos De'Carli — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Saboia de Carvalho — Coutinho Jorge — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Flaviano Melo — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Irapuan Costa Júnior — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney — Júnia Marize — Jutahy Magalhães — Levy Dias — Lourenberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavour — Marluce Pinto — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Odacir Soares — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Ronaldo Aragão — Roman Tito — Ruy Bacelar — Telmo Vieira — Valmir Campelo — Wilson Martins

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 53 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafo do Projeto de Lei sancionado:

Nº 261/91 (nº 530/91, na origem), de 7 de outubro corrente, referente ao Projeto de Lei nº 16/91-CN, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$578.256.000,00 para os fins que especifica".

Projeto que se transformou na Lei nº 2.241, de 7 de outubro de 1991.

AVISO DO SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Nº 1.074, de 7 do corrente, encaminhando informações prestadas pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento sobre quesitos constantes do Requerimento nº 425, de 1991, de autoria do Senador Esperidião Amin.

(Encaminhe-se cópia ao requerente.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 78, DE 1991

Cria a Comissão de Relações com a Sociedade Brasileira (CSB) de caráter permanente.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É criada, no âmbito do Senado Federal, a Comissão de Relações com a Sociedade Brasileira (CSB), em caráter permanente.

Art. 2º A Comissão de Relações com a Sociedade Brasileira será integrada por 27 (vinte e sete) membros.

Art. 3º A Comissão de Relações com a Sociedade Brasileira compete:

I — realizar, de iniciativa própria ou por solicitação daquelas, audiências públicas com entidades da sociedade civil, para instruir matérias em apreciação pelo Senado ou tratar de assunto de interesse público relevante;

II — realizar estudos e determinar pesquisas que orientem as ações do Senado em relação às expectativas globais ou específicas da sociedade;

III — estabelecer e manter canais de comunicação permanente e organizada com as chamadas organizações não governamentais (ONG) para o intercâmbio de opiniões sobre questões específicas colocadas ao exame do Senado e receber proposições sobre assuntos de iniciativa do Legislativo;

IV — receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas, e diligenciar que sejam verificadas e, se for o caso, atendidas, dando ciência aos solicitantes sobre as providências tomadas;

V — fixar princípios e normas de relacionamento do Senado com os órgãos de comunicação;

VI — estimular a implantação de mecanismos de fiscalização dos atos do Governo, valendo-se do concurso de entidades da sociedade civil organizadas e dos recursos da Casa;

VII — exercer as funções de Corregedoria do Senado Federal.

Art. 4º As competências do art. 90, incisos II, IV e XIII, em consonância com as disposições dos artigos 93, 94, 95 e 96 do Regimento Interno do Senado Federal, serão exercidas pela Comissão de Relações com a Sociedade Brasileira e, supletivamente, pelas demais comissões, segundo a matéria objeto de exame.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

As relações entre o Senado Federal e a Sociedade Brasileira se processam, na prática, com a intermediação, nem sempre isenta, da mídia.

Com efeito, salvo o relacionamento "inter pares" verificado no dia-a-dia dos trabalhos parlamentares e as comunicações fortuitas entre Eleitor e Eleito, pouco escapa à mídia oligopolista.

E mais, o parlamento — onde individualizamos o Senado Federal — particulariza suas atenções no trato das relações internacionais quando cria uma comissão permanente — a de Relações Exteriores e Defesa Nacional — ao mesmo tempo que descarta das "relações internas", talvez por entender que elas se diluam entre as atribuições dadas às demais comissões.

Se este é o entendimento, acreditamo-lo equivocado. Se a omissão é consciente e atribuída à idéia de desimportância do tema, O equivoco se torna ainda mais flagrante.

As grandes empresas e corporações nacionais e internacionais dão status de primeiro nível aos órgãos de relações públicas, comunicação social ou "marketing", preocupadas em manter, em alto padrão, suas relações com a clientela atual e potencial.

Para o Senado Federal, essa "clientela" se traduz na própria sociedade global, pois que vai além do universo dos cidadãos eleitores.

Ouvir diuturnamente a sociedade e por ela serem ouvidos, sentir-lhe os reclamos, indagar de suas expectativas, seus anseios, opiniões e impressões, são tarefas indelegáveis de seus representantes no parlamento. E, para fazê-lo bem é preciso implantar os mecanismos para que isto se faça de forma organizada e institucionalizada. Necessário, ainda, que a preocupação vá além dos cuidados com a aparência, a imagem, o "marketing". É fundamental transformar o cliente (a sociedade, portanto) em parceiro do nosso processo de aperfeiçoamento, já que esta mesma sociedade é a razão de ser e o objeto de toda a preocupação de uma Casa do Parlamento.

Também não se trata de ouvir com a intermediação de terceiros, nem mesmo de apenas ouvir e providenciar uma resposta impessoal e distante. Há que ouvir e falar, ser indagado e responder, interpelar e obter respostas. Enfim, dialogar. Direta e pessoalmente sempre que possível. Usando de mecanismos vários, dentre os quais o ideal é o diálogo face a face em audiências aos cidadãos; individualmente ou por representantes em associações de grupo, classes, etc.

As respostas que se derem à sociedade, as promessas que se fizerem, as expectativas que se criarem deverão refletir o entendimento de um grupo de Senadores que receba delegação de seus pares para falar em nome da Instituição.

Com este intuito, é que submetemos ao exame do duto Plenário da Casa o presente Projeto de Resolução, que institui, em caráter permanente, a Comissão de Relações com a Sociedade Brasileira.

Sua tarefa será suprir funções e atribuições que, por serem de todas as comissões, acabam não sendo de nenhuma. E, ainda, desempenhar outras cujo exercício não foi cogitado ou que não se encontram em foro adequado ao seu desempenho.

Nossa expectativa, ao submetermos esta proposição à deliberação de Vossas Excelências, é de que, acolhida, venha a dotar esta Casa de um fórum propício ao contato permanente, organizado e institucionalizado com a sociedade em geral. Desse intercâmbio de idéias, propostas, sugestões e informações, esperamos os melhores resultados, materializa-

dos em relações mais profícuas com a sociedade em geral, mais amadurecidas e corretas com a mídia nacional, mais transparentes e objetivas com a sociedade organizada e mais engajada e produtiva nas suas intervenções em geral.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1991. — Senador **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O projeto de resolução que acaba de ser lido ficará sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias, para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, a, do Regimento Interno, sendo em seguida despachado às comissões competentes. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 701 de 1991

Requeiro, nos termos dos arts. 49, inciso X, e art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinados com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro do Exército as seguintes informações:

1 — Tem o Ministério do Exército, ou qualquer de suas empresas, participação no capital acionário da Engesa sob qualquer forma?

2 — Em caso afirmativo, especificar a composição acionária, bem como informar os fundamentos legais que basearam a assunção de responsabilidades financeiras por esse Ministério, ou qualquer de suas empresas, junto à Engesa.

3 — Qual a situação atual dos contratos existentes entre a Engesa e esse Ministério ou qualquer de suas empresas?

4 — Listar todos os pagamentos efetuados, a qualquer título, no exercício de 1990 e até a presente data por esse Ministério, ou qualquer de suas empresas, à Engesa.

5 — Listar todas as operações financeiras realizadas pela Engesa em que esse Ministério, ou qualquer de suas empresas, foi avalista, especificando credores e montantes negociados.

Justificação

Uma das grandes bandeiras do atual governo federal é a defesa da tese da privatização das empresas estatais, pela qual vem tentando implementá-la, até mesmo, utilizando-se de medida provisória.

Estranhamente, conforme o noticiado pelo jornalista Jânio de Freitas, no Jornal *Folha de S. Paulo*, de 2-10-91, pág. 1.5, o governo providencia a estatização de uma grande empresa privada, a Engesa, ao custo de meio bilhão de dólares. Ressalta o jornalista tratar-se, outra vez, de socorro dos cofres públicos a uma empresa privada em situação tecnicamente falimentar. Como demonstra a proposta orçamentária para 1992, em tramitação no Congresso Nacional, e de acordo até mesmo com declarações das autoridades econômicas e a execução financeira do Tesouro deste exercício é notório que o governo não dispõe de recursos sequer para arcar com seus encargos prioritários.

Como então justificar que ante tal situação de crise possa o governo cogitar em assumir gastos financeiros de discutível retorno social.

Este requerimento torna-se necessário na medida em que o Senado precisa ter informação oficial sobre eventuais riscos da aplicação dos recursos públicos.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1991. — Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

(A Comissão Diretora)

REQUERIMENTO Nº 702 de 1991

Requeiro, nos termos dos artigos 49, inciso X, e artigo 50, parágrafo 2º da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento as seguintes informações:

1 — Tem o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, ou qualquer de suas empresas, participação no capital acionário da Engesa sob qualquer forma?

2 — Em caso afirmativo, especificar a composição acionária, bem como informar os fundamentos legais que basearam a assunção de responsabilidades financeiras por esse Ministério, ou qualquer de suas empresas, junto à Engesa.

3 — Qual a situação atual dos contratos existentes entre a Engesa e esse Ministério ou qualquer de suas empresas?

4 — Listar todos os pagamentos efetuados, a qualquer título, no exercício de 1990 e até a presente data por esse Ministério, ou qualquer de suas empresas, à Engesa.

5 — Listar todas as operações financeiras realizadas pela Engesa em que esse Ministério, ou qualquer de suas empresas, foi avalista, especificando credores e montantes negociados.

Justificação

Uma das grandes bandeiras do atual Governo Federal é a defesa da tese da privatização das empresas estatais, pela qual vem tentando implementá-la, até mesmo, utilizando-se de medida provisória.

Estranhamente, conforme o noticiado pelo jornalista Jânio de Freitas, no jornal *Folha de S. Paulo*, de 2-10-91, pág. 1.5, o governo providência a estatização de uma grande empresa privada, a Engesa, ao custo de meio bilhão de dólares. Ressalta o jornalista tratar-se, outra vez, de socorro dos cofres públicos a uma empresa privada em situação tecnicamente falimentar. Como demonstra a proposta orçamentária para 1992, em tramitação no Congresso Nacional, e de acordo até mesmo com declarações das autoridades econômicas e a execução financeira do Tesouro deste exercício é notório que o governo não dispõe de recursos se quer para arcar com seus encargos prioritários.

Como então justificar que ante tal situação de crise possa o governo cogitar em assumir gastos financeiros de discutível retorno social.

Este requerimento torna-se necessário na medida em que o Senado precisa ter informação oficial sobre eventuais riscos da aplicação dos recursos públicos.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1991. — Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

(À Comissão Diretora)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa, para decisão, nos termos do art. 216 do inciso III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência recebeu, da associação das indústrias de sucos tropicais do Norte e Nordeste — ASTN, manifestação contrária à aprovação de dispositivos que mencionam o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1987, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação do Conselho Nacional de Bebidas e dá outras providências.

O expediente será anexado ao processado da matéria.

É o seguinte o expediente recebido:

ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SUCOS TROPICAIS DO NORTE E NORDESTE — ASTN

Aracaju SE, 26 de setembro de 1991

Exmº Senhor Senador
Mauro Benevides
MD Presidente do Senado Federal
Brasília — Distrito Federal
Excelência,

Projeto de Lei das Bebidas — Fazemos referência ao parecer do Senador Maurício Corrêa sobre as Emendas de Plenário de nº 01 a 04 apresentadas ao substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos ao projeto em epígrafe.

2. Tendo em vista que o parecer do Senador Maurício Corrêa, favorável à aprovação da Emenda nº 02 do Senador Bisol, contraria frontalmente os interesses de todos os membros da ASTN — Associação das Indústrias de Sucos Tropicais do Norte e Nordeste, vimos apelar para a valiosa intercessão de V. Exª no sentido de fazer aprovar a seguinte redação do artigo sobre sucos, que está incluído ao referido projeto de lei.

“Art. 5º Suco ou sumo é a bebida extraída da fruta ou parte do vegetal de origem, por processamento tecnológico adequado, não fermentada, de cor, aroma e sabor característicos, submetida a tratamento que assegure a sua apresentação e conservação até o momento do consumo.”

3. Quanto aos Parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º da Emenda do Senador Bisol, eles fazem parte dos Padrões de Identidade e Qualidade dos Sucos e serão atendidos na regulamentação da referida lei. Além do mais, os Padrões de Identidade e qualidade dos Sucos, bem como das demais bebidas, estão sujeitos a mudanças com o passar do tempo, de forma a melhor acompanhar a evolução do mercado. Assim sendo, eles não podem estar presentes na lei, que possui uma mutabilidade muito menor. Cabe lembrar a atual Lei das Bebidas, aprovada a mais de 18 anos.

4. Antecipamos, agradecimentos a V. Exª em nome de nossa Associação e aproveitamos do ensejo para renovar os protestos de nosso respeito e consideração.

Saudações..... — **Carvalho Prado**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 43, § 2º, do Regimento Interno, defere, na presente data, os Requerimentos nº 691 a 694, de 1991, da Senadora Mauluce Pinto e dos Senadores Esperidião Amin, José Eduardo e Teotônio Vilela Filho, respectivamente, lidos em 4 do corrente, por não terem sido votados em duas sessões consecutivas, devido à falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Oziel Carneiro.

O SR. OZIEL CARNEIRO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é com profundo pesar que trago ao conhecimento da Casa a notícia de que faleceu ontem, em Belém, aos 81 anos de idade, o ex-Deputado Estadual José Maria Lins de Vasconcelos Chaves, que chegou a ocupar o cargo interino de Governador do Estado e de Presidente da Assembléia Legislativa.

Filho de Alfredo de Vasconcelos Chaves e Maria do Carmo Lins Chaves, o ex-Deputado José Maria Chaves nasceu em Belém, no dia 30 de dezembro de 1909. Diplomou-se em Medicina em 24 de outubro de 1931, pela Universidade do Rio de Janeiro, especializando-se, posteriormente, em saúde pública. Foi médico sanitário da Secretaria de Saúde Pública do Estado e professor da Faculdade de Medicina do Pará.

José Maria Chaves, como era mais conhecido em minha terra, era casado em segundas núpcias com a Sra. Maria de Nazaré Chaves. Do seu primeiro casamento com a Sra. Rosa Freire Chaves, o ex-Deputado Teve doze filhos dos quais três são falecidos. José Maria Chaves foi eleito Deputado pela primeira vez aos 38 anos de idade, pela legenda do PTB, nas eleições de 1947.

Em 1948, já deixava a legenda do partido do Presidente Getúlio Vargas para ingressar no Partido Social Progressista de Adhemar de Barros. Em 1950, organizou, com outros políticos de oposição, em meu Estado, a coligação democrática paraense, para fazer oposição ao Partido Social Democrático, do General Magalhães Barata. Foi reeleito em 1950 e eleito novamente em 1962.

Finalmente, foi eleito para o quarto mandato em 1971, já pela legenda do PMD, tendo nascido aí a liderança de oposição, e assumindo o seu papel de líder de oposição ao governo militar na Assembléia Legislativa em meu Estado.

Em 1963, escolhido Líder do PSP na Assembléia Legislativa do Estado, José Maria Chaves renunciou, alegando segundo o publicado no jornal *O Liberal*, impossibilidade de tornar efetivo o agrupamento dos componentes dessa representação partidária, em torno de idéias e comportamentos parlamentares uníssonos.

O ex-Deputado José Maria Chaves marcou sua carreira política pelo inconformismo e pela sua vocação para tornar-se Oposição. Ao anunciar hoje, aqui no Senado, o seu falecimento — como já disse, ocorrido ontem em Belém do Pará — além de render o meu tributo e publicamente reconhecer-lhe os enormes serviços prestados ao meu Estado, desejo externar à D. Maria de Nazaré Chaves e aos nove filhos do ex-Deputado José Maria Chaves minhas condolências pessoais, assim como os votos de pesar do meu Partido, o Partido Democrático Social.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Irapuan Costa Júnior.

O SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de trazer ao conhecimento desta Casa reportagem publicada na Revista *Veja*, na edição que entrou em circulação a partir deste domingo, onde se aborda, uma vez mais, a confusão havida às portas da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, quando da frustrada tentativa de privatização da USIMINAS.

Na semana passada, neste plenário, tivemos oportunidade de dialogar com o Senador Maurício Corrêa, justamente a respeito da omissão da Polícia do Estado do Rio de Janeiro quando do episódio. Gostaríamos de remeter a S. Ex^a, a quem muito estimamos, o texto dessa reportagem, para que, com o relacionamento que tem com a Polícia do Rio de Janeiro, S. Ex^a possa informá-la corretamente, inclusive a respeito da identidade dos baderneiros, que a polícia até hoje não conseguiu levantar, mas que se encontra perfeitamente identificada

no texto da reportagem, com nome, local de trabalho e outras informações. Acredito que elas deveriam ser enviadas ao Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, para que delas tomasse conhecimento. Esta é a primeira comunicação que fazemos à Casa.

A outra, Sr. Presidente, diz respeito a uma informação que recebemos, através de um colega que esteve recentemente em Buenos Aires, de uma publicação da Revista *ABC Político*. A reportagem está a merecer a atenção desta Casa, porque traz uma grave acusação contra um membro do Congresso Nacional. No artigo "A KGB e a CIA em Buenos Aires", a revista diz que o Deputado Federal José Dirceu, do PT, portanto, companheiro nosso de Congresso, a se acreditar em documentos apreendidos recentemente quando do frustrado golpe contra o Presidente Gorbatchev, na União Soviética, seria um elemento da KGB encarregado de ações no Brasil e na Argentina.

Estes eram os dois temas que queríamos levantar aqui hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência consultará o nobre Senador Ronan Tito se S. Ex^a deseja falar antes da Ordem do Dia.

O SR. RONAN TITO — Após a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra à nobre Senadora Júnia Marise.

A SRA. JÚNIA MARISE (PRN — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores: nesses tempos de crise, de recessão e de desconfiança, quando as forças vivas da sociedade mostram-se inseguras e desorientadas, e o empresariado confunde prudência com imobilismo, aprez-me saudar desta tribuna o jornal *Estado de Minas*, que está executando um audacioso e meritório projeto de integração de todas as regiões daquela Unidade Federativa, que nesta Casa tenho a honra de representar.

Cumprindo longa trajetória de serviços prestados à comunidade mineira e a todo o País, o *Estado de Minas* revela o dinamismo de sua administração ao integrar todos os municípios do Estado, dos mais ricos aos mais pobres, dos mais próximos aos mais longínquos, pela comunicação impressa e eletrônica.

Essa tarefa, que, na realidade, o periódico já há muito se impusera — por ser o mais tradicional e de maior circulação no Estado —, ganha agora maior relevância, com a inauguração de novas sucursais e a criação de suplementos especiais, estes sob a direção do competente jornalista Marton Victor dos Santos, objetivando atender à demanda regionalizada de informações.

Na semana passada foram duas as regiões aquinhoadas: o Sul do Estado, que passou a ter cobertura diária e mais eficiente por intermédio da Sucursal de Varginha; e o Triângulo, que também já conta com os serviços especializados de jornalistas, publicitários e administradores da Sucursal de Uberlândia, cujos trabalhos abrangerão também as regiões do Alto Paranaíba e Nordeste. A presença de numerosas autoridades e de populares em ambas as inaugurações é prova eloqüente do apreço que tem os mineiros por esse conceituado periódico, e incontestável reconhecimento do alcance desse projeto de integração, que contribuirá para a preservação de um Estado unido, solidário e consciente de sua importância no cenário nacional.

O Sr. Divaldo Suruagy — Nobre Senadora, permite V. Exª um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE — Com muito prazer, nobre Senador Divaldo Suruagy.

O Sr. Divaldo Suruagy — Quando V. Exª se congratula com o jornal Estado de Minas, que atinge todo o universo geográfico do Estado que V. Exª dignifica, ao representá-lo na Câmara Alta do País, desejo agregar-me a essas congratulações. O Estado de V. Exª simboliza, para todos nós oriundos de outras regiões deste País continental, aquilo que de mais representativo a sociedade brasileira apresentou ao longo dos séculos. Minas Gerais, sempre retratou o equilíbrio, a sensatez e a ponderação. Não conheço, na História do Brasil, nenhum retrocesso de ordem política, nem de ordem econômica, quando o nosso País teve a felicidade de ser governado por um mineiro. Ao longo da História, os Presidentes oriundos de Minas Gerais sempre foram modelos de dignidade, de honradez e de seriedade. E o jornal Estado de Minas sintetiza toda essa gama de sentimentos que o Estado de V. Exª provoca em todos nós, brasileiros. Solicito V. Exª que estenda as minhas congratulações à direção desse jornal, porque V. Exª dignifica o Estado de Minas Gerais. Para nós, seus companheiros do Senado da República, V. Exª não somente representa a lhanza e a fidalguia, que são características da sua atividade parlamentar, mas, principalmente, V. Exª traduz a combatividade, a persistência e o sentimento de ânimo, que são a tônica da personalidade mineira. Meus parabéns! Que V. Exª continue, com esse espírito de combatividade, não estão querendo impingir ao nosso País. Na trincheira, combatendo o bom combate, enfrentando os desacertos e pugnando pelas causas justas, V. Exª exalta não apenas Minas Gerais, mas também a inteligência e a sensibilidade da mulher brasileira.

A SRA. JÚNIA MARISE — Nobre Senador Divaldo Suruagy, ao incorporar as palavras de V. Exª a este pronunciamento, que fazemos por um dever de honestidade e lealdade para com as questões que digam respeito aos interesses do nosso Estado, aos interesses dos mineiros, eu gostaria de agradecer, em nome de toda a direção dos Diários e Emissoras Associadas de Minas Gerais e, acima de tudo, dos nossos companheiros jornalistas que integram as redações do jornal O Estado de Minas, O Diário da Tarde, a T.V. Alterosa, a Rádio Guarani, enfim, de todos aqueles que, no cotidiano, estão fazendo o melhor na sua dedicação, no seu trabalho para o fortalecimento da imprensa do nosso Estado.

Continuando, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ainda esta semana, dia 11, o Estado de Minas estará inaugurando sua terceira sucursal, prevista no projeto de integração. Desta vez estará atendendo a Zona da Mata, com a instalação de suas equipes na progressista Juiz de Fora, onde já mantinha uma representação de menor porte. O Vale do Rio Doce e a região Norte serão, também, beneficiadas nesse processo de interiorização, principalmente com a inauguração das sucursais de Governador Valadares e Montes Claros, ainda este ano.

O Sr. Marco Maciel — Permite V. Exª um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Marco Maciel — Ilustre Senadora Júnia Marise, quero associar-me, em rápidas palavras, à manifestação que faz V. Exª a respeito do Estado de Minas, prestigioso jornal da imprensa brasileira e, de modo especial, dos trabalhos

que, neste momento, o referido jornal realiza com vistas a ampliar sua circulação no interior do Estado, que é um interior de muita significação, quer do ponto de vista social, quer no ponto de vista econômico. Quero dizer a V. Exª que, embora pernambucano, nordestino, sinto-me entre aqueles que lêem ou buscam ler o Estado de Minas, e aprecio muito a sua linha editorial. É um jornal que pertence à chamada Rede Associada, e tem uma linha de conduta que exalta muito bem os valores mineiros: a liberdade, a democracia, a justiça social, e que insere, em suas páginas, ao lado de notícias, muitas matérias assinadas de alto nível, o que, de alguma forma, ajuda a dizer muito bem do pensamento mineiro, da sociedade mineira. Daí por que, como eu disse, numa breve interrupção ao discurso que V. Exª faz nesta tarde, eu gostaria de me congratular com as palavras que V. Exª profere sobre o Estado de Minas e, aproveitar a ocasião para, por intermédio de V. Exª, levar aos seus dirigentes, jornalistas, servidores votos de que o Estado de Minas continue nessa sua atividade, continue a progredir em seus trabalhos, porque isso não interessa só ao seu valoroso Estado, o Estado de Minas Gerais, mais interessa muito ao País. Uma boa imprensa é fundamental para que nós tenhamos uma boa prática democrática. E Minas, que um deu tantos exemplos ao longo da história, tem, no Estado de Minas, um dos seus valores maiores.

A SRA. JÚNIA MARISE — Nobre Senador Marco Maciel, esteja certo V. Exª de que não só os mineiros, mas sobretudo a imprensa do nosso Estado, especialmente o Estado de Minas, a Rede Associada têm por V. Exª um profundo respeito e, acima de tudo, pelo trabalho e pela ação política que V. Exª vem desenvolvendo ao longo dos anos neste Senado da República. Tenho certeza de que as palavras de V. Exª, enaltecendo nesta tarde a oportunidade e a determinação com que a direção e todo o corpo jornalístico dos Diários Associados, em Minas Gerais, estão empreendendo no sentido de ampliar a sua ação por todo o Estado, por todas as regiões de um Estado que tem exatamente uma dimensão continental, como é Minas Gerais, com os seus 723 municípios. Por isso mesmo, a grande preocupação neste momento, e que merece de todos nós aplausos, é exatamente por essa determinação de fazer com que o jornal tenha, acima de tudo, o acesso, e procure, mais do que nunca, levantar e se identificar com a opinião e com o sentimento de todo o nosso Estado.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Exª um aparte, Senadora Júnia Marise?

A SRA. JÚNIA MARISE — Com muito prazer, Presidente Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senadora, no momento em que V. Exª enaltece a trajetória do Estado de Minas, com mais etapas, que certamente representarão um desafio para esse prestigioso órgão da imprensa brasileira, sinto-me no dever de associar-me a essas homenagens que se presta a um órgão que já capitalizou a simpatia e o respeito da opinião pública brasileira. Recordo-me que, com mais anterioridade, numa das primeiras visitas que fiz a Minas Gerais, aí, pela década de 60, visitando o Estado de Minas, dirigido naquela ocasião pelo Dr. Paulo Cabral de Araújo, conversei longamente com um dos mais apreciados articulistas que tinha espaço cativo no Estado de Minas, o ex-Deputado e Professor Alberto Deodato, um dos vultos exponenciais de Minas Gerais, embora nascido em Sergipe, que mantinha uma coluna no jornal. Durante a minha recente estada em Belo Horizonte,

no último domingo, quando participei da Convenção Nacional do Comércio Lojista, fui abordado para uma entrevista pela equipe do Estado de Minas, e pude sentir que a linha editorial daquele importante órgão da imprensa brasileira, realmente, espelha todos os sentimentos de grandiosidade, de respeito à liberdade, ao direito, enfim, aquilo que nesse momento encare as aspirações maiores, não apenas do povo mineiro mas, de um modo geral, do povo brasileiro. Daí por que faço questão de render, neste aparte do discurso de V. Ex^a, a minha homenagem aos que fazem o Estado de Minas, aos seus redatores, ao pessoal gráfico e, sobretudo, aos seus dirigentes Paulo Cabral de Araújo e Pedro Aguinaldo Fulgêncio.

A SR^a JÚNIA MARISE — Nobre Senador Mauro Benevides, nosso eminente Presidente desta Casa, V. Ex^a lembrou muito bem a presença do Dr. Paulo Cabral de Araújo que, durante muitos anos, esteve à frente da direção do Jornal Estado de Minas, e se transformou, inclusive, pela vontade dos mineiros, em cidadão honorário de Minas Gerais.

Hoje, na condição de Presidente do Condomínio dos Diários e Emissoras Associados, a presença do Dr. Paulo Cabral de Araújo tem sido das mais importantes de Minas Gerais, no sentido de estimular o desenvolvimento e a ampliação do jornal, em todo o Estado.

Mas quero lembrar, também, que Minas Gerais tem por V. Ex^a um apreço muito especial, V. Ex^a não tem faltado com Minas em todas as oportunidades, mesmo no momento em que, deixando de exercer a atividade política e como diretor do Banco do Estado de São Paulo, esteve em Minas Gerais, várias vezes, para lá instalar sucursais dessa instituição bancária, levando, assim, o incentivo, o benefício, o crescimento econômico-financeiro para Minas Gerais.

Portanto, esteja certo V. Ex^a que, no coração dos mineiros, V. Ex^a tem uma presença muito marcante.

O Sr. Humberto Lucena — V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE — Com muito prazer, nobre Líder Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — Quero também participar da homenagem que V. Ex^a presta ao Estado de Minas. Um dos órgãos líderes dos Diários Associados, o Estado de Minas tem se caracterizado pelo respeito a uma linha editorial de sentido tradicionalista, para não dizer conservadora, o que entretanto não lhe tira o mérito de ser um órgão de imprensa rigorosamente noticioso e independente que assume, através dos seus editoriais, posições bem definidas em torno dos problemas nacionais e locais, e veicula um noticiário que deixa sempre os seus leitores muito bem informados sobre tudo o que se passa no Brasil e no mundo. Ao tempo em que V. Ex^a, muito oportunamente, faz um pronunciamento neste plenário sobre o Estado de Minas, que foi um dos veículos criados nos Diários e Emissoras Associados pelo imortal paraibano, Assis Chateaubriand, um gênio criador. Faço uma menção honrosa, como dever de justiça — eu que me considero um pouco da família Associada, porque durante quatro anos em que tive sem mandato, no Rio de Janeiro, de 1970 a 1974, prestei modestos serviços ao Presidente do Condomínio Associado, querido Senador João Calmon, então Presidente — aos três associados que sempre pontificaram no Estado de Minas, ao Dr. Paulo Cabral, atual Presidente do Condomínio Acionário dos Diários Associados e, também, aos grandes jornalistas, Camilo Teixeira da Costa e Pedro Aguinaldo Fulgêncio que, pelo que conheço da História do Estado de

Minas, foram realmente as grandes alavancas do seu comando empresarial vitorioso. V. Ex^a como sempre atuante no Senado Federal, como o foi na Câmara dos Deputados, traz sempre à baila temas dos mais relevantes da atualidade brasileira e do seu Estado. Diria, aliás, nobre Senadora Júnia Marise, que V. Ex^a revive os grandes líderes da Minas Gerais. V. Ex^a no Congresso Nacional honra as tradições de Minas, e inspira-se nos seus maiores filhos, em homens como Afonso Arinos, Trancredo Neves e tantos outros que serviram de exemplo àqueles que fazem vida pública neste País. Tenho certeza que V. Ex^a continuará, nesta Casa, não só hoje com a homenagem que presta ao Estado de Minas, mas, como sempre, correspondendo as expectativas de sua gente, daqueles que lhe deram a merecida promoção de Deputada Federal para Senadora da República. Meus parabéns a V. Ex^a

A SR^a JÚNIA MARISE — Muito obrigada, nobre Líder, Senador Humberto Lucena, pelas palavras de V. Ex^a, que passam, também, a incorporar o nosso pronunciamento, tenho certeza, serão confortadoras para aqueles que hoje dirigem o jornal Estado de Minas.

Continuando, Sr. Presidente, o papel da imprensa, Srs. Senadores, dispensa maiores comentários. A imprensa livre e responsável é guardiã dos direitos sociais, é fomentadora do progresso, é instrumento gerador de riquezas, é sinônimo de democracia. Ao longo dos seus 63 anos, o jornal Estado de Minas acompanhou o crescimento das cidades, promoveu o intercâmbio das idéias, divulgou a cultura e refletiu o pensamento político de uma plêiade de homens notáveis, identificando-se com o povo mineiro de tal forma que o seu nome só poderia mesmo fazer eco à própria denominação da unidade federativa.

Nesse projeto de interiorização, o Estado de Minas vem estreitar sua relação com aqueles cidadãos que, hoje, reivindicam participação mais ativa na vida da comunidade. Assim, pode o jornal não apenas informar melhor interpretar seus anseios e suas reivindicações. É com satisfação, portanto, que registro o empenho desse periódico em aprimorar um trabalho que já desenvolve com eficiência, na defesa dos interesses de Minas, na divulgação de sua cultura e na promoção do seu desenvolvimento.

Nessa tarefa de integrar o jornal Estado de Minas, merece destaque especial a determinação dos jornalistas Camilo Teixeira da Costa, Pedro Aguinaldo Fulgêncio, do editor-chefe Roberto Elísio e de todos os jornalistas que compõem, hoje, a redação do jornal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso da Sr^a Júnia Marise, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Dirceu Carneiro, 1^o Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa. (Pausa.)

S. Ex^a declina da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, curioso e múltiplo o destino da tribuna parlamentar. A ela chegam os otimistas, os crençes, os que trazem mensagem de paz e compreensão. Não lhes bastam as realizações do passado, nem as galas do presente. Voltam-se, confiantes, para o futuro. Têm a boca cheia de promessas, o coração entupido de possibilidades. Outros sobem esses degraus, os

olhos plantados na realidade, entre tímidos e desencantados, para mesclar ilusões e desencantos. Terceiros expõem mágoas, sepultam propósitos, vêem ruir ilusões longamente acalentadas. Os Anais guardam essas manifestações, que acabam, quase todas, esquecidas no silêncio das bibliotecas.

Nos quarenta anos de atividade parlamentar, vivi momentos de alegria e de pesar, espalhei entusiasmo e recolhi revezes, semeiei esperanças e confessei decepções. Fui audaz e humilde, às vezes injusto, agressivo, cordato, irônico ou compreensivo. Aqui estou, neste momento, falando por uma geração, que se vai despedindo da vida, hoje um, outro amanhã, octagenários num embate derradeiro contra a morte. E não chego para cantar vitória. Venho confessar que, se não for encontrado depressa elixir capaz de prolongar a existência até um dia remoto, quem sabe se no século XXII, a geração que acreditou indispensável ao desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro a instalação de seu pólo petroquímico, estará no silêncio do túmulo, e dela restará apenas a inscrição esmaecida nas lápides encardidas dos cemitérios.

Em 1986, ao submeter meu nome à convenção partidária, para pleitear o governo do Rio de Janeiro, afirmei: — “Não se compreende que o Estado maior produtor de petróleo e de gás natural não reivindique a instalação em seu território de um pólo petroquímico e esteja ameaçado de não sediar a usina de amônia e uréia. “O pólo petroquímico se beneficiaria ainda da proximidade do porto de Sepetiba, privilegiado pelas vias marítima, ferroviária e rodoviária. Voltavam-se para o empreendimento as expectativas de próximo desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro: A localização em Itaguaí não era pacífica. Se havia quem a desejasse em Campos, já em 1987 era vetada sua instalação em Campos Eliseos, na Baixada Fluminense, nas imediações da Refinaria Duque de Caxias, por excesso de poluição.

Criada a Comissão do Pólo de Itaguaí, com investimento de US\$3,8 bilhões, teve sua pedra inaugural solenemente lançada pelo Presidente José Sarney, em 5 de abril de 1989. A esse tempo, o Pólo Petroquímico de Camaçari, que abrira à Bahia as portas de sua redenção econômica, lutava por sua ampliação. Também o candidato Alceu Collares desfraldaria, pouco depois, como bandeira de sua campanha governamental, a duplicação do Pólo de Triunfo. O ex-Governador do Rio de Janeiro desentendera-se com o Presidente da República.

Candidato ao Governo, o Sr. Leonel Brizola não via colisão entre os projetos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. O Brasil, para ele, era muito grande, com enormes potencialidades. Podia tocar os dois, ao mesmo tempo.

Leio, entretanto, no *Jornal do Brasil*, de 15 de setembro último: — “No fim de 1990, quando Leonel Brizola, eleito governador, anunciou que rediscutiria o empreendimento e sua localização, a página do pólo começou a ser virada na história do estado — pelo menos até o fim do século vinte”.

O pólo de Itaguaí já havia consumido 30 milhões de dólares, e foi trocado por um minipólo, articulado pelo titular da Secretaria Estadual de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia. O minipólo será abastecido com gás natural, em vez de nafta, e deverá reunir, informa o jornal, seis indústrias, além da Petroflex, Nitroflex e da Brascon.

Valho-me ainda do que escreve o referido matutino: — “Segundo a Petrobrás, cerca de US\$152 milhões (Cr\$63,8 bilhões) foram gastos no controle da poluição na refinaria e deverão ser gastos mais US\$19 milhões (Cr\$7,9 bilhões). Não é só o controle ambiental, porém, que condiciona a viabi-

lidade do minipólo ao lado da Reduc. para garantir o suprimento de 200 mil toneladas anuais de etano, estimados pela PetroRio, para a instalação de quatro a seis fábricas, a refinaria tem de processar mais gás natural. Para isso, a estatal tem de investir US\$110 milhões (Cr\$46,2 bilhões) na construção de uma unidade de processamento de gás natural (UPGN) e na ampliação da existente. Esses recursos dependem, porém, de moderação nos cortes que o governo fará nos investimentos da Petrobrás, segundo o diretor comercial da estatal, Maurício Alvarenga”.

Importante é o depoimento de Adir Ben Kauss, Presidente da Feema: — “Não queremos ser a instituição responsável pelo atraso econômico do Rio de Janeiro, mas também não podemos permitir a degradação da região de Campos Eliseos”.

Destaco ainda um trecho da reportagem do *Jornal do Brasil*, de 30 de setembro passado: — “Do ponto de vista técnico, o Presidente da Feema observa que a região de Duque de Caxias já está saturada, desaconselhando qualquer novo projeto industrial. No entanto, considerando o quadro de crise econômica e ainda o fato de o pólo de Itaguaí ter ficado inviável no médio prazo, houve um esforço conjunto para viabilizar o minipólo petroquímico de Caxias”.

Para acelerar o minipólo, o Governo do Estado escolheu a dedo o doutor Carlos Mariani Bittencourt, Diretor-Presidente da Petroquímica da Bahia S.A., confiando-lhe a presidência da Agência de Desenvolvimento do Rio de Janeiro — AD-RIO.

Apesar de tudo, Sr. Presidente, eu que não sou acionista que qualquer empresa industrial, que não sou, nem fui ao longo de minha atividade profissional, advogado de Partido, que não sou proprietário senão dos sete palmos de terra que me aguardam no Cemitério São João Batista, ainda mantém a esperança de que ao menos minha filha pudesse assistir ao início da instalação, sabe Deus quando, do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro. Desse consolo acaba de me tirar a notícia que leio em *O Globo*, da última sexta-feira, 4 do corrente: — “A Companhia do Pólo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Coperj) será extinta pelo Governador Leonel Brizola até o fim do ano. O Subsecretário de Indústria e Comércio do Estado, Eduardo Costa, será nomeado hoje liquidante da empresa”. O título da nota é expressivo: — “Réta final”.

Justo, pois, Sr. Presidente, que ocupe hoje esta tribuna para consignar o fim de um sonho, o da arrancada pela redenção econômica do Rio de Janeiro, com a instalação de seu Pólo Petroquímico, empreendimento, sem dúvida, prioritário. Antes mesmo do trecho em construção da Linha Vermelha, de que irão usufruir, preferentemente, com pedágio ou sem pedágio, os passageiros dos aviões que descerem no Aeroporto do Galeão, já que dela pouco se beneficiarão os usuários da congestionada Avenida Brasil.

Minipólo. Miniestrada. De mini em mini, que futuro aguarda o grande Estado do Rio de Janeiro?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Antonio Mariz — Aureo Mello — Epitácio Cafeteira — Fernando Henrique Cardoso — Iram Saraiva — José Eduardo — Júlio Campos — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Moisés Abrão — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Oziel Carneiro — Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa.)
S. Ex^a declina da palavra.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 703, DE 1991

Nos termos do art. 210 do Regimento Interno requiro a transcrição, nos Anais do Senado, dos artigos publicados no *Jornal do Brasil*, edições dos dias 3 e 4 de outubro corrente, de autoria, respectivamente, de Dom Marcos Barbosa e Dom José Carlos de Lima Vaz, comemorativos do centenário de nascimento do escritor católico Jackson de Figueiredo.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1991. — Marco Maciel.

(À Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

Brasília, 3 de outubro de 1991.

Senhor Presidente:

Comunico a V. Ex^a, nos termos do art. 39, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, que me ausentarei do País no período de 6 a 11 do corrente mês, para, em viagem à República do Chile, conhecer aspectos do modelo institucional do Setor Elétrico local, atendendo a convite de entidades privadas do setor de energia chileno.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1991. — Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 704, DE 1991

Nos termos do art. 281 do Regimento Interno, requiro dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Resolução nº 76, de 1991, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1991. — Senador Maurício Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Aprovado o requerimento, a matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da sessão seguinte. (Pausa.)

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 705, DE 1991

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Deputado Federal Carlos Octávio Flexa Ribeiro.

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;
 - b) apresentação de condolências à família e ao Estado.
- Sala das sessões, 8 de outubro de 1991. — Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Esse requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, foi sepultado, hoje, no Rio de Janeiro, o ex-Deputado Federal Carlos Octávio Flexa Ribeiro. Faleceu aos 77 anos. Educador e político, Carlos Octávio era paraense de Belém, filho dos professores José e Alice Flexa Ribeiro. Veio para o Rio com 4 meses, e estudou no Colégio Andrews, em Botafogo, fundado por sua mãe e Isabel Andrews.

Formado em Direito em 1935 pela Universidade do Brasil, atual UFRJ, participou do 1º Curso Superior de Formação de Professores criado por Anísio Teixeira, na Universidade do Distrito Federal (UDF).

Formado em História pela UDF, começou a dar aula até assumir a direção do Colégio Andrews, onde ficou até morrer.

Com a tese “Velasquez e o Realismo”, ganhou o 1º lugar do concurso para cátedra de História da Arte e Estética da Faculdade Nacional de Arquitetura. Foi crítico de arte e grande incentivador de artistas plásticos, participando das bienais de Veneza e São Paulo. Colaborou com os então Deputados Carlos Lacerda e Santiago Dantas na elaboração do projeto da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Derrotado nas eleições para a Constituinte de 1960 foi Secretário e Cultura do governo Lacerda, até 1965. Depois de zerar o déficit de 100 vagas nas escolas públicas, criou o cargo de inspetor da obrigatoriedade escolar, começou o projeto de reorganização da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), fundou a Escola Superior de Desenho Industrial (Esdi) e foi o responsável pela realização dos Festivais Internacionais da Canção e de dois concursos internacionais de piano. Eleito deputado pela Arena, em 1966, recebeu licença para ocupar a diretoria geral do departamento de Educação da Unesco, onde ficou de 1967 a 1970, quando voltou e foi reeleito. Chegou a presidir a Comissão de Educação da Câmara. Foi parlamentar até 1978, quando se afastou da vida pública.

Deixou viúva a Srª Maria Helena Flexa Ribeiro e quatro filhos, que continuam na direção do tradicional Colégio Andrews, do Rio de Janeiro: Edgar, Carlos Roberto, Vera Maria e Pedro Augusto.

A esse servidor da educação, presto, Sr. Presidente, em nome dos que vivem no Rio de Janeiro, dos que aprenderam na lição da sua vida, o testemunho e a gratidão daquela gente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs.

Senadores, desejo associar-me à manifestação do Senador Nelson Carneiro, ilustre representante do Rio de Janeiro nesta Casa do Congresso Nacional.

Senti, assim como S. Ex^a, o passamento do professor e Deputado Flexa Ribeiro. Com ele, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tive a oportunidade de conviver em duas legislaturas na Câmara Federal. Era um homem que aliava pensamento à ação, espírito público à enorme capacidade administrativa. É por isso que ele pôde deixar como exemplo o fato de ter sido um excelente legislador e um competente administrador, algo extremamente raro na vida pública brasileira.

Flexa Ribeiro, além disso, era uma homem de uma profunda formação humanística. Pensador, estudioso dos problemas de educação, filósofo e, além disso, profundo conhecedor da realidade brasileira. Lamentei muito seu afastamento da vida pública, que ocorreu há cerca de 15 anos. Se não estou equivocado, nas eleições de 1978 não mais se candidatou e, a partir daí, praticamente circunscreveu a sua atividade ao mero exercício da função de magistério e, de modo particular, à administração do Colégio Andrews, se eu não estou equivocado, de sua mãe, enfim, era um colégio que, poderia dizer assim, herdara da sua família e que se constituiu, como todos nós sabemos, num dos melhores educandários do Rio de Janeiro.

O fato é que, Sr. Presidente, Flexa Ribeiro, professor e Deputado, nos deixou. Mas é certo também que ele nos deixou o exemplo de como se comportar na vida pública. Porque, além das qualidades que tenho a oportunidade de realçar e que já foram também muito bem salientadas pelo Senador Nelson Carneiro, ele era um homem que agia com muita correção na sua vida pública. E isso se constitui, posso assim dizer, num paradigma. Daí por que, em meu nome pessoal, e creio que interpretando o sentimento da Bancada do meu Partido, o PFL, desejo associar-me à manifestação do Senador Nelson Carneiro, fazendo nossas as suas palavras e me associar, também, ao pesar do Senado Federal e, por que não dizer, do Congresso Nacional, pelo desaparecimento de um dos mais ilustres brasileiros de nossa geração.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o sentimento de pesar da Bancada do PMDB no Senado já foi externado pelo nobre Senador Nelson Carneiro no seu pronunciamento.

Lembro-me bem do ex-Deputado Flexa Ribeiro, homem público exemplar, voltado para o estudo aprofundado dos temas relacionados com educação e cultura e que prestou inestimáveis e relevantes serviços ao Rio de Janeiro e ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A Mesa associa-se às homenagens e fará cumprir a deliberação da Casa.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 706, DE 1991

Solicita informações ao Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento sobre o número de empresas estatais e, bem assim, sobre as que estão incluídas no programa de privatização.

Sr. Presidente,

Requeiro a V. Ex^a, ouvido o Plenário, na forma regimental, sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, as seguintes informações:

1 — Quais as atuais empresas públicas, inclusive sociedade de economia mista, que integram a administração indireta da União e a que Ministérios ou órgãos estão vinculadas?

2 — Quais dessas empresas eram empresas privadas e se tornaram públicas e por que razão, em cada caso?

3 — Quais empresas públicas estão incluídas no programa de privatização?

4 — Quais as prioridades estabelecidas para a privatização dessas empresas?

5 — Essas prioridades atenderam a quais critérios?

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1991, — Senador Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O requerimento que acaba de ser lido vai ao exame da Comissão Diretora.

Esgotado o tempo destinado ao Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1991 (nº 1.450/91, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação das seções judiciárias dos Estados de Tocantins, Amapá e Roraima, reestrutura os serviços da Justiça Federal de 1º Grau, e dá outras providências, tendo

PARECER favorável, proferido em Plenário, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária de 4 do corrente.

Em votação o projeto, em turno único.

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de, em rápidas palavras, dizer que este projeto que se vota, em regime de urgência é de iniciativa do Supremo Tribunal de Justiça e cria novas seções judiciárias dos Estados de Tocantins, Amapá e Roraima, reestrutura os serviços da Justiça Federal de 1º Grau e, obviamente, dá outras providências.

Da nossa parte, Sr. Presidente, em que pese reconhecer que o projeto poderia ter maior abrangência, com ele estamos totalmente de acordo, porque satisfaz uma carência, muito generalizada em nosso País, de instâncias judiciárias, sobretudo naquelas regiões mais distantes do nível de decisão de Brasília como são esses novos Estados, da Região Norte.

Por isso, o nosso parecer é favorável à aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, DE 1991

(Nº 1.450/91, na Casa de origem)

(Do Superior Tribunal de Justiça)

Dispõe sobre a criação das Seções Judiciárias dos Estados de Tocantins, Amapá e Roraima, reestrutura os serviços da Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criadas as Seções Judiciárias dos Estados de Tocantins, Roraima e Amapá, com sede nas respectivas capitais e jurisdição em todo o território de cada unidade federada.

Parágrafo único. As Seções Judiciárias de que trata este artigo integrarão o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Art. 2º Ficam criadas, com os respectivos cargos de Juiz Federal e Juiz Federal Substituto, dezesseis Varas Federais, assim distribuídas:

- I — duas na Seção Judiciária de Tocantins;
- II — duas na Seção Judiciária de Roraima;
- III — duas na Seção Judiciária do Amapá;
- IV — nove na Seção Judiciária do Distrito Federal; e
- V — uma na Seção Judiciária do Pará.

Parágrafo único. As Varas de que trata este artigo serão implantadas, gradativamente, na medida das necessidades do serviço, a critério do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Art. 3º Ficam acrescidos ao Quadro Permanente de Pessoal das Secretarias das Seções Judiciárias da 1ª Região os cargos constantes do Anexo desta Lei.

Parágrafo único. Os cargos de que trata este artigo serão providos, gradativamente, na forma da lei e na medida das necessidades do serviço, a critério do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Art. 4º Aos serventuários do Quadro de Pessoal da Justiça dos antigos Territórios Federais de Roraima e Amapá, admitidos através de concurso público, fica facultado o direito de integrarem os quadros de pessoal das Seções Judiciárias desses Estados, a critério do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, mediante a aplicação do instituto da transferência, previsto no art. 23 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 5º Enquanto não instaladas, as Seções Judiciárias de Roraima e do Amapá ficarão jurisdicionadas à do Distrito Federal; e a de Tocantins, à Seção Judiciária de Goiás.

Parágrafo único. Instaladas as Seções Judiciárias instituídas nesta Lei, serão a elas remetidos os processos que passarem às respectivas competências, segundo instruções a serem baixadas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Art. 6º O Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região designará comissões de instalação das Seções Judiciárias ora criadas e expedirá os demais atos necessários à execução desta Lei.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas em favor da Justiça Federal de 1º Grau, ou de outras para esse fim destinadas.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

A N E X O

(Art. 3º da Lei nº , de de de 1991)

GRUPOS	CATEGORIAS/CARGOS	CÓDIGOS	Nº DE CARGOS
DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIORES (JF-DAS-100)	Diretor de Secretaria Diretor de Núcleo	JF-DAS-101 JF-DAS-101	19 32
APÓIO JUDICIÁRIO (JF-AJ-020)	Técnico Judiciário Oficial de Justiça Avaliador Auxiliar Judiciário Atendente Judiciário Agente de Segurança Judiciária	JF-AJ-021 JF-AJ-027 JF-AJ-022 JF-AJ-024 JF-AJ-025	428 92 661 255 12
OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR (JF-NS-900)	Contador Bibliotecário	JF-NS-924 JR-NS-932	14 07
ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO (JF-NM-1000)	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos Técnico de Contabilidade Telefonista	JF-NM-1006 JF-NM-1042 JF-NM-1044	09 30 20
PROCESSAMENTO DE DADOS (JF-PRO-1600)	Operador de Computação	JF-PRO-1603	28

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 1991, de autoria dos Senadores Júnia Marise e Alfredo Campos, que susta os Atos Normativos do Poder Executivo que objetivam realizar o processo de privatização da Usiminas, tendo

PARECER, sob nº 326, de 1991, da Comissão — de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria ficou sobre a mesa durante 5 sessões ordinárias a fim de receber emendas, nos termos do disposto do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O referido prazo esgotou-se em 23 de setembro último, não podendo, nesta oportunidade, ser recebidas emendas. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Passa-se à discussão do projeto e da emenda da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em turno único.

O Sr. Humberto Lucena — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Para discutir.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, está em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 82.091, da nobre Senadora Júnia Marise, que susta os atos normativos do Poder Executivo que objetivam realizar o processo de privatização da Usiminas, tendo parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Há poucos dias, tivemos a impossibilidade, por falta de número no plenário, de aprovar o requerimento de urgência de várias lideranças partidárias desta Casa, para que um decreto legislativo que versava sobre matéria semelhante, da lavra do Senador Maurício Corrêa, tramitasse rapidamente. Estamos, agora, diante de uma nova proposição, sobre o mesmo assunto.

Gostaria, no instante em que se discute a matéria, de lembrar que encaminhei, hoje, à Mesa um requerimento de informações ao Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, sobre o número de empresas estatais, e bem assim sobre as que estão incluídas no Programa de Privatização, nos seguintes termos:

Requeiro a V. Exª, ouvido o Plenário, na forma regimental, sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, as seguintes informações:

1. Quais as atuais empresas públicas, inclusive sociedades de economia mista, que integram a administração indireta da União e a que Ministérios ou órgãos estão vinculadas?
2. Quais dessas empresas eram empresas privadas e se tornaram públicas e por que razão, em cada caso?
3. Quais empresas públicas estão incluídas no programa de privatização?
4. Quais as prioridades estabelecidas para a privatização dessas empresas?
5. Essas prioridades atenderam a quais critérios?

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1991. — Senador Humberto Lucena.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que nos move nesse requerimento é o interesse de que o Congresso Nacional, particularmente o Senado Federal, seja bem informado sobre o processo de privatização das empresas públicas, do ponto de vista global.

Quanto ao projeto que estamos examinando, há uma outra proposição, como já disse, do nobre Senador Maurício Corrêa, que é mais específica. S. Exª pretendia aliás apresentar uma emenda, oportunamente, ao projeto da nobre Senadora Júnia Marise, para atualizá-lo, de vez que a nós nos parece que realmente o ponto principal que elide a realização do leilão, que visa à privatização da Usiminas, diz respeito à questão jurídica que, inclusive, está, agora, em processo de discussão no Congresso Nacional, através de uma medida provisória, encaminhada ao Poder Legislativo pelo Senhor Presidente da República.

Já afirmei neste plenário que, como Líder do PMDB, tive a oportunidade de, consultado previamente pelo nobre Senador Marco Maciel, como Líder do Governo, fazer sentir que, do nosso ponto de vista, o melhor caminho seria, sem dúvida, o envio ao Congresso de um projeto de lei que procurasse dar nova redação ao art. 16, da Lei nº 8.031, de 1990, que dispõe sobre o processo de privatização das empresas estatais. O que o Governo pretende, realmente, é colocar, mais uma vez, para o Congresso Nacional, a utilização ou não dos títulos de conversão da dívida externa e dos Títulos da Dívida Agrária, como meios de pagamento das empresas privatizáveis.

Lembro apenas que o Congresso Nacional, por ocasião da discussão do Plano Collor, retirou pelo menos os títulos de conversão da dívida externa do projeto inicial, que cuidava da privatização das empresas. Portanto, o que hoje está em apreciação no Congresso é novamente essa questão e nós aguardamos, a discussão e votação da Medida Provisória nº 299 no Congresso Nacional para ali colocarmos, em mérito a posição da Bancada do PMDB no Senado, que não poderá ser diferente da posição do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, a nível nacional.

Como já disse aqui e repito agora, nós não temos uma posição contrária à privatização das empresas de um modo geral. Nós nos opomos ao *modus faciendi* do processo de privatização. Somos contrários à tentativa de alienar empresas do porte da Usiminas que todos sabem ser uma empresa rentável, ainda mais ao arripio da lei e, por conseguinte, da própria Constituição.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
(Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O requerimento lido por V. Exª irá ao exame da mesa.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 707, DE 1991

Nos termos do art. 279, alínea "b", do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 1991, que susta os Atos Normativos do Poder Executivo que objetivam realizar o processo de privatização da Usiminas, a fim de que seja encaminhado ao reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1991. — Odacir Soares.

O Sr. Odacir Soares — Sr. Presidente peço a palavra para uma justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO. Para justificar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente Srs. Senadores, sempre nos pareceu ser esse projeto de decreto legislativo, de autoria da eminente Senadora Júnia Marise e do Senador Alfredo Campos, inconstitucional, uma vez que, mesmo que o projeto fosse aprovado pelo Congresso Nacional — por esta Casa e, posteriormente, pela Câmara dos Deputados — ele não colimaria resultado algum. Apesar de tornar sem efeito ou de anular atos normativos, mesmo assim permanecerá em vigor a Lei nº 8.031, aprovada pelo Congresso Nacional, que dispõe sobre o programa de privatização das empresas públicas, já aprovado.

Um fato novo, entretanto, além desses, acaba de surgir neste momento, uma vez que o Senhor Presidente da República, com o objetivo de explicitar melhor as condições de alienação das empresas privatizáveis, acaba de encaminhar ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 299, que, de certa forma, tornaria, mais uma vez, inócua também a iniciativa da Senadora Júnia Marise.

Por essa razão e com o objetivo de devolver a análise dessa questão, que é das mais importantes, ao conhecimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que nós temos um fato relevante e novo, que é a Medida Provisória nº 299, é que apresentei esse requerimento, solicitando que a matéria seja devolvida ao conhecimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que aquela Comissão possa se pronunciar inclusive relativamente a essa questão nova que começa a surgir agora com a Medida Provisória nº 299.

Essa é a justificativa.

O Sr. Maurício Corrêa — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT — DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando o Senador Odacir Soares iniciou o discurso, S. Exª falou em adiamento, mas, agora, colocou realmente ordem ao feito, porque S. Exª falou em adiamento para a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sr. Presidente, por economia processual, vou juntar a minha emenda para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania possa apreciá-la.

Era só essa a afirmação que queria fazer neste momento.

O Sr. Humberto Lucena — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — V. Exª tem a palavra.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Pela ordem.) — Sr. Presidente, apenas para dizer que, como Líder, vou apoiar o requerimento, porque ele tem o endosso da nobre Senadora Júnia Marise.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o reexame solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se, hoje, às 19 horas, na Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia, volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há muito que tenho notado, na nossa sociedade como um todo e mesmo no Congresso Nacional, uma certa perplexidade nos caminhos que gostaríamos de tomar. Qual é o projeto de sociedade que pretendemos construir? Qual o papel do Estado? Que tipo de Estado nós queremos?

É verdade que a Constituição deixa claro algumas dessas respostas. No entanto, parece que a sociedade e mesmo o Congresso Nacional ainda não se compenetraram dessas decisões. É possível também que nós não soubemos, ou ainda não quisemos explicitar, principalmente, o papel do Estado. Se não temos um papel claro do Estado, fica difícil projetarmos qual o tipo de sociedade que queremos, qual o projeto do País?

— Volta e meia o Congressista — o Senador, o Deputado — é surpreendido por alguma proposta que ou vem frontalmente contra a Constituição ou contra a lei. Por outro lado, também, sentindo que a nossa Constituição, num determinado momento, pretendia ser mais reativa do que prospectiva, apresentei em 1987, projeto de emenda constitucional estabelecendo que a nossa Constituição deveria ser revista num prazo de cinco anos. No entanto, os acontecimentos da nossa sociedade, do mundo, foram de tal maneira que vieram até a justificar a nossa emenda e a nossa propositura de revisão da Constituição, principalmente pelas mudanças que ocorreram depois do ano de 1987/1988.

As mudanças, nos últimos anos, têm sido uma constante na nossa sociedade, algumas, até inesperadas. Assim é que nós todos sonhávamos com a queda do Muro de Berlim mas, por mais otimistas e esperançosos que fôssemos, não podíamos crer que ele ruísse tão depressa.

A abertura do Leste Europeu, da União Soviética, para as regras de mercado, para um regime livre e democrático, também era esperada do lado de cá. Mas devo também confessar que me sinto um pouco perplexo com a rapidez com que isso se deu.

Já tive oportunidades de manifestar a minha satisfação particular — e acho que a satisfação de todos os brasileiros — com essa abertura, mesmo porque fomos muito prejudicados. A pretexto de se evitar o comunismo e a sua infiltração, principalmente via Cuba, quantas atitudes não tomaram contra o nosso País. Inclusive, tive oportunidade de fazer essa ressalva para o Presidente George Bush, quando esteve no Brasil, embora o Brasil já tivesse definido a sua posição, há muitos anos, por San Thiago Dantas, Chanceler do Brasil à época, de maneira clara, de maneira palmar.

Mas essas mudanças que aconteceram lá não podem, de maneira alguma, nos deixar atônitos e pensar apenas que aconteceram lá.

Neste mundo interdependente em que vivemos, da queda do Muro de Berlim, voam estilhaços no Brasil e em todo

o mundo. Também a abertura do Leste europeu tem muito a ver conosco.

Estamos sentido que o mundo, de uma maneira ou de outra, debate alguns assuntos da maior profundidade, como, por exemplo, mercado, liberalismo e capitalismo. A muitos pode parecer que são sinônimos. Não são! Mesmo porque o próprio termo "capitalismo" tem diversos sinônimos, ou, pelo menos, diversos adjetivos qualificativos. Por exemplo, o capitalismo instalado nos Estados Unidos da América, para mim não é igual e, acho, nem semelhante, ao capitalismo de alguns países da Europa. Por outro lado, o liberalismo também tem que ser definido, porque muitas vezes ouvimos uma pessoa dizer a palavra liberalismo com uma certa conotação e outras com outra.

A última palavra dessa trilogia, que às vezes confunde os menos avisados é, sem dúvida, "Mercado", "Lei de Mercado", "Liberdade de Mercado". Sem dúvida há uma tendência muito grande para que haja liberdade de mercado. No entanto, o mercado não é tão livre como se quer fazer parecer, principalmente, por aqueles que detêm a predominância do mercado internacional. É muito comum ouvirmos aqui dos aficionados do mercado dizerem, por exemplo, deixe que as regras de mercado atuem para que possamos ingressar no Primeiro Mundo, onde atuam as regras de mercado. Será que é verdade isso? Verdade total? Nos estudos recentes dos organismos especializados, temos tido a oportunidade de verificar, por exemplo, que a Europa, principalmente a Comunidade Económica Europeia, os Estados Unidos da América e o Japão, somados, gastam ou investem por ano, em subsídio à agricultura, quantia superior a 300 bilhões de dólares. E quando se quer uma taxa de juros mais razoável para a agricultura neste País, dizem: não podemos dar subsídio à agricultura.

A minha intenção, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não é esgotar o assunto.

O Sr. Divaldo Suruagy — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RONAN TITO — Com muito gosto, nobre Senador Divaldo Suruagy.

O Sr. Divaldo Suruagy — Nobre Senador, V. Exª comprova mais uma vez a assertiva do dinamismo da história e do processo político, quando traz ao debate nesta Casa a velocidade dos acontecimentos ocorridos no Leste europeu, que surpreendeu a todos. V. Exª, com a inteligência que o caracteriza e com a experiência de vida que o nordea, que o fez um vitorioso em todos os campos da atividade humana, oferece exemplos a esta Casa da grande diferença do perigo da generalização. Os Estados Unidos, que poderiam ser apontados para alguns como modelo de uma estrutura capitalista, estão a enfrentar, através de barreiras alfandegárias, de dificuldades de ordem econômica, a verdadeira invasão de produtos japoneses. Os Estados Unidos, quando entraram em guerra nos dois conflitos mundiais, estatizaram o processo econômico com uma interferência direta do Governo no sistema privativo, para poder enfrentar o esforço de guerra. Quando a nação está a viver algo que se aproxima de uma calamidade pública, o Estado intervém para controlar a economia e traçar os rumos que ela deve perseguir, que ela deve traçar. V. Exª traz também o exemplo do Mercado Comum Europeu. Agora mesmo estamos assistindo a França e outros países da Europa criando dificuldades, barreiras econômicas a produtos da América Latina e protegendo a África. Essa é uma constante no intercâmbio comercial entre as grandes nações. V. Exª traz o exemplo final, que na minha opinião encerra o assunto, pela inquestionabilidade colocada, que é o subsídio, a fortuna que é gasta em subsídio agrícola pelas grandes potências capitalistas do mundo, a fim de proteger a agricultura desses países. Ora, o Brasil que tradicionalmente sempre foi um exportador de alimentos, segundo informações que recebemos, acaba de gastar mais de 2 bilhões de dólares em importação de alimentos. uê? Porque não ofereceu aos agricultores o financiamento adequado na hora adequada. A nossa safra agrícola que se aproximou da casa de 80 milhões de toneladas de grãos, está a menos de 50 milhões. Praticamente a metade. Então, tudo isso nos deixa preocupado, tudo isso ressalta a importância do discurso de V. Exª, Senador Ronan Tito. V. Exª, como sempre, traz a debate na Câmara Alta do País os problemas mais preocupantes da sociedade brasileira. Mas V. Exª não se limita a criticar. V. Exª traz idéias, sugestões e traz, acima de tudo, a experiência do empresário vitorioso que é. Aliás, V. Exª tem sido um vitorioso em todas as suas atividades, repito; é um político que dignifica a classe política, é um político com letra maiúscula. Pela sua seriedade, austeridade e cultura V. Exª mostra a este País que política pode ser feita com dignidade. Parabéns, nobre Senador, porque V. Exª está analisando e debatendo com seus Pares um dos maiores problemas que o País está a viver: saber qual o papel que o Estado deve desempenhar. O perigo, repito, está na generalização que, em qualquer campo, sempre é perigosa, e V. Exª tem razão ao defender os seus pontos de vista dentro desse ângulo do problema que está invocando neste momento.

O SR. RONAN TITO — Agradeço ao nobre Senador Divaldo Suruagy pelo aparte que enriquece o meu pronunciamento. E quando se refere a minha pessoa, todos nós conhecemos e sabemos quão generoso é esse ex-Governador, ex-Deputado. Tive o privilégio de ter sido colega do Deputado Divaldo Suruagy, e agora um segundo privilégio: ser seu colega aqui no Senado Federal. Todos conhecemos a sua generosidade.

Senador Divaldo Suruagy, pretendo apenas debater. Trouxe, inclusive, sobre o papel do Estado, um discurso que não pretende ser dogmático, mas apenas suscitar debates em torno do assunto. Precisamos definir o papel do Estado. V. Exª fala dos desmandos, porque não temos uma definição do papel do Estado, o que acontece atualmente. O Brasil foi, durante muitos anos, o segundo maior exportador de grãos da face da terra! O Brasil tornou-se este ano, o segundo maior importador de grãos. Não temos definição; não sabemos o papel do Estado! Então, por não sabermos e não termos uma definição clara do papel do Estado, ficamos sujeitos aos humores e à competência do ocupante do Palácio do Planalto de cinco em cinco anos.

Veja V. Exª o caso de Alagoas, grande produtor de açúcar! Tive o privilégio de visitar algumas usinas naquele Estado. Outro dia, ouvi na televisão alguém dizer que o melhor negócio do Brasil é usina de açúcar e de álcool. E estamos sabendo que a maioria das usinas de álcool do Brasil estão completamente falidas. No entanto, o açúcar de beterraba da Europa tem 75% de subsídio para justamente enfrentar o açúcar do Brasil. E ficamos repetindo algumas coisas tolas, vazias, sem saber verdadeiramente o conteúdo dessas assertivas. Paga-se muito mal aos trabalhadores. É verdade. Há o comprador privilegiado, porque acaba fazendo do álcool o "álcool turismo". Sai o álcool da destilaria, vai para a Petrobrás, onde é descarregado; depois é colocado no caminhão que o leva ao posto, que, muitas vezes, é pertinho do local onde foi produzido.

Não definimos, também, o Estado. O Estado é interventor em todas as áreas.

Nobre Senador Divaldo Suruagy, não sonho com o Estado mínimo, ao contrário, sonho com o Estado soberano. Mas o Estado, para ser soberano, não pode ser juiz e parte ao mesmo tempo. Isso lembra bem a questão do jogador de futebol, driblando com a bola no pé e o apito na boca. Qual quer esbarrada é falta. Portanto, precisamos livrar o Estado de alguns encargos, para que ele se torne soberano.

Posso citar muitos exemplos do Estado concorrendo com a iniciativa privada em determinado assunto. Por exemplo, telefonia. Na minha terra há uma empresa particular de telefonia. Sabem qual é o trabalho dos diretores da empresa? É ouvir a *Voz do Brasil* para ver qual o reajuste que a Estatal tem, porque é suficiente e muito mais do que suficiente para aquela empresa. A competição acaba.

Que soberania tem o País no momento de verificar se há um abuso na companhia de telefones, se ela é quem provoca o abuso maior? No mundo todo está provado que o Estado não é o melhor patrão.

Também, não sou daqueles que afirmam que as estatais são o paraíso da irresponsabilidade administrativa. O problema é mais filosófico. Nós temos empresas muito bem geridas. O problema é situar o papel do Estado. Onde e qual é o papel do Estado? Se é o socialismo, tudo bem! Então, o Estado tem que ter todo o monopólio dos meios de produção, assim reza Marx. Não é capitalista. É um regime de mercado que nunca é um regime livre. O liberalismo, o *laissez-faire*. A doutrina *laissez-passer*, *laissez-faire*, foi sepultada no século passado. O Estado tem que ser soberano para, justamente, intervir, e ele tem que intervir, principalmente nos casos dos oligopólios, dos monopólios. Mas, e na medida em que ele é empresário, e na medida em que ele é Estado? Como é que ele faz? ele vai sempre intervir como parte e não árbitro.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. RONAN TITO — Concedo o aparte ao nobre Senador, ex-Governador do Maranhão.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Nobre Senador Ronan Tito, V. Ex^a, realmente, traz ao Senado um grande tema, oportuno. Eu diria que, em primeiro lugar, nós não devemos nos deter ou julgar o fracasso do radicalismo da esquerda para achar que o radicalismo da direita é bom. Temos que nos situar para saber que os radicalismos não servem. Segundo, temos que refletir. O País, para se desenvolver, teve que criar toda essa estrutura de estatais para começar a trabalhar. Não teríamos a indústria automobilística se não tivéssemos a usina a preparar o laminado aqui. Teríamos que exportar o minério e esperar para importar a chapa, o que oneraria por demais essa indústria. Como várias outras indústrias. Mas todas essas indústrias foram feitas ainda no tempo de Getúlio Vargas. Ele sentia que se não fizesse isso, não viria ninguém de fora para se instalar no Brasil e colocar essas indústrias de base. Então, o que temos que pensar bem é como vai ser o Brasil depois de tudo privatizado. Hoje, vi o Presidente da República na televisão dizendo que iria voltar a controlar os preços. Ou seja, o Governô pode desvalorizar a moeda em 15% e aumentar a tarifa dos correios em 25%, as comunicações em 30%, o combustível em mais do que isso. Ele pode. Pode também arcar com prejuízos de mercadorias que tem que manter a um preço mais baixo, para poder haver o mercado acional. E fico me perguntando: o Governo liberou os preços porque estava havendo desabastecimento. Não há como o

produtor continuar abastecendo se ele está tendo prejuízo. Então, ele prefere parar. E o Governo liberou os preços para que os supermercados voltassem a ter produtos nas prateleiras. Voltou. Pergunto: — E com chapa de aço será que acontece a mesma coisa? Ou o Governo vai querer controlar o preço? Se controlar o preço, será que não vai haver desabastecimento? Porque são indústrias que não tratam diretamente com o povo, tratam com outras indústrias. A minha preocupação é com a hora em que o Estado sair desse importante papel e entrar a iniciativa privada. Na realidade, quem vem trabalhar no Brasil sabe que o lucro que vai ter é em cruzeiros, uma moeda que, a cada dia, está perdendo o seu valor. O que está acontecendo hoje na importação de grãos estava previsto desde o início do Governo Collor. Na hora em que a Ministra Zélia Cardoso de Mello resolveu não financiar a agricultura para não ter despesa, para não soltar dinheiro, o Ministro Antônio Cabrera quase se demitiu, porque presenciou que iria haver essa safra tão baixa, que nos obrigou a importar 2 bilhões de dólares em grãos. Eu ainda dizia que, na arrumação da Casa, ao invés de se procurar fomentar a produção, estava-se cortando despesa, e, de repente, não iríamos ter nem o que comer neste País. V. Ex^a está ressaltando um fato importante: nosso produtor agrícola enfrenta a praga, o tempo, o excesso ou a falta de chuva: ele enfrenta tudo e ainda enfrentou um governo que não quis financiar a agricultura. É preciso que haja compreensão e se obrigue os bancos particulares a aplicarem na produção agrícola a uma taxa mais barata do que o percentual das suas aplicações. Na realidade, só o Banco do Brasil vem arcando com isto, ou seja, vem aplicando a um juro menor do que aquele que oferece ao poupador. Realmente, temos que repensar o Brasil. Nobre Senador, sou preocupado em saber não o que vai acontecer no Brasil no meu tempo, mas o que virá a acontecer daqui a algum tempo, quando eu já nem estiver mais aqui. Mas terei participado, nesta quadra da vida, na definição de regras que são muito importantes para o futuro deste País. Cumprimento V. Ex^a por trazer este tema a debate nesta Casa do Congresso.

O SR. RONAN TITO — Nobre Senador Epitácio Cafeteira, o aparte de V. Ex^a é muito rico, mas eu queria me fixar apenas numa parte breve em que V. Ex^a disse com muita acuidade, que, se o Estado não tivesse investido no passado em fazer chapas de aço, é possível que não viessem as indústrias montadoras de automóvel, embora, na composição do custo final do automóvel, a chapa de aço entra com 5%, e se entra com 5% no custo final, entra com 5% da importância.

Escrevi algumas coisas que pretendo entregar à Taquígrafia, se a Presidência me autorizar, e distribuir a alguns companheiros, em que falo da importância da Companhia Siderúrgica Nacional à época em que Getúlio Vargas a instalou. A Usiminas não foi menos importante à época em que Juscelino a instalou.

Agora vou dar um exemplo a V. Ex^a do que ocorreu recentemente, em 1986. O Estado de Minas Gerais, que sedia a Usiminas, teve a sua arrecadação de ICM caindo na perpendicular. Nessa época, eu estava vindo da Câmara dos Deputados. Lá eu tinha a responsabilidade de me preocupar com o povo; aqui, a nossa preocupação é com o Estado. Passei a levantar os motivos daquela queda brusca na arrecadação de Minas Gerais. Resolvera o Governo subsidiar os automóveis para enfrentar o mercado de exportação. E o preço da chapa de aço produzida por estatais foi, nesse momento, rebai-

xado, ele estava 55% do preço internacional. Fiz a denúncia da tribuna do Senado Federal, fui discutir com o Ministro Dilson Funaro, e fizemos, então, um compromisso de acerto. O meu Estado perdia, nesse momento, todo mês, um bilhão de cruzeiros de ICM, só nesse achatamento.

Agora, devolvo a pergunta a V. Ex^a se essa aciaria fosse particular, será que o Governo a iria mandar subsidiar a indústria automobilística? O industrial iria dizer: "Mas como? Eu preciso de lucro"! Por isso mesmo, fizemos isso em cima da Usiminas, em cima do Estado de Minas Gerais e em cima da Acesita.

Em quase todos os setores do aço, temos usinas particulares, algumas, da maior importância. No entanto, no setor de chapas planas, que são chapas de aço mecanizável, que servem de base para a indústria, todas as indústrias são estatais. Nenhuma empresa se dedicou a essa área. V. Ex^a poderia dizer: "Não se dedicou por causa da tecnologia". Ora, fazer aço carbono é pouco mais do que fazer gusa. Isso é tecnologia de prateleira, de fundo de quintal. Qualquer um sabe fazer. Uma tonelada é vendida a trezentos dólares. Hoje temos aciarias particulares montadas no Brasil produzindo aço a duzentos mil dólares a tonelada. São empresas particulares! Por que elas não entram para competir com o Estado? Não são loucas.

É aquele caso que eu estava contando: o indivíduo é árbitro e, ao mesmo tempo, jogador, o que acontece quando o Estado entra para fazer qualquer uma dessas pretensas políticas. Não havia, na época, informações a respeito, mas levantei dados sobre o custo da chapa de aço na composição final do automóvel: não chegava a 5%. Na época, fiz a denúncia daqui, e acabamos fazendo em três ou quatro meses, o acerto do preço do aço. Na verdade, aquilo era transferência de recursos do meu Estado para São Paulo. Não havia outra explicação. Tínhamos a tradição de 20 anos de Ministros da Economia oriundos de São Paulo. Era só isso. E essas distorções são possíveis com empresa estatal.

O Sr. Marco Maciel — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONAN TITO — Com muito prazer, nobre Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel — Senador Ronan Tito, no seu discurso de hoje à tarde, aliás um discurso extremamente importante, V. Ex^a centra a questão num ponto fundamental para o País nos dias que estamos vivendo: diz respeito ao papel do Estado na sociedade e na economia. Este questionamento não está sendo feito apenas no Brasil, mas no mundo todo, onde o papel do Estado está sendo questionado. Não que se esteja defendendo o seu comparecimento ou a sua desnecessidade; a questão que se põe é saber qual o papel que o Estado deva desempenhar no mundo de hoje. A discussão não envolve apenas outros países do mundo; é uma questão com que devemos nos preocupar também. Como V. Ex^a salientou muito bem, o Estado, de alguma forma, estendeu seus tentáculos no território econômico, passou a ser empresário, passou a ser produtor e árbitro ao mesmo tempo. Era o poder que dava a concessão e, ao mesmo tempo, dela se aproveitava. E começou a perturbar o mercado. Não quero discutir se o Estado deva ou não operar no território econômico; mas, se deve, não poderia fazê-lo da forma como faz: perturbando o mercado, na proporção em que busca interferência na política de preços, quer no preço da matéria-prima, quer no preço do produto final, às vezes, fazendo-o de forma altamente

contraditória — e daí a razão da crise de muitas estatais: compra as matérias-primas a preços mais altos e vende o produto final a preços mais baixo. Conheço muitos exemplos disso, aliás, resultado de influências, às vezes, não muito autorizadas e nem muito corretas, em empresas do setor público. Essa questão, por si só, nos leva a discutir o papel do Estado. Mas vou mais além: acho que o Estado, na proporção em que entrou no território econômico, se absorveu; teve que deslocar quantidades elevadas de recursos e deixou ao desabrigo o campo social. Daí por que o País cresceu muito sob o ponto de vista econômico: passamos a ser o oitavo PIB do mundo — hoje somos o décimo primeiro do mundo todo e o nono do mundo Ocidental; mas o déficit social se ampliou assustadoramente. Por quê? Porque — insisto — entramos no território econômico e deixamos ao desabrigo a questão social. E o que está havendo? Estatizaram-se áreas que, por sua própria definição, deveriam ser reservadas à iniciativa privada e se privatizou aquilo que era tipicamente função do Estado. Hoje estamos assistindo à privatização da educação, à privatização da saúde.

O Sr. Ronan Tito — É verdade.

O SR. MARCO MACIEL — E agora, pasmem, a privatização da segurança. O cidadão brasileiro, hoje, é um cidadão inseguro. Não há mais segurança pública no País. A política está desaparelhada, está desapetrechada. Há empresas privadas de segurança de valores que têm efetivos superiores ou iguais há de muitas PMs estaduais. Isso é o resultado de quê? A meu ver, o incorreto posicionamento do Estado. Concorde com V. Ex^a quando diz com propriedade, que o Estado tem que ser apto. Para que ele seja apto, para que ele seja poder de reserva, não pode ser ao mesmo tempo o produtor econômico, porque se ele executa as duas tarefas, ele perturba o mercado. Se o Estado quer se reservar ao papel de evitar que os oligopólios se desenvolvam, que os monopólios, sobretudo os monopólios privados, asfixiem a sociedade, porque agem sem controle político, ele tem que se limitar a esse papel, que é extremamente importante, que é o papel de árbitro, ao exercitar o seu papel de reserva para arbitrar os conflitos, inclusive, no território econômico. Ou seja, o Presidente da República cuidar daquilo que são funções clássicas que aprendemos nos livros de Direito Constitucional; cuidar no que é administrar a Justiça, manter a ordem, e fazer a promoção social. Por exemplo, a educação. Não se concebe cidadania sem educação. Não se concebe ascensão social, e a democracia é o regime político que deve assegurar a igualdade de todos, igualmente de oportunidade. Não se concebe busca de ascensão social sem existir educação. Não se concebe cidadãos melhores formados, mais bem treinados, sem acesso à educação. O papel do Estado é na área da saúde, sobretudo para aquelas camadas mais carentes. Há o saneamento básico, há a infra-estrutura física, como estradas, comunicações, transportes. É esse o papel do Estado. É nesse sentido precisamos raciocinar aqui e agora, sobretudo quando nos preparamos para discutir e votar uma emenda constitucional que o Presidente da República enviou ao Congresso, e quando nos preparamos para fazer a revisão constitucional. A revisão constitucional está aí. Daqui a menos de dois anos estaremos nos defrontando com ela. Precisamos começar a discutir essa questão, e discutir de frente, porque quem vai resolver os problemas do nosso País é a própria sociedade brasileira. O processo de desenvolvimento é endógeno, ou seja não conheço nenhum País que tenha crescido de fora para dentro. O processo tem

que brotar de dentro, somos nós que devemos escolher os nossos caminhos, fazermos as nossas opções. Não vamos esperar nunca por soluções, apoios que venham de fora, ou apelos salvacionistas: chefes de Estado que sejam messiânicos ou coisa semelhante. Temos que ter a convicção de que somos nós mesmos, a luz da nossa vivência, recolhendo lições da experiência, da nossa história — Cícero disse certa feita “A história é a mestra da vida”. A partir daí é que devemos saber o que queremos e em função disso nós que somos o Poder Legislativo, e quem faz a lei — dizia Pontes de Miranda, não da realidade social de alguma forma —, nós que somos os legisladores é que devemos enfrentar essas questões e enfrentar essas questões sem reбуços. De 1930 para cá, tem havido no Brasil aquilo que os especialistas chamam, até mesmo alguns sociólogos, de ajustamentos progressivos. E não são feitas as transformações estruturais. Trocando em miúdo, nós temos “empurrado com a barriga” os nossos problemas e não os enfrentando adequadamente. Chegou a hora de enfrentarmos essas questões. Está aí a revisão constitucional que, aliás, foi inserida no texto Das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, por iniciativa de V. Ex^a, Senador Ronan Tito. Está aí a revisão constitucional, com a qual teremos que nos defrontar muito brevemente. Está aí essa emenda que o Presidente da República enviou, estão aí muitas outras emendas constitucionais oferecidas por ilustres Côlegas da Câmara e do Senado. Então, está na hora de enfrentarmos essa questão. Sr. Presidente e caro orador, político vai crescer na sociedade brasileira. No meu entendimento, muito do desgate da classe política é porque temos passado, infelizmente, para a sociedade, a sensação de que os grandes problemas não estão sendo enfrentados. Às vezes estamos fazendo ajuste, adiando, e, quem sabe, até fazendo um pouco de trabalho de psicologia social, de melhoria de humor da sociedade, sem efetivamente enfrentar as questões mais agudas do País. Daí eu dizer que o discurso de V. Ex^a é importante na proporção em que fere essas questões nucleares, fulcrais, cujas soluções são vitais para o País. Isso naturalmente, pode demorar um pouco de tempo. Mas é melhor perdermos um pouco de tempo e fazermos algo que seja duradouro, do que trabalharmos sempre naquelas soluções transitórias, emergenciais, provisórias, portanto, não duradouras. É o que queria dizer ao substancioso discurso de V. Ex^a

O SR. RONAN TITO — Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

O Sr. Almir Gabriel — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONAN TITO — Com prazer, ouço o nobre Senador Almir Gabriel. Quero ouvir a todos que for possível, porque esse discurso tem o condão de apenas provocar. A parte que escrevi não contém dogmas, nem poderia conter. Esse é reservado ao Papa que nos visita na próxima segunda-feira.

O Sr. Almir Gabriel — Nobre Senador Ronan Tito, diria que as classes conservadoras que em 1964 assumiram o governo do País e o poder, ou já tinham o poder e assumiram o Governo, que este é um projeto, sim, de País. A pretexto de combater a corrupção e a indisciplina deram ao Estado Brasileiro o poder que subverteu completamente a Federação, permitindo um projeto que se esgotou até 1988. Esgotou antes, mas em 1988, com a nova Constituição, rompeu para uma nova possibilidade. O grande problema é que todos aqueles que centraram fogo ao regime de 1964 o fizeram pensando na liberdade, no direito do cidadão e no resgate da cidadania.

Na verdade, um projeto novo de Estado não chegou a ser concebido por todas essas forças que se reuniram no sentido de tirar de vez o autoritarismo que vigeu entre 1964 e 1988. Discordo um pouco de V. Ex^a Penso que as classes conservadoras continuam tendo um projeto, que agora apelidam de “liberal”. É um projeto liberal, porque uma vez que foram conseguidas todas as infra-estruturas e um poder suficiente para a área econômico-financeira, banqueira, do Brasil, e outras. Enfim, quando se conseguiu tudo isso, agora podemos discutir sobre a abertura dos mercados e começam a falar insistentemente em mercado. Uma questão básica para se discutir esse projeto a que V. Ex^a se refere é primeiro definirmos de que mercado estamos falando. O mercado de 50 milhões de brasileiros que têm alguma forma de viver ligado a emprego, trabalho ou renda, ou é um mercado que também prevê esses 100 milhões de brasileiros que sobrevivem dentro do território nacional? Porque se incluem também esses 100 milhões, certamente esse projeto de “País liberal, Estado menor possível”, certamente, não vai resolver. Diria que cometemos o erro grave de termos centrado exclusivamente na questão da liberdade e no resgate da cidadania. Na verdade, temos que encontrar um jeito de resolver o problema brasileiro, levando em conta que o Sul e o Sudeste já dispõem a questão da infra-estrutura econômica; já têm estradas, já têm telecomunicação, já têm praticamente toda a condição básica para o desenvolvimento da sua economia. O Nordeste, o Centro-Oeste e a Amazônia não podem de maneira nenhuma confrontar a idéia de um Estado liberal sem que esse Estado não crie as estradas necessárias, não dêem, condições para as hidrovias, para os aeroportos. Enfim, o estágio em que o País se encontra nas suas diversas regiões são estágios de tal maneira discrepantes que têm necessidade de ter um projeto capaz de responder a essas questões regionais diferentes, e há outra diferença a dos 50 milhões que estão ligados ao mercado e os 100 milhões que estão fora do mercado. Contemplo a sua fala com um enorme prazer, pelo fato de que quase todos os discursos começam falando de crise e terminam falando de caos. O seu discurso começa — no meu entender — colocando problema e solução.

Esse é o raciocínio que temos que seguir. Acho que nós latinos somos muito facilmente envolvidos pela emoção ao discutirmos a crise e o caos, indo pra casa extremamente satisfeitos, porque fizemos um discursos candente sobre a crise e sobre o caos. Mas nada falamos sobre o problema e a sua solução. E o discurso de V. Ex^a encaminha esse ponto de vista. Parabéns a V. Ex^a

O SR. RONAN TITO — Agradeço a V. Ex^a, Senador Almir Gabriel.

V. Ex^a, Senador Almir Gabriel, falou muito a respeito de infra-estrutura, mencionando inclusive aeroportos. E isso me lembra um fato muito interessante.

Recordar-se V. Ex^a daquele avião que saiu de Brasília com destino a Belém do Pará, perdeu a rota, findando a viagem num desastre?

Em razão desse fato apresentei um projeto de lei criando meio percento de taxa aeroportuária para que se dotasse a Amazônia dos mesmos sistemas de proteção ao voo que temos no Centro-Sul.

Na época, era o Líder no Senado, Deputado e combinei com o Líder da Câmara, Ibsen Pinheiro, que determinou que o Deputado Genebaldo Corrêa fizesse o projeto. Aprovado na Câmara e no Senado, foi enviado para a Presidência da República em tempo recorde.

E o recursos? Em vez de, como propugnávamos desde o primeiro momento, ir para o Cindacta, para a Amazônia, para proteger os Vóos como no Centro-Sul, esse recurso está sendo canalizado para melhorar os aeroportos de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. É por aí sempre, sabe bem o nobre Senador.

Se não definirmos o papel do Estado, não iremos definir que tipo de sociedade queremos. Se não definirmos claramente qual o papel do Estado na nova sociedade, vamos ficar dando tiros a esmo, como esse que eu dei ao fazer um projeto para atender o Cindacta e acabei atendendo os aeroportos de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Brasília.

O Sr. Almir Gabriel — A pergunta seria se realmente esses recursos foram para os aeroportos ou para os empreiteiros?

O SR. RONAN TITO — Pois é, ainda temos essa dúvida.

O Sr. Antônio Mariz — Permite-me V. Ex^a um apêrte?

O SR. RONAN TITO — Ouço V. Ex^a, nobre Senador Antônio Mariz.

O Sr. Antônio Mariz — Senador Ronan Tito, V. Ex^a teve a gentileza de me propiciar um exemplar do seu discurso escrito, o qual ainda não pude ler, mas o farei com a atenção que requer. Restrinjo-me, pois, às palavras que V. Ex^a profere da tribuna, que me parecerem provocam a discussão em termos acadêmicos, se podemos dizer assim. V. Ex^a suscita o debate certamente para definir uma posição pessoal ao seu termo. V. Ex^a reclama a definição do papel do Estado. Parece-me que essa definição, em larga medida, está dada na Constituição Federal, que vem de completar três anos de promulgação por uma Assembléia Constituinte. O papel do Estado, sem dúvida, difuso em toda Constituição, pode ser, de forma mais objetiva, encontrado em alguns destes artigos que cito exemplificativamente. O art. 21, que trata da competência da União, estabelece com suficiente amplitude o papel do Estado, o que a Nação brasileira, por sua Constituição, espera do Estado.

Diz a Constituição Federal, no seu art. 21, entre outros, que compete à União manter relações com estados estrangeiros, declarar a guerra e fazer a paz; emitir moeda, elaborar planos nacionais e regionais de ordenação do Território e de desenvolvimento econômico e social; também manter o serviço postal, o Correio Aéreo Nacional; explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão a empresas sob controle estatal acionário de serviços telefônicos e de radiodifusão instalação de energia elétrica, navegação aérea. E ainda os transportes rodoviários, ferroviários, fluvial e lacustre.

O art. 177 define os monopólios do Estado que estão sob o fogo cerrado do Governo, como a pesquisa e a lavra de jazidas de petróleo; a refinação, importação e exportação de petróleo e derivados; o transporte marítimo de petróleo; o comércio de minerais e minérios nucleares, e assim por diante. Então, parece-me que a Constituição procurou definir o papel do Estado, que, ao contrário do que sustenta o liberalismo ou o neoliberalismo, aqui tão bem representado pelo Senador Marco Maciel, não se limita apenas a assegurar a educação, a saúde, a moradia e segurança, mesmo porque essas áreas de atuação do Governo só poderão ser bem atendidas se houver o desenvolvimento, se houver a riqueza nacional. E a riqueza nacional e o desenvolvimento não se farão sem a infra-estrutura do Estado, a infra-estrutura do País.

E é papel também do Estado assegurar essa infra-estrutura para que possa haver uma boa educação, uma boa saúde, emprego, habitação e segurança. Não deixa de ser curioso que os liberais critiquem a educação pela escola privada, a medicina privada, as empresas privadas de segurança, que são absolutamente legítimas no regime capitalista. Não se pôs em xeque na Constituição em vigor a ordem capitalista. Empresas nessas áreas que acabei de citar existem em todos os países capitalistas. Elas não podem se constituir no argumento contra a presença do Estado, a intervenção do Estado. O que é inadmissível é simplesmente se pretender que o mercado governe a Nação, que o mercado governe o País. Isso, sim, é antiquado, é anacrônico, é ultrapassado. Isso, sim, está fundado em doutrinas seculares, doutrinas que foram abandonadas, mesmo pelas grandes potências capitalistas de hoje. Vou repetir, para enfatizar, um ponto de vista que já tive ocasião de emitir, mesmo porque me parece oportuno, na discussão, fazê-lo. As empresas estatais dignas desse nome são as que têm um papel de Governo, são apenas instrumentos de Governo. Se o BNDES tornou-se proprietário de uma empresa que falhou e não criou uma empresa estatal, mas simplesmente socializou os prejuízos da empresa privada, é claro que não se trata aí de empresa estatal. Se o Banco do Brasil, por sua vez, recebe uma propriedade territorial rural em pagamento dos seus débitos e passa a explorá-la, evidentemente não se trata de uma empresa estatal. A empresa estatal é a que tem o papel de governo. O Banco do Brasil é uma estatal, embora tenha forma de sociedade mista, porque é um instrumento de política econômica. Portanto, é Governo. As empresas estatais, autarquias e fundações, são tentativas diferenciadas de dar agilidade e eficiência ao governo. Se esse objetivo é alcançado ou não, é outra coisa. O que estará em discussão, então, será a capacidade do governante. O que não se pode é colocar em dúvida a natureza de governo dessas entidades. No Emendão, a Presidência da República propõe uma nova figura jurídica: a da universidade, que, segundo a proposta de mudança constitucional, terá "natureza jurídica especial". Não é fundação, não é autarquia, não é empresa pública; terá natureza jurídica especial. É uma nova tentativa de dar ao Estado a velocidade e a eficiência que se nega à administração direta. É preciso que não se confundam as coisas e que, sobretudo, não se faça isso de forma a velar as razões de natureza ideológica que estão por trás do argumento. Na verdade, há uma discussão muito mais ampla, de natureza doutrinária ou ideológica, saber-se se o Estado deve interferir na economia, se ele tem um papel na criação dessa infra-estrutura, do desenvolvimento e do planejamento econômico. Parece-me, Senador Ronan Tito, que essa definição está perfeitamente dada na Constituição. Citei aqueles artigos e cito ainda um artigo da ordem econômica que estabelece:

"Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei."

Parece-me que os Constituintes cumpriram o seu dever, definindo o papel do Estado. Por outro lado, considero extremamente presunçoso e arrogante que três anos após reunir-se uma Assembléia Nacional Constituinte, que votou o novo texto constitucional, a nova Carta Magna brasileira, o primeiro governo que se eleja para a Presidência da República assumam

a atitude de destruir essa construção legal, que é fruto da vontade nacional expressa nas urnas, em eleições diretas e democráticas também. Eram essas as considerações que queria fazer.

O SR. RONAN TITO — Observe, nobre Senador Antonio Mariz, que a Constituição e a lei definem e, no entanto, há momentos em que somos surpreendidos, aqui neste plenário, por alguns argumentos. Outro dia, por exemplo, ouvi um Senador dizer: “Privatizar a Usiminas, se ela dá lucro?!” Ora, se é função do Estado ganhar dinheiro, então, o Estado tem que perseguir, permanentemente, negócios que deem dinheiro! Mas se a função do Estado e das empresas estatais é essa que está estabelecida na Constituição, não prospera o argumento do lucro apresentado pelo Senador. Se a função do Estado é ter lucro, se “quanto mais lucro melhor”, talvez seja um péssimo negócio mexer com educação.

Na verdade, hoje existem alguns filósofos e sociólogos que dizem que a consciência tem três níveis. No primeiro nível, por exemplo, alguém diz: “Sei que o cigarro faz mal”; no segundo nível: “Não posso fumar”, e no terceiro: “Se fumar, posso ter um acidente cardiovascular”. De tal maneira ele está encharcado do argumento que está pronto para largar de fumar.

Será que nós estamos já no terceiro nível de conscientização do papel do Estado? Tenho minhas dúvidas.

O Sr. José Eduardo — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. RONAN TITO — Ouço com prazer o nobre Senador José Eduardo.

O Sr. José Eduardo — Senador Ronan Tito, como sempre o seu pronunciamento é do maior significado neste momento de indefinição que se vive no País sobre os rumos que devemos adotar em decisões da maior importância que, sem dúvida nenhuma, afetarão o dia-a-dia do povo brasileiro; afetarão, para o bem ou para o mal, o cotidiano de cada um dos nossos cidadãos. Tenho ouvido muitos comentários sobre as origens da nossa crise, que remonta, sob a ótica econômica de alguns, a 10, 12 anos, e de outros a 30 anos, e sob a ótica política a 100 anos ou mais. E, obviamente, as decisões políticas afetam a ordem econômica. E nesse aspecto vivemos hoje problemas de origem econômica resultantes de decisões políticas erradas tomadas anteriormente. Contrariando um pouco a opinião do nobre Senador Antonio Mariz e, obviamente, descontando a opinião de muitos Senadores e Deputados que participaram da Constituinte, e que defendiam outras posições, acho que a Constituinte foi viciada, porque não foi exclusiva. Para se ter a garantia, realmente, de uma Constituição que defendesse mais os interesses da Nação do que os interesses corporativos da classe política, seria necessária uma Constituinte exclusiva, e nós, brasileiros, não tivemos esse privilégio. Outro dia li que o Paraguai, esse país amigo, sob novo governo revolucionário, vai instalar uma constituinte que será exclusiva. Na origem da questão política está a do voto proporcional versus voto distrital. Penso que o voto proporcional traz, no seu bojo, alguns vícios que são um pesado ônus para o povo brasileiro, levando o parlamentar a tomar decisões em favor de determinadas categorias, corporativistas ou não. Como a sua campanha política é levada a todo o estado, é difícil para ele contrariar determinados interesses de classe. No voto distrital, o parlamentar defende uma comunidade onde todas as classes estão representadas. Se tivéssemos o voto distrital ao invés de proporcional, seria muito mais fácil para o político

tomar decisões em favor da comunidade, e não em favor de determinados segmentos da sociedade, como acontece hoje. Pagamos um pesado ônus em função de decisões tomadas dentro dessa ótica. No Brasil, o parlamentar, o político, ao invés de defender a igualdade de oportunidades para todos, muitas vezes é levado a defender a melhoria para algumas categorias sociais, pelo peso eleitoral que elas têm dentro do colégio eleitoral. Então, este é um ponto que acho que tem contribuído muito para o atraso do nosso País, para a tomada de decisões equivocadas por parte do Congresso Nacional. Falando, então, do papel do Estado na economia, concordamos plenamente com o que diz V. Ex^a, que ele deve ter o papel de regulador das atividades econômicas, para inibir os abusos e, ao mesmo tempo, de emulador da atividade econômica naqueles segmentos onde haja a necessidade de maiores investimentos, o que deve ser feito por ações de estímulo e não pela intervenção direta. Seria muito mais positivo, muito mais barato, em termos de ação governamental e de custos, se a ação fosse estimuladora e não interventora. Nessa área da intervenção, então, por ser o Estado todo poderoso, ao invés de adotar uma multiplicidade de iniciativas, o que seria muito mais interessante e possibilitaria a distribuição da riqueza nacional, o Governo parte para grandes projetos. Não se justificaria o Governo intervir em pequenos empreendimentos. Ele sempre toma parte em grandes investimentos, até mesmo para justificar a sua intervenção.

Nesse aspecto tenho alguma experiência. Sempre ouvi dizer, por exemplo, que fábrica de papel só era um negócio viável se gerasse grande produção, exigindo grandes investimentos. Tive a oportunidade de entrar no ramo há dez anos e fui descobrir que existem centenas de pequenas empresas pelo Brasil afora, todas muito rentáveis, e afirmo que podem se instalar novas pequenas ou médias empresas que serão rentáveis. A crença de que são viáveis e competitivos apenas os grandes projetos, em função de uma economia de escala, é uma mentira, ou dos vendedores de equipamentos ou de grandes grupos financeiros que têm interesse de financiar grandes projetos. Procuram induzir o industrial a patrociná-los, causando prejuízos ao País, porque, conseqüentemente, faltam recursos para as múltiplas iniciativas, já que há uma concentração de recursos em poucos e grandiosos projetos. Foi o que aconteceu no Brasil nos últimos vinte anos. E, por último, gostaria de dizer que hoje no mundo discute-se muito a questão de se levar em conta o mercado; e o que é o mercado. Há duas maneiras de se encarar o mercado. É muito mais fácil descobrir o que o mercado deseja, isto é, qual a tendência do consumidor, e produzir aquilo que ele deseja. Então, não faltarão iniciativas nesse sentido, não precisa o Governo intervir.

Sempre haverá empreendedores dispostos a satisfazer a essas necessidades de mercado, sem a intervenção do Estado. Sempre que houver mercado, haverá pessoas dispostas a atender a essas satisfações. Portanto, o grande balizador, o grande norteador dos investimentos é o mercado. O mercado é atuante, ativo, atual; vai continuar sempre atual, porque só um louco vai produzir algo para o qual não haja mercado, para o qual não haja um consumidor disposto a comprar. A preocupação do Governo deve ser a de ampliar esse mercado, pela distribuição da riqueza. Quanto maior for o mercado, quanto maior for o poder aquisitivo da população, mais oportunidade haverá.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Quero lembrar ao nobre orador que o tempo de V. Ex^a está esgotado.

Os apartes serão permitidos, de acordo com o Regimento Interno, pelo tempo de 2 minutos.

O SR. RONAN TITO — Agradeço ao nobre Senador José Eduardo o aparte.

Peço ao Sr. Presidente que permita os apartes. Gostaria de ouvir os nobres colegas que pediram apartes, concitando-os a ser breves. Comprometo-me com V. Ex^a, Sr. Presidente, a não comentar os apartes, porque o condão deste discurso é, justamente, provocar os nossos Senadores, para que cada um possa se manifestar, ainda que de maneira concisa, sobre o papel do Estado.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RONAN TITO — Ouço com prazer o aparte de V. Ex^a

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Senador Ronan Tito, serei muito breve. Apenas para advertir sobre alguns detalhes interessantes. V. Ex^a traz à discussão o papel do Estado, mas, como disse o Senador Antônio Mariz, ele já está definido na Constituição. O que temos que saber é qual a política do Estado com relação à Economia? É evidente que a palavra política que estou introduzindo aqui não é no sentido político-partidário e, sim, política como uma ciência social, atinente à atividade do Estado. No discurso de V. Ex^a há muitas sugestões interessantes, mas que não devem evidentemente induzir aquilo que hoje é uma bandeira do Governo Federal, de que a Constituição não serve, a Constituição atrapalha, a Constituição é equívoca, a Constituição desserve ao Estado. Absolutamente! O grande risco que vivemos no momento, Senador Ronan Tito, é exatamente a vida do Estado, como o Estado é praticado, como ele se exercita, como ele é representado pelo Poder Executivo. Não é a ordem constitucional que se discute nesse momento, não é a ordem institucional também que estamos discutindo. Tão falho é o Estado no momento, no Brasil, na sua exteriorização, nos aspectos pragmáticos, que nós até o achamos muito grande, quando, na verdade, ele é fragilíssimo. Há um Estado mais forte, o da indústria automobilística, há um outro estado dentro deste, também de muita fortaleza e de muita imponentia, é exatamente o da comunicação social. Hoje o poder de uma rede de televisão é maior do que o poder do Presidente da República em qualquer mensagem dirigida ao País. Os oligopólios são fortíssimos, mas não é por defeito da Constituição. O corporativismo é fortíssimo neste País. Também não é por defeito da Constituição. É pela má execução constitucional, evidentemente, que isso acontece. Então, estamos hoje no discurso de V. Ex^a em busca de uma política do Estado para gerar a sua linha econômica. Como V. Ex^a, todos nós somos partidários de que o Estado, taticamente, se retire dos setores aos quais chegou equivocadamente ao longo da História. O nosso tipo de Estado é uma projeção da História do Brasil, mas as defleções do Estado são projeções de momentos autoritários. exemplo, após 31 de março de 1964 o Estado passou por uma expansão cada vez maior, exatamente porque não tinha popularidade e tinha que ocupar todos os setores.

O SR. RONAN TITO — É verdade.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Se V. Ex^a defende uma volta para excluirmos do Estado esse período doentio que o acidentou, não há dúvida, todos nós vamos apoiar V. Ex^a, mas nunca confundindo a ordem constitucional com a prática, com o aspecto pragmático, com o aspecto político do Estado.

Eu falaria sobre esse assunto, Senador Ronan Tito, muito e muito, inclusive porque V. Ex^a me provocou, na minha parte de conhecedor de sociologia jurídica, de Direito, de política como ciência social, quando V. Ex^a tocou em determinados temas no início de sua explanação, que achei fascinantes. Inclusive iríamos à teoria do Estado, que para mim é uma complexidade que realmente atrai e que realmente fascina. Eu parabeno V. Ex^a pelo seu pronunciamento e digo que a discussão aberta, bom seria que outras vezes ocorresse nesse Plenário, com mais tempo para que falássemos somando a nossa pouca experiência às luzes que V. Ex^a faz com que resplandeçam na tribuna do Senado. Muito obrigado.

O Sr. Nelson Wedekin — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RONAN TITO — Ouço o nobre Senador Nelson Wedekin.

O Sr. Nelson Wedekin — Senador Ronan Tito, vou procurar ser breve, porque observo algo bastante interessante nesse seu pronunciamento; o orador na tribuna é o que menos está falando. Todos os apartes têm sido bem mais substantivos do que a própria palavra do Orador. Apenas para dizer que creio que, em tese, todos estamos de acordo que o Estado abandone algumas de suas atividades, sobretudo na área produtiva. É razoável o argumento exposto pelo Senador Marco Maciel ao afirmar que, quando o Estado se impõe a condição de investir nas áreas produtivas, esse dinheiro investido em siderúrgica, por exemplo, ou em tantas outras áreas, em tantos outros setores, é dinheiro que não vai para a educação, para saúde, para moradia, para segurança etc. É apenas para direcionar a discussão no que me parece ser o aspecto mais atual de todo esse debate, que é a privatização da Usiminas e também, um pouco, para contrapor o argumento de que, o fato de a referida empresa ser lucrativa, não significa necessariamente que ela não tenha ou tenha que ser vendida. O que quer dizer, em outras palavras, Senador Ronan Tito, é que se é assim, se esse dinheiro que o Estado investe no setor produtivo deveria ser enviado para outros segmentos mais típicos das atribuições do Estado; então, é evidente, que o processo de privatização, não apenas deveria ser precedido de uma ampla e racional discussão, como deveria começar, sem dúvida alguma pelas empresas que não são lucrativas, pelas empresas que são deficitárias. Porque, de outro modo, esse dinheiro que sobra todos os anos da Usiminas é um dinheiro que o Estado não tem que investir. Parece ser algo bastante simples. Mas o dinheiro que o Estado tem colocado, por exemplo, na Rede Ferroviária Federal — e ninguém fala em privatização da Rede — ele poderia ir para a saúde e para a educação. Quero concluir, Senador Ronan Tito, porém eu poderia dizer mais coisas. Fala-se muito das corporações — inclusive, em aparte, o Senador José Eduardo falou das Corporações; o Senador Cid Sabóia de Carvalho falou sobre um fato bastante interessante. Há outras corporações das quais ninguém fala: são as grandes empresas nacionais e transnacionais, os grandes bancos... ninguém fala dessas corporações; ninguém fala dos grandes interesses... apenas se reage contra as corporações, a união dos interesses comuns de determinadas profissões. Mas, na essência, era isso que eu queria dizer a V. Ex^a. Para terminar, leio uma pequena notícia da revista *Visão*, desta semana, que diz bem a esse respeito, cujo título é o seguinte: "Privatizar sim, mas com cautela." Diz a revista *Visão* desta semana: "A Inglaterra adotou integralmente a cartilha liberal e decidiu vender as suas estatais. Entre outros objetivos, o governo inglês preten-

dia levantar recursos para combater o rombo no orçamento público" — certamente para remeter esses recursos para aquelas áreas que são atribuições específicas do Estado. "Vendidas as estatais, o rombo está de volta na Inglaterra. Nos primeiros cinco meses deste ano, o déficit saltou para 13,7 bilhões de dólares, mais do que dobrando em relação aos 6,8 bilhões do mesmo período do ano de 1990. Só que desta vez não há mais estatais para vender." O que temo é que esse processo de privatização, do modo como está sendo feito com apodamento, com pressa, com irracionalidade, com uma crítica muitas vezes injusta e até ofensiva a todos aqueles que se opõem, nem tanto à privatização em si, mas à forma como ela está se dando; o que temo é que daqui a pouco vendamos as nossas estatais, exatamente aquelas que são as melhores para vender, porque as outras ninguém cogita de querer comprar, e, um belo dia, não tenhamos mais estatais e ainda continuemos com os nossos lombos. Ou na linha do seu próprio argumento: aquela taxa de serviços de infra-estrutura para aeroportos, que V. Ex^a em boa hora decidiu criar e teve força para isso, não foi para aquilo que era a razão de ser, mas para outros setores, outras áreas que não interessavam. Mas quero cumprimentar V. Ex^a pela forma como encaminhou o seu discurso, como uma tentativa de abrir esse debate, que é fundamental. E o fez de uma forma lógica, democrática, racional, para que pudéssemos colocar não a verdade que está estabelecida pelos meios de comunicação, pelas elites dominantes deste País, mas aquela que representa o outro lado dessas questões tão bem levantadas por companheiros e Senadores, nesta oportunidade. Muito obrigado.

O Sr. Oziel Carneiro — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONAN TITO — Concedo o aparte a V. Ex^a, com prazer.

O Sr. Oziel Carneiro — Nobre Senador Ronan Tito, aqui fiquei pacientemente ouvindo os apartes a V. Ex^a e gostaria de apresentar meus encômios pela condução do seu discurso. Antes de subir à tribuna, V. Ex^a anunciou para os companheiros que escreveu um discurso, mas que não iria lê-lo porque, na realidade, queria provocar um debate. E isso, efetivamente, ocorreu. Alguns companheiros emitiram opiniões próprias e eu gostaria de, agora, também emitir a minha própria opinião sobre o problema da presença do Estado na economia produtiva. É evidente que num país subdesenvolvido, com regiões carentes — e muitas vezes o Estado ainda necessita investir em economia produtiva —, não há dúvida de que não poderemos de um modo radical importar, por exemplo, o processo de privatização usado na Inglaterra. No caso específico dos açoes sou um defensor da privatização porque, evidentemente, já atingimos um grau de desenvolvimento nesse setor, o que possibilita ao Estado se ausentar dele. No entanto, é preciso que todos nós nos conscientizemos de que privatizar ou estatizar é uma consequência de um interesse primordial da sociedade. É muito parecido, por exemplo, quando se cria um incentivo fiscal; se levamos em conta toda vez que alguém no Estado renuncia a um tributo, é evidente que aquilo só será uma medida acertada se aplicado na proporção da necessidade de uma benefício que possa retornar à sociedade. Por isso, louva V. Ex^a porque não houve nenhum aparte radical. Agora, eu não chegaria ao liberalismo do Senador Marco Maciel, até porque no Brasil ainda não podemos ter, em determinados setores, a tão reclamada economia de mercado. Há regiões subdesenvolvidas, carentes. Se quisermos tornar moderna e eficiente a agricultura brasileira, ela não pode, a exem-

plo do que eu tenho até ouvido de algumas lideranças rurais, viver numa economia de mercado. O Senador Almir Gabriel, que gosta de citar estatísticas, falou no mercado de cinquenta milhões de pessoas que participam e cem milhões que estão fora do mercado. Ora, o Governo não pode, de modo absoluto, ignorar a existência dessa população carente. Por isso, entendo que nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Devemos privatizar empresas em que não se faz mais necessária a presença do Estado. O Estado deve estar presente, concedendo subsídios ou até criando novas empresas, se isso for realmente uma premência, uma necessidade da sociedade como um todo ou da população de alguma região brasileira. Congratulo-me com V. Ex^a Defendo a diminuição da presença do Estado na economia produtiva, mas não a sua ausência total, exatamente porque cabe ao Estado servir à sociedade. Servindo à sociedade, o Governo tem que ter a capacidade e a inteligência para fixar as suas prioridades e evitar, assim, o desperdício, como ocorreu em muitas estatais. Era o aparte que eu queria fazer ao discurso de V. Ex^a, nesta tarde em que nos proporciona um debate da melhor qualidade e de grande proveito para a Nação brasileira.

O SR. RONAN TITO — Por último, e não menos importante, *the last, but not the least*, o meu Líder, Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — Ouvi as suas palavras e li o texto, que V. Ex^a distribuiu aos Senadores, sobre o papel do Estado. Sem dúvida, a grave crise econômico-financeira que afeta, hoje, o Estado e, no sentido mais amplo, o setor público brasileiro, decorre, sobretudo, da situação de imensas dificuldades, criadas a partir do momento em que chegamos a um alto índice de endividamento geral, interno e externo. Sabe V. Ex^a — e sobre isso tem-se debruçado em estudos, não apenas no Senado, mas também fora dele — que cerca de 40 ou 50% dos recursos fiscais da União, dos Estados e Municípios têm sido utilizados, ao longo destes últimos anos, para o pagamento do serviço ou do principal da dívida externa e da dívida interna. Ainda há poucos dias, o Senhor Presidente da República, Fernando Collor de Mello, durante pronunciamento à Nação, pela televisão, afirmou que no seu Governo, de 15 de março até hoje, Sua Excelência diminuiu a dívida interna de 30 trilhões para 11 trilhões de cruzeiros. Do meu ponto de vista, nobre Senador Ronan Tito, a crise maior do Estado, e portanto do setor público — aí incluídos os Estados, os Municípios e o Distrito Federal — origina-se, justamente, dessa necessidade de se desviar recursos fiscais, para o pagamento dessas dívidas. Se nós temos que pagar a dívida externa e a interna, não podemos, porém, resgatar a maior dívida de todas, que é a dívida social. Daí dizer-se sempre que, sem a solução dessas duas dívidas, a externa e a interna, não se resolve o problema fiscal do Estado, sem o problema da inflação e, portanto, da dívida social. Ao ouvir V. Ex^a e ao ler o texto que distribuiu, pinço a seguinte passagem que, a meu ver, é de muita lucidez, porque vai ao encontro do que estou afirmando: "No meu entendimento, os recursos da privatização deveriam ser carimbados para investimentos na educação, saúde, saneamento etc. Ou seja, os recursos apurados não poderiam ser usados para o pagamento da dívida pública. No processo atual, infelizmente, está para ocorrer aquilo que teria sido bom evitar. A alienação do patrimônio está sendo feita com o propósito de aliviar o déficit público." V. Ex^a colocou o dedo na ferida. Esse é o aspecto, talvez, mais negativo do atual processo de privatização no Brasil.

Sabe V. Ex^a que isso ocorreu também na Argentina. Na Argentina, os recursos fiscais arrecadados com a privatização das empresas públicas foram drenados para o resgate da dívida pública. Isso não pode ocorrer no Brasil, porque aí estaremos cometendo uma perversidade de natureza social a mais, dentro da nossa política econômica. Portanto, tenho para mim que seria de bom alvitre que pudéssemos — inclusive se prosperar algum texto da proposta de emenda constitucional que o Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional, introduzir um dispositivo que estabelecesse a obrigatoriedade de que os recursos provenientes da privatização das empresas públicas, inclusive sociedades de economia mista, seriam aplicados em investimentos na área social de educação, saúde, saneamento etc., como defende V. Ex^a, através de programas a serem submetidos ao crivo do Congresso Nacional. Se não for assim, correremos o risco a que me referi — e que V. Ex^a denuncia, do desvio desses recursos para o resgate da dívida pública. Quanto ao mais, sabe V. Ex^a que o PMDB e, contra o processo de privatização. Inclusive aprovamos, com ressalvas, a atual Lei de Privatização no bojo do Plano Collor. No caso específico da Usiminas, a maioria da bancada levantou-se contra o *modus faciendi*, isto é, contra a inconstitucionalidade do Decreto do Senhor Presidente da República que extrapolou o poder regulamentar do Poder Executivo e, por via de consequência, contra o edital de venda da Usiminas.

Ficamos apenas, portanto, na questão de ordem jurídica. Não podemos negar que o processo de privatização é necessário, pois o Estado tem que se retirar de certos setores, para dar espaço à iniciativa privada. Digo, embora saiba que V. Ex^a tem uma posição diferente, que também há dúvidas, se em vez de começarmos pela privatização das empresas rentáveis não devêssemos iniciar o processo pelas empresas deficitárias, como ocorreu no México. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. RONAN TITO — Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Humberto Lucena, meu Líder. Digo à V. Ex^a que se tivéssemos tempo iríamos debater esse assunto.

No entanto, Sr. Presidente, acho que o intento foi conseguido. O que propunha, desde o início, era colocar em debate o assunto do maior relevo.

Peço a V. Ex^a que dê meu pronunciamento como lido, inclusive os tópicos que tentei provocar aqui, desta tribuna, para que houvesse o debate. Tinha consciência, desde o momento, que a opinião menos importante sobre a questão do papel do Estado seria a do orador. Por isso mesmo me privei, muitas vezes, de emitir minha opinião, ouvindo os conceitos dos meus pares, os Srs. Senadores.

E se V. Ex^a permitir constar dos Anais, lerei apenas os tópicos finais da provocação que eu queria:

- 1) Que tipo de sociedade e de Estado queremos?
- 2) A Constituição e a Lei nº 8.031/90, definem o caminho.
- 3) Mas parece que ainda não estamos socialmente convencidos. Daí, precisamos continuar o debate.
- 4) Posições pessoais: gradualmente favorável à privatização.
- 5) Mas não pelo Estado mínimo.
- 6) A intervenção do Estado na economia foi necessária, no passado, para deslanchar a nossa revolução industrial.
- 7) Minha proposta original: os recursos da privatização seriam carimbados para que não fossem usados no pagamento da dívida pública. Esta é minha diferença principal com o que está sendo feito hoje.

8) A situação atual está muito deteriorada pela ineficácia do Governo.

9) O que precisa ser feito:

I — acerto fiscal simultâneo;

II — acerto duradouro das dívidas interna e externa;

III — transparência e correção nas contas públicas;

IV — maior envolvimento social no processo.

10) Por que persistir nas atuais condições? Evidentemente, para avançar.

11) Três considerações sobre como avançar:

I — priorização dos gastos públicos dado a escassez de recursos: áreas dos monopólios estatais, área cinzenta de combinação do público e do privado, e área da iniciativa privada;

II — redução da intervenção na economia acompanhada de descentralização executiva e administrativa;

III — democratização do capital e fortalecimento das empresas nacionais."

Sabe por que, Sr. Presidente? O déficit é um saco sem fundo. Tudo que se julgar, para tampar o déficit, se não se fizer o acerto de contas, se não fizermos o acerto fiscal, o que hoje parece tampar esse saco sem fundo, amanhã, sem dúvida nenhuma, irá por água abaixo.

Então, creio que a privatização deve prosseguir. A discussão se é com as empresas rentáveis ou com as deficitárias pode-se deixar para uma outra hora, mas é imprescindível que se faça o acerto fiscal, o acerto de contas, para que o patrimônio da população brasileira, a poupança do povo brasileiro, como estatais e extraordinárias que temos, não seja jogado num buraco sem fundo que se chama déficit.

Muito obrigado a V. Ex^a e aos Srs. Senadores. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR RONAN TITO EM SEU DISCURSO:

O PAPEL DO ESTADO

Os acontecimentos recentes no caso da privatização da Usiminas devem levar cada pessoa, principalmente cada parlamentar, a definir que tipo de Estado e que tipo de sociedade queremos. Não importa neste momento qual vem em primeiro lugar, se a sociedade ou o Estado, mas, como a política de privatização está na Ordem do Dia, vou falar desse processo e de sua importância na reforma do Estado.

Antes de mais nada quero notar que não só a Constituição de 1988 consagrou a livre iniciativa como um de seus princípios fundamentais, mas também a Lei nº 8.031, de 1990, que regula a privatização, sinalizou um dos caminhos mestres para a reforma do Estado.

Esses foram dois passos jurídicos importantes rumo a nossa modernização, mas, a julgar pelos últimos acontecimentos, não estamos ainda socialmente convencidos do caminho a seguir. Muitos dos que votaram para aprovar a lei de privatização, hoje estão dizendo: mas por que a Usiminas? Por que começar justo com um estatal lucrativa? Ora, se as pessoas estivessem verdadeiramente convencidas com a definição da lei e se estivessem satisfeitas com a sua execução, a resposta estaria contida numa outra pergunta: por que não a Usiminas?

Em todo caso, as dúvidas que ainda persistem exigem que continuemos a discutir o processo, pois só no debate franco é que podemos nos convencer do acerto ou erro das nossas decisões.

Devo dizer que até bem recentemente eu tinha sempre um pé atrás, quando se falava em privatizar. Depois, passei

a ver nesta idéia a forma possível de retomarmos o crescimento econômico com os nossos próprios meios. Hoje, diante das tantas dificuldades que estão a avassalar o Estado brasileiro, passo a me preocupar até mesmo com sua soberania. Parece que é chegada a hora de o Estado reagrupar forças e desocupar trincheiras que podem ser melhor defendidas pela iniciativa privada. A privatização pode ser entendida, assim, como um processo de reagrupamento.

Mas também não sou pelo Estado mínimo. Não é isso. O Estado tem de ser soberano. Ele tem de ser indutor do desenvolvimento e de equalizá-lo. Ele precisa intervir a qualquer hora para apoiar, para estimular ou desestimular qualquer atividade. Finalmente, o Estado precisa cuidar dos serviços como da justiça, da segurança, da saúde e da educação.

Afinal, foi uma iniciativa acertada de Getúlio Vargas aquela negociação para termos a Companhia Siderúrgica Nacional. O momento foi definitivo na implantação de nossa siderurgia, assim como não foi errado o Brasil, Minas Gerais e demais estados terem se empenhado para fundar a Usiminas e outras empresas de tal porte. Não crítico a antiga luta pelo petróleo. Apoiei a campanha "O petróleo é nosso" e já lutei pela Petrobrás. Naquele tempo a iniciativa privada não queria ou não podia entrar, não tinha recursos que bastassem.

Tenho certeza não só de que foi oportuno mas valeu a pena o Estado ter entrado na siderurgia, na energia, na telefonia, no transporte etc. Com isso ele gerou esse grande patrimônio que são as empresas estatais e sobre o qual desce hoje na política de privatização.

Há pouco mais de três anos fiz, desta tribuna, um discurso sobre o assunto. Há dois anos, tramitou nesta casa um projeto de lei de minha autoria. Existem semelhanças entre o discurso, o projeto de lei, e a atual lei das privatizações. Por exemplo, tanto no meu trabalho como na lei vigente, falamos em alocar para os trabalhadores, a preço supersubsidiado, uma parte (10%) das ações da empresa a privatizar. Isto sempre me pareceu uma compensação justa porque os empregados se sacrificam ganhando mal durante muitos anos e fazem parte na construção do patrimônio.

Mas há também diferenças, e a principal delas é que, no meu entendimento, os recursos da privatização deveriam ser carimbados para investimento na educação, saúde, saneamento etc. Ou seja, os recursos apurados não poderiam ser usados para o pagamento da dívida pública. No processo atual, infelizmente, está para ocorrer aquilo que teria sido bom evitar: a alienação do patrimônio está sendo feita com o propósito de aliviar o déficit público.

A situação nacional deteriorou demais nos últimos dois anos, fazendo da privatização uma forma de capacitação urgente e indispensável de recursos. Outras formas já tentadas foram: o arrocho salarial, a reforma administrativa e o seqüestro da poupança. A privatização talvez seja a última forma relativamente fácil à disposição, depois da qual não se vislumbra nenhuma outra fonte de recursos.

Assim, a situação sempre agravada comprova a ineficácia do atual governo. E para não se dizer que temos memória curta, cabe perguntar: estaríamos nos, como ocorreu no caso da poupança popular etc., diante de mais um possível confisco improdutivo? Qual é a garantia de que desta vez teremos os problemas do déficit e da retomada do crescimento finalmente equacionados?

Na verdade, não existem garantias e, diante deste processo aparentemente inelutável, somos levados a propôr, com vistas a minimizar as possíveis perdas, uma mudança geral

de comportamento ao longo dos seguintes pontos: 1) um acerto fiscal *pari passu* com a privatização, 2) um acerto duradouro das dívidas interna e externa, 3) transparência e correção nas contas públicas e 4) um maior envolvimento dos indivíduos, das comunidades locais e regionais, das entidades de classes e até mesmo da sociedade em geral no processo.

Não basta, portanto, que o processo de provatização siga as normas legais. (Aliás, quero fazer aqui um elogio à atuação do Procurador-Geral da República, o Dr. Aristides Junqueira. Como primeiro Procurador sob a nova Constituição, ele tem ocupado um espaço realmente dignificante para o cargo que desempenha, estabelecendo precedentes que só poderão engrandecer o Ministério Público.) É necessário também, como vinha dizendo, que o processo de privatização seja uma medida eficaz na solução dos nossos problemas.

Mas por que persistir com esse processo tão custoso e em circunstâncias tão adversas?

Primeiro, por força mesmo das circunstâncias. Segundo para reagrupar as forças do Estado, tornando-o menor, mas, mais ágil, coeso e soberano em relação a vida econômica do País. Terceiro, para avançar. A magnitude e os limites desse processo de reforma e de redimensionamento do Estado têm de ter por objetivo não só a preservação mas o progresso da revolução industrial brasileira. Não podemos pôr a perder os grandes sacrifícios, nem estagnar sobre as conquistas passadas. E é sobre como avançar que gostaria de tercer agora algumas considerações.

A escassez de recursos está a exigir que façamos uma priorização clara dos gastos e investimentos públicos. No que diz respeito aos gastos e investimentos públicos. No que diz respeito aos gastos, essa priorização pode usar como ponto de partida o número dos monopólios que o Estado tem de exercer imprescindivelmente. Este parece ser deveras um critério adequado, senão vejamos.

Ainda que o princípio da propriedade privada seja uma espécie de monopólio no que tange ao direito de uso e abuso das coisas, a privatização das atividades implica na quebra de monopólios enquanto formas de controle e domínio dos mercados. E em se considerando o espaço geográfico nacional, o Estado só precisa exercer um controle soberano, ou seja, um monopólio, em três áreas: na produção de leis, na administração da justiça, e no uso legítimo da força.

Em todas as demais áreas da atividade humana, o Estado pode ou comparti-las ou deixá-las inteiramente para a iniciativa privada. As áreas compartilhadas são típicas de investimento. Os serviços de educação, saúde, saneamento e segurança, comumente designadas como próprios para a intervenção do Estado moderno, são na verdade áreas mais ou menos cinzentas, onde o ideal é uma combinação de atividades públicas e privadas. Existem, por outro lado, áreas em que o Estado verdadeiramente moderno não se mete. É o caso, por exemplo, dos serviços religiosos.

A intervenção estatal na produção de bens ou mercadorias se justificou no passado brasileiro na medida em que foi necessária para promover a industrialização do País. Ainda hoje essa intervenção é considerada necessária em alguns setores, especialmente no que diz respeito à pesquisa e ao desenvolvimento de novas tecnologias.

Agora, é curioso notar que no agudo quadro de escassez, em que vivemos, uma das áreas mais sacrificadas nos últimos anos tem sido a agricultura. O subsídio à agricultura é hoje, paradoxalmente, uma proposta vencida. E digo paradoxalmente porque, num contexto inflacionário e de miséria social,

a produção de alimentos mais baratos deveria ser o começo de uma solução.

Acreditamos em todo caso, que os três monopólios imprescindíveis e as necessidades de desenvolvimento vis-à-vis outros Estados nacionais são critérios úteis para decidirmos sobre as nossas possibilidades de gastos e investimentos públicos.

Outra observação que gostaríamos de fazer é de que a privatização significa uma redução da intervenção do Estado na economia produtora de bens, mas precisa ser, concomitantemente, acompanhada de uma descentralização executiva e administrativa. Essa necessidade surge em função não só do tamanho e diversidade do Brasil mas também do fato de que o País passa hoje por um processo de integração continental.

Queremos caminhar para um mercado livre na América do Sul, desejo este tão claro que achamos por bem explicitá-lo no artigo quarto da Constituição. Já fizemos progressos significativos com o acordo Mercosul, envolvendo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O continente, porém, é feito de mais oito países e com a maioria deles as perspectivas de integração são muito atraentes.

Estivemos há pouco em Roraima e observamos lá um forte anseio pela integração com a Venezuela e, mais além, com o Caribe. É que todo o setentrão amazônico poderia se beneficiar enormemente com o barato petróleo venezuelano. Pudemos sentir também o quanto o monopólio da Petrobrás se torna, ali, economicamente irracional.

A Petrobrás compra petróleo da Venezuela, transporta-o para Santos onde é refinado, e leva os derivados para o setentrão amazônico, bem próximo do ponto de origem. Deus sabe por quantos transportes passa o petróleo neste périplo! O resultado de qualquer forma é que a gasolina do lado brasileiro custa X do lado venezuelano, 20% de X. E com a aventada regionalização dos preços a tendência em breve será de aumentar ainda mais a disparidade, dado o inexorável aumento dos preços em Boa Vista.

Agora, por que não favorecer todo o setentrão com a quebra do monopólio estatal do petróleo e o estabelecimento do mercado regional de troca? A região pode ser abastecida de combustíveis e asfalto pela Venezuela, enquanto o Brasil possui muitas outras coisas para vender a ela. Não precisaríamos pagar petróleo com moeda forte como estamos pagando. Poderíamos pagar com máquinas, equipamentos e cereais que a Venezuela seguramente importaria deste País.

Enfim, dado a escassez de recursos, é chegada a hora de descentralizarmos os encargos, isto é, os deveres executivos e administrativos. A Constituição já promoveu uma descentralização de recursos, mas está aí o Presidente Collor com sua plataforma de fazer escolas municipais idênticas, do Rio Grande do Sul a Roraima. Ora, sabemos que qualquer escola que o município constrói por 20, usando material e mão-de-obra local, os estados constroem por 40 e a União por 100. É simplesmente mais um exemplo de irracionalidade econômica que, no nosso entendimento, poderá ser minorado com a descentralização administrativa. Quer dizer, deveria voltar à pauta o nome Estados Unidos do Brasil no lugar de República Federativa do Brasil.

Uma terceira observação que gostaríamos de fazer é que a privatização revigora a iniciativa privada mas isso só não basta para o atual estágio do nosso desenvolvimento industrial. O capitalismo industrial brasileiro precisa superar o seu atual estágio, digamos assim, patriarcal, e saltar para um novo pata-

mar qualitativo. Este salto exige movimento em dois sentidos: um, no sentido da democratização do capital e, outro, no sentido do fortalecimento das empresas nacionais com a promoção de grandes conglomerados.

O primeiro movimento é necessário para que haja uma integração cada vez maior da população brasileira no projeto de desenvolvimento da nação. A privatização das estatais abre uma oportunidade ímpar para se iniciar esse processo de democratização do capital, e é por isso que advogamos o engajamento, ainda que fortemente subsidiado, dos empregados e comunidades locais na compra das empresas.

Já o segundo movimento é necessário para que haja a integração verdadeiramente competitiva da economia brasileira nos mercados mundiais. Este ponto foi muito bem desenvolvido pelo Sr. Jorge Hori, em artigo na *Gazeta Mercantil* (de 21 e 23-9-91) e que passamos a citar no argumento que segue.

Para o Sr. Hori, o modelo de economia real vitorioso hoje não é o norte-americano, nem os modelos europeus, mas o japonês. E diz ele:

“A premissa básica que comanda esse novo modelo capitalista é que para ser competitivo mundialmente é preciso ser grande, é preciso ser mega. Big is best confronta-se com small is beautiful.”

“As empresas japonesas”, continua o Sr. Hori num esforço comparativo, “cresceram com o apoio do Estado e fundadas num mecanismo comercial. As americanas e alemãs cresceram — como empresas privadas — dentro de uma economia de mercado, com o apoio indireto de seus estados. As italianas, francesas e britânicas cresceram como estatais. Estas últimas foram posteriormente privatizadas: na França — ao contrário — ocorreu um processo de estatização”.

Voltando-se para o caso brasileiro, Jorge Hori achou que ainda não nos apercebemos de que a nova ordem competitiva mundial se faz entre megaempresas transnacionais em todas as frentes. Pelo contrário.

“O governo”, diz ele, “propõe a abertura da economia às importações para aumentar a concorrência e o direito de opção dos consumidores, de acordo com uma visão liberal. Segundo a mesma visão, propõe medidas e ações antitruste e de combate aos oligopólios nacionais, estigmatizando-os como os principais vilões da realimentação inflacionária.”

“A privatização é orientada no sentido de segregação das empresas, de forma a ampliar a concorrência no mercado nacional, contrariando a tendência mundial de concentração, em cada país, em torno de grandes empresas transnacionais — seja na siderurgia de planos, seja na petroquímica.”

“Portanto, o Brasil tem duas alternativas básicas para a organização da sua economia capitalista: a) o modelo plenamente liberal — que os países do primeiro mundo não praticam mas recomendam aos do terceiro — que irá conduzir a uma profunda desnacionalização e ao domínio da sua economia pelos oligopólios mundiais; b) o modelo da nova concorrência — com o fortalecimento das empresas privadas nacionais, para ampliarem significativamente o seu tamanho e se transnacionalizarem.”

“Na primeira opção, o cenário mais provável é que os grupos mega se entendam no exterior sobre

a divisão do mercado brasileiro, numa versão moderna do Tratado de Tordesilhas. Na segunda, o Brasil irá participar do grande campeonato da economia mundial, com um time próprio, e não apenas oferecer o seu mercado para a satisfação das transnacionais não brasileiras."

Mesmo na melhor das hipóteses, o cenário pintado pelo Sr. Hori é sombrio, principalmente se levamos em conta a maneira avassaladora com que o modelo liberal de desconstrução do Estado vem sendo perseguido entre nós. E isto não obstante o fato de que até mesmo o Presidente Collor têm se desanimado com os seus esforços para levar o Brasil para o primeiro mundo e se frustrado com a pouca receptividade dos países avançados. Afinal, suas frustrações não o levaram sequer a propor alternativas e dessa maneira continuamos, como que por inércia, na rota de desconstrução do Estado.

São estas as observações e este o discurso que pôde fazer com o intuito de buscar alguns parâmetros e destaques fundamentais para a continuação do debate sobre a privatização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, estamos numa tarde de grande inspiração, inclusive com esse debate provocado pelo Senador Ronan Tito, onde se discute as posições que deva o Estado ter com relação à economia, de tal sorte que possamos suplantar o quadro negativo em que nos encontramos neste momento.

Ontem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, reuniu-se a Comissão Mista que examina a Medida Provisória nº 299. E essa Comissão, por dez votos contra três, acolheu o parecer do Relator, Deputado Francisco Dornelles do PFL do Rio de Janeiro, entendendo que a Medida Provisória nº 299 realmente cabia dentro dos conceitos de relevância e urgência.

Até aí, Srs. Senadores, tudo bem, porque, afinal de contas, a relevância e a urgência são contemplações que devem ser feitas através de um ponto de vista governamental. A ótica, aí, seria governamental, quem saberia da urgência e da relevância seria exatamente o Presidente da República ao baixar a sua medida provisória. Muito embora seja de absoluta estranheza, entendemos que há relevância e urgência quando a medida provisória, esdruxulamente, é meramente interpretativa. Então, há que se perguntar: qual a relevância e qual a urgência de uma mera interpretação? Quando falamos em interpretação, Sr. Presidente, a coisa se complica, porque no Direito uma das situações mais polêmicas é admitir-se a lei interpretativa, muito embora já no tempo do grande Rui Barbosa esse assunto fosse debatido, e o próprio Rui tendesse para entender que uma lei, por explicitar outra, terminaria, evidentemente, por interpretar-la. Mas é evidente, no sistema legal brasileiro, nas instituições brasileiras, a lei interpretativa, como concebe o Presidente da República, tem existência duvidosa e anticientífica. Ainda mais que, pela Constituição, de acordo com o nosso Direito Constitucional, a competência de interpretação das leis compete ao Poder Judiciário.

Note-se, portanto, uma situação esdrúxula: quando o Presidente da República baixa uma medida provisória, invade, constitucionalmente, é verdade, a competência do Poder Legislativo. Mas quando essa medida provisória contém interpretação

de outra lei, a invasão é da competência do Poder Judiciário, e, para tanto, não há a autorização constitucional.

Verifica-se, portanto, que legislar através da medida provisória é constitucional, porém interpretar leis através delas é assumir as aptidões do Poder Judiciário. Sendo assim, não há autorização em nossa Carta Magna.

A matéria é das mais controversas. Jornalistas se acenam de nós, os integrantes da comissão de Deputados e Senadores, querendo saber das possibilidades de a comissão, no mérito, aprová-la. É de difícil assertiva, é de difícil afirmação tratar-se dessa matéria, pois a previsão é absolutamente difícil, inclusive porque se nota que neste momento, no Congresso Nacional, muitos temas da ordem jurídica merecem uma solução meramente política.

Aprovar no mérito a Medida Provisória nº 299 será, sem dúvida, um procedimento de caráter político de apoio ao Presidente da República, mas não será de bom grado uma providência de caráter jurídico, uma providência técnica, adotada pelo Congresso Nacional.

Difícil, já disse, anteciparmos de como procederá a Comissão. Ao aprovar a admissibilidade, há, de certo modo, o anúncio de que, no mérito, poderia também a Medida Provisória nº 299 merecer igual tratamento dessa Comissão Mista que, inclusive, é presidida pelo orador.

Na reunião de ontem à noite, sendo o Presidente e não tendo havido empate, não votei, mas entendi razoável a posição do Relator Francisco Dornelles no momento em que, antes de examinar o mérito, e porque não deveria mesmo fazê-lo naquela hora, ele entendeu que a ótica governamental deveria predominar para que passassem os dias e essa ótica predominasse até o exame do mérito dessa citada medida provisória.

Vejam como está a situação no Brasil e como é o Estado brasileiro. Eu admiti há poucos instantes ao orador que me antecedeu, Senador Ronan Tito, que muitas vezes pensamos que é inconstitucional aquilo que, na verdade, tem uma fisionomia pragmática, tem uma faceta meramente prática.

Quando queremos definir a posição do Estado, dentro da atividade econômica, é evidente que não precisamos de atacar a Constituição, precisamos aplicá-la, mas a Constituição se aplica através de instrumentos lícitos e normais. Não se aplica a Constituição através de medida provisória esdrúxula, estranha, antijurídica, contra o direito e que demonstra, acima de tudo, a incompetência técnico-científica no campo dos conhecimentos sociais da equipe que assessora, neste momento, Sua Excelência, o Presidente da República.

Uma medida provisória casuística que visa dar uma interpretação, embora passageira, para propiciar o leilão, isso, evidentemente, foge aos parâmetros da seriedade, não é sério.

Preocupamo-nos com o Estado: ora ele parece excessivo, ora ele parece gigantesco, é o titã, é uma coisa estranha, tem mil braços, tem todas as aptidões. Mas, no Brasil, Srs., no momento em que o Estado exorbita, através de uma medida provisória, para propiciar uma privatização que se consuma de modo ilícito, nesse exato momento, esse Estado tem dentro de si forças maiores que a sua e quase que fugidias com relação ao seu controle e ao seu aspecto intervencionista.

O que a indústria automobilística faz, no Brasil, é absolutamente imperial. A Autolatina tem poderes que nenhum órgão do Governo tem. Seus instrumentos, no campo econômico, são capazes de dobrar os procedimentos políticos e, notadamente, os cuidados de ordem administrativa.

O Estado, ao longo dos anos da Revolução, expandiu-se até irregularmente. Foi a todos os cantos, foi a todos os recantos culturais e científicos deste País. O Estado se expandiu para compensar sua falta de base popular. Ele se expandiu de mil formas e arbitrariamente. Mas foi nesse período, exatamente nesse período, que o Estado perdeu o controle de suas principais aptidões, de tal sorte que uma rede de televisão, se pode eleger o Presidente da República, é provável que possa destituí-lo.

A tese do **impeachment**, que caminha humilde e sorrateiramente no Congresso Nacional, pode disparar, se acatada por Roberto Marinho, por Sílvio Santos ou por João Saad. Talvez até a Rede Record de Televisão tenha condições de dar peso e repercussão a tese mais extravagante. E não há Estado para esse controle. Como não há Estado para muitos outros controles; alguns com atividade clara e lícita, como é a produção de automóveis, como é a produção de peças, notadamente, como é a montagem de veículos, como também não há um controle estatal eficiente sobre nenhum meio de comunicação neste País.

Como é tão grande esse Estado! Isso é que fico sem entender, porque esse Estado, no momento em que estou falando, é enorme para gerar o terror no seio do funcionalismo público e no operariado; é muito forte para o descontrole social que ele propicia pelos desmandos presidenciais; mas é um Estado pequenino, humilde, achatado, sem expressão diante das verdadeiras forças econômicas do País, sejam essas forças no campo dos cereais, ou relativamente à carne bovina, ou a qualquer item essencial da vida brasileira. Estado forte e fraco; confuso e difuso. Estado com personalidade indefinida. Estado que ora grita e ora geme, mas que não resolve os problemas sociais de um modo geral, incluindo, no aspecto social, o aspecto econômico.

Muito estranho, Sr. Presidente, quando aqui abordamos diferenciadamente: uns entendem que o Estado deveria atuar no campo social, enquanto, outros dizem que o Estado deve sair da área econômica. Eu não sei onde arranjaram fundamento científico para que o econômico não se contenha no aspecto social.

Basta examinarmos a obra de um Joaquim Pimenta, basta analisarmos a obra de um Hermes Lima, basta estudarmos a filosofia de um Augusto Comte, basta classificarmos as ciências para verificarmos que, extraindo-se as ciências abstratas nas ciências concretas — a economia, o direito, a estatística —, tudo isso é ciência social.

Diz-se então, que o Governo deve ficar com o aspecto social e não com o econômico. Se isso é uma grande afirmação, em um País que "colloriu" pela incompetência e, ao mesmo tempo, pela sagacidade de alguns alagoanos; se isso é uma esperteza; na verdade, não corresponde a uma assertiva correta dentro do conhecimento humano. Não é assim, evidentemente.

O Estado brasileiro, neste momento, está bem estabelecido na Constituição Federal e mal executado pelo Poder Executivo. A verdade é somente esta.

Não estamos aqui discutindo reforma constitucional, inclusive, quando o Emendão que aqui chega se preocupa com transfusão de sangue, com a doação de órgãos, ao mesmo tempo que com o fim do monopólio do petróleo, com a estabilidade de servidores, com providências fiscais, com temas minudentes ou de grande extensão, tudo tratado a um só tempo, como se esta Casa não tivesse um Regimento Interno que a isso tudo proíbe.

Não sei como vamos examinar esse Emendão, porque o Regimento do Senado é claro e diz que emenda constitucional tem que tratar de um tema ou de alguma coisa conexas a um só tema. Não podemos juntar sangue humano para transfusão à questão fiscal, à questão tributária, à questão de definição de empresa nacional e outras coisas tantas, como acontece nessa extravagância que estão chamando de Emendão e que acabam de remeter agora, oficialmente, ao nosso pobre conhecimento.

A Medida Provisória nº 299 dá continuidade ao desmando jurídico do País. E isso se produz em Brasília, nas vizinhanças do Supremo Tribunal Federal, no Distrito Federal, que é a sede do Superior Tribunal de Justiça. Pior ainda, esses atendidos jurídicos se consomem a poucos metros de distância do gabinete do Procurador-Geral da República. Emendão cheio de idiotias. Emendão que chega às raízes da cretinice humana e, ao mesmo tempo, medida provisória sepultada por disposições técnico-jurídicas do começo do século.

Isso que se tenta fazer agora já foi abordado por Rui Barbosa em diferentes momentos. E ficou claro à Nação brasileira que não há, evidentemente, lei interpretando lei. Quando se diz que a lei é interpretativa é porque ela minudencia outra lei e disso resulta uma compreensão daquela. Mas uma lei que vem para evitar os debates e a polêmica sobre a Usiminas, para evitar ações judiciais sobre a Usiminas e ainda nos dizem: "Vocês não sabem ler, vocês não têm conhecimento. A lei "tal", no seu artigo "tal", deve ser lida desse modo, porque significa isto aqui e não aquilo que a Nação está pensando". Quando o Governo tinha, evidentemente, um caminho, que era, por uma medida provisória, alterar o artigo da lei que quer interpretar.

Por que não fez assim? Então, vêm aí as desconfianças. Não é uma desconfiança cultural, do nível de conhecimento dos membros do Governo, mas já é uma análise da má-fé governamental. Por que isso? Porque se trazer à baila instrumento tão nocivo e tão conflitante e ainda cobrar do Congresso Nacional um procedimento político diante de um assunto tipicamente técnico? A situação é grave.

Quando discutimos o Estado, na verdade, devíamos discutir as razões do presidente, as razões dos seus ministros, as razões do seu programa de governo e não discutimos a Constituição Federal, como se essa houvesse envelhecido assim tão de repente.

Há poucos dias, fui a um debate com empresários do meu Estado, o Ceará, em que um empresário, ex-militar, que teve grande realce na sua função, dirigiu-me uma pergunta:

"Senador, entre a data da promulgação da Constituição de 1988, 5 de outubro, até a presente data em que V. Exª fala aqui, muita coisa aconteceu; já não há o muro de Berlim, a União Soviética entrou numa fase difíceis de decomposição territorial e política."

E saiu enumerando fatos, inclusive, nas entrelinhas, lendo-se uma futura queda de Fidel Castro. Então, ele dizia para mim: "Essa Constituição brasileira deve ficar como está? A mesma Constituição, antes disso tudo, deve continuar"? Respondi: Coronel, claro que sim. Não está dentro da nossa Constituição a União Soviética nem o Muro de Berlim; dentro dela não existe nenhuma questão da política internacional mutável, alterável de modo tão fácil. Muito pelo contrário. A nossa Constituição tem um instrumental de liberdades, dos direitos do cidadão. O art. 5º é todo um estatuto digno de ser assinado pela própria Organização das Nações Unidas.

Não temos o racismo, somos contra o terror, contra todos os delitos graves, os quais queremos punir exemplarmente; somos contra todas as discriminações. Então, nada disso existe dentro da Constituição. Logo, ela não deve ser mudada.

Estive na África do Sul e na conversa com constitucionais daquele país que graves problemas vive, o que escutei é que a Constituição brasileira seria uma espécie de modelo para os constitucionalistas sul-africanos, notadamente no tratamento que demos ao cidadão. Uma Constituição cidadã, como disse Ulysses Guimarães, não pode variar ao sabor de acontecimentos em Paris, em Moscou, em Washington ou Havana. É evidente que nossa Constituição paira muito acima de tudo isso. E muito mais ela paira acima dos desmandos do Presidente da República. Ela está muito acima de qualquer equívoco governamental, seja do Presidente da República, ou de um Ministro, ou seja do Ministro e do Presidente o equívoco de dupla autoria. Ela paira acima dos desvios de verbas, dos crimes, dos rombos, dos estelionatos e peculatos que estão acontecendo aí. Muito pelo contrário: ela é toda a base para o combate a isso, pela estrutura que dá ao Poder Judiciário e pelos instrumentos que põs nas mãos dos cidadãos, como mandado de segurança melhor definido que a lei anterior. O mandato de segurança coletivo, o mandado de injunção, o habeas data, o habeas corpus exemplarmente declarado nesta Carta. A cidadania tem um instrumento de ação popular e de muitas outras ações, inclusive pela fortificação dos sindicatos, permitindo-se aos servidores públicos que se sindicalizem tanto quanto os servidores da rede privada do País. Esta Constituição Federal deu instrumentos ao povo e a cada um dos cidadãos. Ela não pode ser atacada pelos desmandos dos homens que atualmente estão no poder. Muito pelo contrário: revista como resguardo; resguardo da sociedade diante dos cidadãos que de modo irregular dirigem o País momentaneamente.

Modificar-se uma Constituição agora, através de um Governo que baixa medida provisória interpretativa, é, no mínimo, uma burrice; ou se não é, pelo menos, é arriscado cometer-se uma burrice num momento tão grave para a nossa economia.

Acredito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que a hora é de não emendar; a hora é de preservar a letra constitucional, porque se essa Constituição incomoda a quem delinque, ela é ótima; se essa Constituição incomoda a quem governa mal, ela é excelente; se essa Constituição garante aos cidadãos o uso das liberdades, inclusive da liberdade de imprensa, ela é divina, é uma Constituição excepcional, porque permite, acima de tudo, a liberdade de imprensa; que é básica no contexto democrático de qualquer país. Ninguém acredita em democracia onde não há liberdade de imprensa. É básico que haja todas as liberdades, inclusive a de imprensa, muito embora com o conhecimento científico de que nenhuma liberdade prejudicará a outra. O limite das liberdades é a harmonia de todas elas; a liberdade de um cidadão para onde se inicia a liberdade dos seus concidadãos. Essa harmonia social é básica em todo e qualquer país, em cujo solo a nação existe e o Estado se instalou.

No Brasil, agora, é moda questionar o Direito. Não sabemos como a Inglaterra vive há tantos e tantos anos quando sua principal peça constitucional é a Carta de Ricardo Coração de Leão do século XIV. Isso é estranho.

Não sei como os Estados Unidos se mantêm com uma Constituição de tão poucos artigos, mas que se perfaz por uma Jurisprudência sempre inteligente e sempre atuante.

Ninguém falou na mudança da Carta norte-americana e nem quando da renúncia de Richard Nixon. Não se falou em modificar nada na Constituição norte-americana com o escândalo de Watergate. Muito pelo contrário. Louvou-se a Constituição de cujo espírito saiu a desejada renúncia do Presidente Nixon, desejada pela Nação que o impulsionou a tanto, tão grave era a aquela ocorrência.

Ninguém pensa em mudar a Constituição quando ela é o limite que está operando eficazmente. Nota-se o quanto a Constituição opera de modo eficaz neste País quando ela incomoda a Sua Excelência o Presidente da República nos seus sonhos grandiloquentes de governar de modo cada vez mais imperial, de tal sorte que possa desmantelar, destruir sem que nada lhe aconteça e sem que nada lhe seja cobrado pela sociedade.

Interessante, por exemplo, Sr. Presidente, como a estabilidade do servidor público preocupa os governantes, agora, isso não acontece com outras estabilidades. Somos cheios delas. Talvez a maior que exista seja a da propriedade privada.

Adquire-se uma propriedade, lavra-se a escritura, faz-se o registro no cartório competente e pronto, está tudo consolidado, ninguém poderá ir contra aquele título por maior que seja a necessidade social, porque a lei confere estabilidade ao detentor do título de propriedade.

Que passem fome os vizinhos, que se passe fome no município por falta de produção mais adequada num determinado objeto da propriedade de alguém, nada será feito.

E esse cidadão tem uma estabilidade tão gritante que tem ações possessórias garantidas na lei processual civil, ações instantâneas, fortes, para as quais os juizes não pensam duas vezes: "Tem o título de propriedade? Tem. Imediatamente é deferido.

Essa estabilidade não preocupã o brasileiro, só a estabilidade no emprego. Isso sim é preocupante.

Mas não preocupa outras estabilidades que existem na sociedade brasileira, pois a maioria dos negócios ilícitos no Brasil é plenamente estável pelas leis mal interpretadas. Ninguém se preocupa com a má-interpretação das leis nem com possíveis falhas do Poder Judiciário.

Estável é a indústria de bebidas. Estável é a indústria que produz cigarros. Estáveis são todos aqueles que produzem bens de consumo contra a saúde humana. Essa estabilidade não preocupa. Mas preocupa a estabilidade de quem foi nomeado sem concurso e tantos anos ficou que o Constituinte reconheceu que aquela pessoa não mais poderia deixar seu emprego, a não ser querendo, porque o Estado foi o autor do ilícito e por ele deve responder; havendo, portanto, uma pena legal resultante do direito à estabilidade do cidadão indevidamente nomeado.

É essa a estabilidade que preocupa ao Presidente Fernando Collor de Mello. Mas garanto que a estabilidade da Autolatina, nos momentos em que esmaga o Estado, não preocupa. Garanto que a propriedade é assegurada pela mais odiosa das estabilidades e ninguém se preocupã com isso, mesmo diante da premência de uma verdadeira reforma agrária.

E o Governo pretende se distanciar de uma reforma agrária, porque altera títulos de propriedade, para falar na política agrícola e na política agrária, políticas que não envolvem a estabilidade dos possuidores de bens e imóveis rurais. Acho que está faltando à Nação essa verdade, essa realidade. Estamos aqui dispostos a tudo estudar, seja o monopólio do petróleo, seja a abertura econômica, seja a reforma fiscal. Mas também devemos estudar para onde irá o dinheiro que será

auferido através disso, o modo como será aplicado, se não vai aparecer de novo uma prática idêntica à da LBA, se não vai haver de novo coisas inexplicáveis, como pessoas que ganham pouco e adquirem muito no Governo, pessoas que compram apartamentos de luxo, casas excepcionais, mansões extraordinárias sem que haja explicação ao Imposto de Renda.

Queremos saber evidentemente para que as alterações desejadas, porque, afinal de contas, tudo é possível numa democracia, mas dentro dos limites da moralidade. Moralidade é tão importante que é, na verdade, a fonte da lei. A lei que não tiver o fundamento moral, que se basear nos costumes, que não perceber a realidade social para gerar o seu texto é inócua e é ineficaz.

É essa moral que estamos cobrando do Governo para que se explique quanto às reformas pretendidas.

O Sr. Divaldo Suruagy — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Ouço V. Ex^a, Senador Divaldo Suruagy.

O Sr. Divaldo Suruagy — Gostaria de acrescentar, além das interrogações que V. Ex^a está fazendo no seu brilhante pronunciamento, outras que, na minha opinião, são básicas para qualquer modificação no texto constitucional. Primeiro, haverá alguma melhoria do padrão de vida do povo brasileiro com essas mudanças? Segundo, essas mudanças implicarão na redução do déficit público, na diminuição dos índices inflacionários, na redução da dívida externa? Sabemos que a resposta a todas elas é não. O que é essencial, o que é importante à vida brasileira não será modificado em nada com essa emenda. Isso é mais uma bomba de fumaça que o Governo acena, é mais uma expectativa falsa que se cria perante a nossa sociedade, como se essa mudança constitucional fosse, de uma hora para outra, mudar o padrão de vida do nosso povo tão espoliado, tão maltratado, tão machucado, tão espezinhado. A emenda vai reduzir os males econômicos e financeiros do país, a inflação, a dívida externa, o déficit público? Sabemos, de antemão, que nada disso ocorrerá. Nada acontecerá de grave, de profundo dentro da realidade nacional. Isso é mais uma parafernália que se monta, querendo iludir a boa-fé do povo brasileiro. Gostaria de, ao acrescentar essas interrogações às perguntas que V. Ex^a faz ao povo brasileiro da Tribuna do Senado, destacar que V. Ex^a prima, mais uma vez, pela correção das suas atitudes políticas, pela coerência dos seus princípios morais e, principalmente, pelo seu espírito cívico. Meus parabéns.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Obrigado, Senador Divaldo Suruagy.

Há uma tristeza entre o aparte de V. Ex^a e minha fala, e entre minha fala e o aparte de V. Ex^a. É que neste País todas as indagações, hoje, são respondidas com a história das pesquisas. O Presidente Fernando Collor vai muito bem nas pesquisas. Já analisamos aqui, sobremaneira, o caráter técnico dessas pesquisas. Analisamos, inclusive, até as suas conseqüências quando ocorridas no campo eleitoral. Sabemos que atualmente são instrumentos para a ilusão e para fundamentarem o arbítrio e o desrespeito à lei.

O Presidente da República é uma pessoa que se preocupa exatamente com a sua imagem. Sua Excelência lê as pesquisas como quem lê a bíblia. Orienta-se, quanto às suas atitudes, mais pela realidade econômica.

O Sr. Divaldo Suruagy — Permite-me V. Ex^a, mais uma vez, interromper o magnífico pronunciamento de V. Ex^a?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Ouço o nobre Senador Divaldo Suruagy.

O Sr. Divaldo Suruagy — V. Ex^a diz bem que o único parâmetro, o único balizador que o Presidente da República possui chama-se "Pesquisa de Opinião Pública". Dessas pesquisas, não se discute a veracidade, discute-se a realidade. Todos nós que compomos esta Casa, somos políticos experientes, políticos vividos e sabemos como se pode manipular a pesquisa de opinião pública. Vou dar um exemplo concreto: Há uma cidade no interior de Alagoas, onde nasceu Graciliano Ramos, chamada Quebrângulo. Tive a oportunidade, como Governador do Estado, de atender aos grande anseios, aos grandes reclamos desse município, que eram a pavimentação asfáltica, a construção de um hospital e de um colégio. Ao atender a esses reclamos, a população ficou muito grata a ação do meu Governo. Quando fui candidato ao Senado da República, consegui um índice verdadeiramente impressionante. Mais de 90% — para ser mais preciso, 92% — da população de Quebrângulo votou no candidato ao Senado Divaldo Suruagy. Se eu fosse candidato ao Governo de Alagoas em 1994, poderia mandar fazer uma pesquisa em Quebrângulo. Essa pesquisa revelaria que 80 ou 90% da população preferiria Divaldo Suruagy ao Governo a qualquer outro candidato. Eu poderia anunciar essa pesquisa da seguinte maneira, sem fugir à verdade: uma pesquisa feita no interior de Alagoas atesta que Divaldo Suruagy tem a preferência de 80 a 90% do eleitorado. Eu estaria mentindo? Não. Essa pesquisa é real? Não, porque Quebrângulo não é todo o interior de Alagoas. Então, estas pesquisas são facilmente manipuláveis para se criar uma imagem de realização de acerto perante diversos segmentos do contexto social. V. Ex^a, mais uma vez, vai no âmago do problema: o Presidente está iludido com essas pesquisas, apesar de elas já retratarem o grande declínio da imagem positiva que o Presidente possuía ao tomar posse. Hoje, os índices são verdadeiramente alarmantes no campo do pessimismo. Há dois dias, **O Globo** registrava uma pesquisa em que o ex-Presidente João Baptista Figueiredo estava com um índice de popularidade 3 a 4 vezes maior que o do atual Presidente da República. E o Presidente Figueiredo não primou pela popularidade quando governou o País. A ação administrativa do Presidente Fernando Collor gerou um saudosismo tal que o Presidente João Baptista Figueiredo teve um percentual 3 a 4 vezes superior ao do atual Presidente na cidade do Rio de Janeiro, que tem um forte sentimento oposicionista. Pois bem, o Presidente está iludido e, o que é mais grave, está querendo iludir a Nação. Daí, mais uma vez, eu me parabenizar com V. Ex^a, com esse alerta que, lamentavelmente, não chegará aos ouvidos do Presidente. Mas como seria bom que o Presidente ouvisse as palavras de V. Ex^a, para ver se ainda acorda em tempo necessário e suficiente para mudar o rumo do seu Governo, para tentar corresponder aos anseios da população, para tentar minorar o drama do nosso povo.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Nero, em Roma, era tão popular que terminou por incendiar a própria Roma.

Se verificarmos a história, veremos que nos períodos de dirigentes arbitrários, em quaisquer países do mundo, o momento maior vivido pela personalidade de cada governante era aquele instante em que Nero ia ao circo, ao anfiteatro assistir o sacrifício dos cristãos. Hitler adorava as multidões; Mussolini também. Todos os arbitrários adoram multidões,

porque a multidão gera uma atmosfera de ilusão, de um mórbito prazer.

Sabemos da vocação do atual Presidente para os anfiteatros, para os palcos, para os palanques. Mas sabemos muito pouco de sua vocação para os atos de Justiça, para os atos de correção, para os de comedimento, para a orientação administrativa, para a solução pacífica e silenciosa, sem os trovões ribombando no ar, sem os canhões estourando suas balas de alta sonoridade, de violenta sonoridade.

Não pode ser um Presidente sem fogos de artifício; necessita dos fogos de artifício. E precisa muito mais do vídeo, da televisão, da boa imagem, da excelente fotografia, do trabalho bem produzido. Precisa de tudo isso. Por isso mesmo falha no comedimento, falha na razão, falha na solução pacífica.

Argumenta-se que o Presidente foi eleito por uma grande maioria. É verdade. A mesma maioria que mandou para a Assembleia Nacional Constituinte seus Deputados e seus Senadores para que fizessem uma Carta, para que fizessem a Constituição. Elegeu-se esse cidadão para aplicar essa Constituição no papel de Chefe do Poder Executivo. Assim como cabe ao Poder Judiciário e ao Poder Legislativo o cumprimento dessa Carta, cabe a todos, ao mais simples cidadão o cumprimento da Constituição.

Foi eleito numa seqüência lógica. Convocada a Assembleia Nacional Constituinte, ela deliberou e foi promulgada; fizemos a primeira eleição direta depois de tudo o que aconteceu na história do Brasil em matéria de eleições indiretas, fizemos a primeira eleição direta e elegemos o Sr. Fernando Collor de Mello para ser o Chefe do Poder Executivo, jurando a Constituição que aí está. Ele não foi eleito para ter intolerâncias e aplicar intolerâncias diante da Carta.

E, como disse, Srs. Senadores, se querem avaliar como esta Carta é boa, basta avaliar como era boa a Carta de 1946, que foi incomodar o primeiro presidente ditatorial, Humberto de Alencar Castello Branco, que cuidou de mudar a Constituição de 1946. Essa Constituição incomoda como outras incomodaram a Getúlio Vargas no momento de fixação de sua ditadura. Ela incomoda exatamente porque contém em si a democracia e a obrigatoriedade do cumprimento de disposições altamente democráticas.

Um Presidente que não pode conviver com a estabilidade de servidores públicos é um Presidente que se torna suspeito, porque isso significa dizer que já aquele que pretende ter o poder do susto, o poder da assombração. E têm esses poderes, neste momento, um papel reservado na atitude do Presidente da República. Nas encenações presidenciais, o fazer medo é algo de muito notável, é algo de muito indiscutível neste País. Os murrões que não acertou na inflação quer dá-los, agora, na democracia.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Ouço V. Ex^a, nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy — Quero cumprimentar V. Ex^a pela reflexão que faz nesta tarde, salientando como o Presidente da República, que assumiu jurando cumprir a Constituição, passados um ano e sete meses de seu Governo, diz que a economia está inviabilizada se não houver o Congresso Nacional por bem aceitar as mudanças que propõe. Acredito que a Constituinte foi sábia em colocar o período de 5 anos de experiência para que possamos nós, os eleitos em 1990,

fazer a reflexão devida sobre quais são os itens da Constituição que podem efetivamente ser alterados. Colocar isso, agora, como uma necessidade premente, antes mesmo de termos completado a legislação complementar desta Constituição, antes mesmo que o Governo possa, dentro dos limites colocados por esta Constituição, acertar melhor, é um passo inadequado, como bem tem salientado V. Ex^a nesse pronunciamento. Acredito que, em especial, a política econômica não foi bem resolvida pelo Presidente da República e por sua equipe; deve-se considerar também o fato de já ter passado um ano e sete meses, e as suas promessas — as promessas do candidato e do Presidente da República ao assumir de logo fazer com que a economia estivesse com um ritmo de crescimento novamente acelerado, as suas promessas de erradicação da pobreza, as suas promessas de olhar, sobretudo, para os descamisados — terem ficado para trás. O retrato que se vê hoje do Brasil é como aquele estampado na primeira página do jornal de domingo *O Estado de S. Paulo*. É o jovem empresário que agora pode adquirir o seu carro importado por 65 mil de dólares, que pode ir à loja mais moderna de chocolates, em São Paulo, e adquirir importados diretamente da Bélgica, um quilo de chocolate por 100 dólares. Esta é a modernidade que foi introduzida no Brasil, antes que houvesse sido resolvido o problema da erradicação da pobreza, antes que tivesse sido resolvido o problema dos menores de rua, que estão por toda parte, já que não têm outra alternativa senão a vida marginal. O retrato do Brasil está, por exemplo, estampado na Revista *Veja*, desse final de semana, que registra que praticamente 1/3 do Estado de Pernambuco hoje — sem que restasse aos agricultores outra alternativa — está coberto pelo plantio de maconha; 1/3 do território de Pernambuco tem hoje essa característica. Não que os agricultores, pequenos e médios em especial, estejam fumando maconha. Mas porque não encontram a alternativa de sobrevivência digna no plantio da cebola, do feijão, do arroz ou da cana-de-açúcar, porque não encontram a guarida devida em termos de assistência tecnológica, creditícia e tudo mais que se faz necessário. O retrato do Brasil de hoje também está estampado na Revista *Istoé/Senhor* que noticia como aquele órgão que deveria estar dando prioridade à realização da Reforma Agrária está simplesmente cancelando uma das propostas de projetos que iriam ser feitos exatamente numa das zonas mais conflitantes do Brasil, no Sul do Pará. Todas as obras tiveram que ser suspensas porque a concorrência estava sendo realizada com cartas marcadas. E com procedimentos que caracterizam o mau uso do dinheiro público. Seria importante que estivesse o Presidente da República mais preocupado com a seriedade no trato da coisa pública; mais preocupado com pessoa que honestamente procurassem melhor lidar com os recursos que são do povo. Seria importante — repito — que o Presidente se dedicasse a esses aspectos, antes de solicitar do Congresso Nacional a mudança da Constituição que, conforme bem frisou V. Ex^a, tem muitas qualidades que não estão sendo utilizadas na sua inteireza por este Governo.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, o aparte que enriquece sobremaneira o pronunciamento que estou fazendo, por sua análise muito séria a respeito do momento nacional.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que o Presidente Fernando Collor de Mello não tendo conseguido dar camisas aos descamisados, resolveu tirar as calças de todo o mundo!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Cid Sabóia de Carvalho, o Sr. Dirceu Carneiro, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lucídio Portella, Suplente de Secretário.

O Sr. Eduardo Suplicy — Sr. Presidente, peço a palavra para uma Comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Como Líder, para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, está acontecendo uma caminhada pela reforma agrária na região de Presidente Prudente e Mirante do Paranapanema. São os trabalhadores sem terra na luta pela reforma agrária.

O comunicado da Central Única dos Trabalhadores em São Paulo diz o seguinte:

“Atravessamos uma das piores fases de nossa história. A classe dominante aperfeiçoa seus mecanismos de exploração e submissão dos trabalhadores. O Governo Collor reforça sua política entreguista ao capital internacional, entrega o País ao latifúndio improdutivo e aos usineiros oligarcas. Intensificando assim a violência, perseguições e prisões contra os trabalhadores rurais. Deixando de lado o problema agrário, esquecendo-se que milhares de famílias de rurais continuam sem terra para viver.

Em face dessa situação, e dando continuidade à jornada de luta pela terra e contra o pagamento da dívida externa, os trabalhadores sem terra acampados em Mirante do Paranapanema, a 650km da capital, realizarão uma caminhada de 151km rumo a Presidente Prudente, onde no dia 8 de outubro, às 17 horas, na praça 9 de julho (em frente à Catedral) em Presidente Prudente, realizarão um ato público, com a presença de sindicalistas, políticos comprometidos com a luta dos rurais, religiosos e representantes do movimento popular.

Os sem terra sairão do Município de Mirante do Paranapanema caminhando, para chamar a atenção das autoridades e da sociedade brasileira quanto à necessidade de assentamento das 800 famílias acampadas no município; para que o governo Estadual emita a posse de 66 mil hectares de terras públicas, declaradas devolutas desde 1958 e invadidas por grileiros-latifundiários; conceda crédito de investimento agrícola para os assentados; denuncie a violência no campo, a miséria em que vivem os trabalhadores rurais, as mentiras daqueles que tanto falaram que iriam resolver o problema dos trabalhadores sem terra, dos descamisados, que iriam realizar a reforma agrária. Essa caminhada é também para que possam ser libertados os presos políticos do MST, do Rio Grande do Sul que, há mais de quinze meses, se encontram detidos, e, também, para que se possa realizar a titulação das terras com até 100ha.”

Essa caminhada, que se iniciou no dia 3 de outubro de 1991, será concluída, nesta terça-feira, dia 8 de outubro de 1991.

Gostaria de salientar, Sr. Presidente, a importância desse movimento de cerca de 700 trabalhadores rurais, constituído de crianças, jovens, idosos, homens e mulheres que saíram da Fazenda São Bento, em Estação Noêmia da Fepasa, no

Município de Mirante do Paranapanema, e, exatamente neste horário, já estão na praça principal de Presidente Prudente.

... Disseram eles: “saímos de nosso acampamento para mostrar à sociedade que os nossos governantes não estão preocupados em resolver o problema dos trabalhadores sem terra” — como disse José Rainha, Presidente Nacional do Movimento dos Sem Terra — “eles querem empurrar-nos para a marginalidade, para as favelas nos grandes centros urbanos; mas temos garra e dignidade, e enquanto as tivermos, lutaremos pela nossa terra. Não voltaremos ao acampamento se não tivermos uma solução. Já estamos cansados de esperar e iremos até Brasília, se for necessário”, — disse José Rainha.

Tendo caminhado 135km com disposição, prometem não parar por aí.

“Vamos resistir” — diz José Rainha.

Também o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Vicente Paula da Silva, esteve caminhando com os sem-terra, ontem, os 17km entre as cidades de Presidente Bernardes e Álvares Machado, e dali seguiram para Presidente Prudente. “Estamos aqui para dar nosso apoio e denunciar que a nossa luta para acabar com a violência terminará quando entenderem que o trabalhador rural necessita do seu pedaço de terra para plantar e produzir alimentos. O que está ocorrendo é pura injustiça. Não tem sentido os fazendeiros continuarem invadindo as terras devolutas do Estado e expulsarem os posseiros, para depois no local encher de bois. Nós da cidade temos que estar sempre presentes numa única caminhada e lutar juntos.” — Assim solidarizou-se, em nota oficial, aquele Sindicato.

Se o Governo quisesse, faria a reforma agrária neste País. Poderia fazê-lo da noite para o dia. Poderia acelerar se tivesse vontade política, diante da notícia, por exemplo, de que em Pernambuco 1/3 do Estado está sendo utilizado para o cultivo de narcoplantas — tramitação do projeto de lei que regulamenta a desapropriação, de pronto, daquelas terras cultivadas para, imediatamente, realizar a reforma agrária.

Assim, vimos reforçar as reivindicações dos movimentos dos sem-terra para que possam, o quanto antes, ser assentadas as 800 famílias acampadas naquela região.

Esperamos que o Governo Estadual emita posse de 66 mil hectares de terras públicas do 11º perímetro, em Mirante do Paranapanema, terras já declaradas devolutas desde 1958 e invadidas por grileiros-latifundiários, que seja logo providenciado o crédito de investimentos agrícolas para os assentados, que seja realizado o assentamento das demais 900 famílias sem terra, acampadas em diversas regiões, que seja realizada a titulação das terras com até 100 hectares, que seja denunciada a violência no campo, a miséria em que vivem os trabalhadores rurais e as inverdades sobre a realização de uma reforma agrária que este Governo não providencia, e que sejam libertados os presos políticos do Movimento Sem-Terra, no Maranhão e no Rio Grande do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronúncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sergipe e Bahia, situados no cenário de onde se desenvolveu e irradiou parte substancial da cultura brasileira, foi conseqüentemente berço de grandes nomes em nosso País.

Sergipe tem dado às letras e às artes nomes de grande expressão nacional.

Entre estes nomes podemos citar, Tobias Barreto, Silvio Romero, João Ribeiro, Fausto Cardoso e Gilberto Amado.

Nesta plêiade de homens ilustres, que muito contribuíram para o desenvolvimento da cultura regional e universalização da cultura nacional, destaca-se Jackson de Figueiredo, personagem profundamente vinculado à história da vida cultural de Sergipe e que prestou importante colaboração à literatura brasileira com um elenco bastante diversificado de trabalhos e livros publicados.

Afrânio Coutinho, em sua monumental obra intitulada "A Literatura Brasileira", volume 6, afirma: "Enorme e imensa foi a sua influência sobre os escritores católicos e espiritualistas seus contemporâneos, que lhes dedicaram vários ensaios de compreensão sobre os diversos aspectos do seu pensamento...."

As idéias filosóficas de Jackson de Figueiredo no processo de evolução da literatura e do pensamento nacional, é um capítulo obrigatório em que se devem deter todos aqueles que pretendam conhecer as influências, os movimentos filosóficos e a própria evolução do pensamento nacional manifestado nas letras e nas artes, especialmente, na literatura, principal depositária das manifestações dos sentimentos dos sonhos, ambições, fatos da vida social e da própria história de um povo.

Após a proclamação da República, ainda reflexo da famosa questão religiosa, com a separação da Igreja do Estado, o clero, antes povoado de pessoas influentes, ilustradas e participativas da vida nacional, encastelara-se nos santuários "contemplando de longe o povo, ao qual outrora se ligara".

Em todo esse período que se iniciou na República, conforme Fernando de Azevedo, em sua obra "A Cultura Brasileira", "a religião não foi um estimulante nem um adversário do pensamento: daí uma indiferença mútua entre a cultura e a religião".

Por outro lado, com a crescente desnacionalização do clero, devido à crise de vocações e o ingresso de padres estrangeiros, descaracterizava-se a feição nacional e o prestígio da Igreja perante os brasileiros.

E, ainda, segundo Fernando de Azevedo, é nesse contexto "que se inicia o mais vigoroso movimento católico de nossa História, pela amplitude de sua ação social, por uma nova interpenetração da Igreja e do século, pelo renascimento do espírito religioso e nacional a um tempo e pela combatividade, nem sempre marcada pelo espírito ecumênico, de catolicidade. "... As forças encasteladas nos santuários saem dos conventos e das Igrejas para tomar posição de trincheira: e a trincheira está por toda parte, no parlamento, nos palácios, na imprensa, no rádio, nas escolas e nas associações em que se tempera a alma batalhadora da mocidade...."

E é nessa conjuntura que intelectuais eminentes, como Jackson de Figueiredo, inspirado nas idéias de Farias de Brito, desencadeia o movimento literário de fundamento espiritual católico, seguido por Alceu de Amoroso Lima "que recolheu sua herança e lhe sucedeu na direção".

É a partir deste movimento que a literatura de inspiração católica alcança um nível intelectual e um volume de publicações nunca visto anteriormente, e surgem escolas, instituições de ensino religioso e faculdades, restaurando-se, dessa forma, o renascimento cultural religioso e o reencontro da igreja com a cultura, a sociedade e a época, contribuindo para "desenvolver, com o primado dos valores espirituais sobre os

valores vitais e materiais, o sentido do humanismo cristão, que remonta às origens históricas e religiosas da civilização nacional".

Tendo em vista a minha viagem aos Estados Unidos, onde participarei de Reunião da Câmara de Comércio, de onde sou membro há vários anos, antecipo-me para falar hoje, dia 8, com o objetivo de registrar que no próximo dia 9 do corrente, amanhã, celebra-se em várias capitais e cidades brasileiras o primeiro centenário de nascimento do festejado escritor Sergipano Jackson de Figueiredo, que será comemorado com vários eventos culturais em todo o País, principalmente nos círculos intelectuais.

Na capital baiana, a Academia de Letras da Bahia, o Arquivo Público e a Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos promoverão conferências, lançamento de publicações, exposição de manuscritos, lançamento de carimbo comemorativo e de biografias de Jackson de Figueiredo.

Ainda na Bahia, serão proferidas duas importantes conferências: "Jackson de Figueiredo: Perfil e Formação de Um Pensador", pelo Sociólogo Professor José Arthur Rios; e uma outra "Aspecto Político na vida de Jackson Figueiredo", pela Professora Maria Cléa Alves de Figueiredo Fernandes.

Devido à presença marcante do aspecto religioso e espiritualista em sua concepção filosófica, situando-se eloquentemente entre os escritores católicos, o seu centenário será lembrado com uma missa em Salvador, celebrada pelo Cardeal Dom Lucas Moreira Neves, na Matriz de Nossa Senhora da Vitória, numa homenagem da Academia de Letras e Artes "Mater Salvatoris", e em Sergipe, onde a programação se estenderá até o dia 11, com uma missa celebrada por Dom Luciano José Cabral Duarte, Arcebispo de Aracaju. Será, também, lançado um selo comemorativo pela ECT, da mesma série didática já lançada no Rio de Janeiro e que ilustrará a correspondência em todo o Brasil com a figura do grande escritor sergipano.

Entre os livros biográficos, serão lançados: um de autoria do escritor Germano Machado e outro intitulado "Jackson de Figueiredo, uma Trajetória Apaixonada", de Maria Cléa Alves de Figueiredo Fernandes.

O Escritor Sergipano Armindo Guaraná, em seu dicionário biográfico, faz uma síntese da vida e das obras publicadas por Jackson de Figueiredo, este consagrado homem de letras, que nasceu em Aracaju, no dia 9 de outubro de 1891, estudou Humanidades no antigo "Atheneu Sergipense", bacharelou-se pela célebre "Faculdade de Direito da Bahia", e durante sua vida foi professor, grande jornalista e consagrado escritor.

Do Professor João Eurico Matta, Presidente da Comissão Organizadora, recebi o Programa do Centenário de Nascimento de Jackson de Figueiredo, a ser realizado no recinto da Academia de Letras da Bahia, informando-me sobre os eventos previstos.

Como representante de Sergipe, associo-me a todas as comemorações que se realizam no País em homenagem ao seu filho ilustre.

Sr. Presidente, peço transcrever, com o meu pronunciamento, o verbete biográfico de autoria de Armindo Guaraná, a que me referi, e o recorte do jornal *A Tarde*, intitulado "Eventos lembram memória de Jackson de Figueiredo", contendo a programação do referido Centenário, o Programa e a carta do Presidente da Comissão Organizadora.

Muito obrigado! (Muito bem!)

*DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR.
LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:*

A Tarde • Sexta-feira • 4-10-1991

**EVENTOS LEBRAM MEMÓRIA
DE JACKSON DE FIGUEIREDO**

No próximo dia 9, comemora-se o centenário de nascimento do celebrado escritor sergipano Jackson de Figueiredo Martins. Em várias capitais brasileiras, como Londrina, Rio de Janeiro, Maceió, Recife e Aracaju, entidades culturais promovem eventos alusivos à data, objetivando não só prestar homenagem à memória do escritor, como difundir sua obra. Em Salvador, a Academia de Letras da Bahia, o Arquivo Público do Estado e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos organizaram uma série de atividades, que contarão com a presença de duas filhas e um genro do escritor, Regina Figueiredo Rios, Maria Cléa Figueiredo Fernandes e José Arthur Rios.

A programação será aberta com a conferência do sociólogo e professor José Arthur Rios sobre "Jackson de Figueiredo — Perfil e Formação de um Pensador", no dia 8, às 17 horas, na sede da Academia de Letras da Bahia, prosseguindo com a sessão de autógrafos da publicação "Jackson de Figueiredo", do escritor Germano Machado, fundador do CEPA, às 17h30min, no mesmo local. No dia 9, às 9 horas, o cardeal D. Lucas Moreira Neves celebra missa, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, numa homenagem prestada pela Academia de Letras e Artes "Mater Salvatoris". No período da tarde, as atividades comemorativas prosseguem, na Academia de Letras da Bahia, a saber:

Lançamento do carimbo comemorativo do centenário de nascimento do escritor, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, às 15 horas; exposição de manuscritos, fotografias e publicações, às 16 horas; conferência da professora e psicóloga Maria Cléa Alves de Figueiredo Fernandes, sobre "Aspecto Político na Vida de Jackson de Figueiredo", às 17 horas; lançamento e autógrafos da biografia "Jackson de Figueiredo Fernandes, uma trajetória apaixonada", de Maria Cléa Alves de Figueiredo Fernandes (Forense Universitária, Rio), às 18h30min. Em Aracaju, as homenagens prosseguem até o dia 11 de outubro, começando com uma missa celebrada por D. Luciano Duarte. Na terra natal do escritor, será também lançado o carimbo comemorativo ao seu centenário de nascimento, cujo selo, da série didática, já lançado no Rio, está postado na correspondência em todo o País.

Salvador, 23 de setembro de 1991.

Exm^o Sr.
Lourival Baptista
Senado Federal
Brasília-DF

São várias as entidades culturais brasileiras, baianas e sergipanas a se associarem para comemorar em outubro vindouro o Centenário de Nascimento do celebrado escritor sergipano e brasileiro Jackson de Figueiredo Martins, que se bacharelou em Direito em 1913, na então Faculdade Livre de Direito da Bahia, este ano centenária. Tem havido e haverá sessões comemorativas em vários eventos e cidades do País, como Londrina, Rio de Janeiro, Maceió, Recife, Salvador e Aracaju. No dia 9 de outubro, data do centenário, Sua Eminência Dom Lucas, Cardeal Neves, celebrará missa, em Salvador, às 9 horas, enquanto às 16h30min. em Aracaju, o fará Sua Excelência Dom Luciano Duarte.

Na Bahia o programa abrangerá os dias 8 e 9 de outubro, conforme o convite — programa anexo a esta. Duas ilustres filhas, um eminente genro e um neto do único filho do homenageado virão a Salvador e Aracaju, convidados para proferir conferências e participar das homenagens. O Sociólogo José Arthur Rios é casado com D. Regina de Figueiredo Rios. A psicóloga Cléa de Figueiredo Fernandes, conferencista na data do Centenário lançará na Academia de Letras da Bahia sua biografia "Jackson de Figueiredo, uma trajetória apaixonada" (Forense Universitária, Rio, 1990).

Nos dias 10 e 11 prosseguem as homenagens em Aracaju, Sergipe. Em ambas capitais haverá lançamento, pela EBCT, do carimbo comemorativo do Centenário de Jackson de Figueiredo, cujo selo, da série didática, já lançado no Rio, está postado na correspondência em todo o País. Cordiais saudações. — João Eurico Matta, Presidente da Comissão.

JACKSON DE FIGUEIREDO MARTINS, Bacharel. Filho do farmacêutico Luiz de Figueiredo Martins e D. Regina Jorge de Figueiredo Martins, nasceu no Aracaju a 9 de Outubro de 1891. Estudou humanidades no "Atheneu Sergipense" e no Gymanasio Alagoano, seguindo para a Bahia, onde cursou a Faculdade de Direito, em que se bacharelou em 1913.

É professor de humanidades em alguns collegios da Capital Federal: de Pedagogia na Escola "Wenceslau Braz" e em 1923 foi nomeado Superintendente dos Institutos de Ensino subvencionados pelo Ministério de Agricultura.

Muito cedo revelou tendência para o jornalismo, exercendo a sua actividade como principal redactor do "Centro D. Vital", associação civil, com sede na capital da República, onde está realizando a estupenda obra: "Ordem", brilhante Revista Litteraria, Científica e Religiosa, órgão do "Centro".

Tem collaborado em muitos jornaes do norte e do sul do paiz, principalmente no "Diário da Manhã", Aracaju, "Correio de Aracaju" (1908-1909), "Estado de Sergipe", Aracaju (1910), "Norte de Sergipe", Propriá, (1908), "Jornal de Alagoas", Maceió (1908-1909), "A Tribuna de Maceió" (1908) "A Notícia", Rio (1918-1919), "O Jornal", Rio (1919-1922) e seguidamente em diversos jornaes e revistas, taes como: "Jornal do Commercio", "Revista Americana", "America Latina"; em varios jornaes e revistas do Estado de São Paulo, entre outros: "Revista do Centro de Sciencias Letrãs e Artes", Campinas, "Revista do Brasil", S. Paulo, "Boletim Mundial" e fora do seu paiz no jornal "La Republica" de Buenos Ayres (1919). No Rio de Janeiro, onde reside actualmente (1924), foi um dos directores da revista mensal "Brasileia" (Janeiro de 1918). Dirige também a "Sociedade Nativista" de propaganda brasileira.

Em Agosto de 1914 foi revisor dos debates da Camara dos Deputados.

Escreveu:

— **Bater de azas:** sonetos, Aracaju, 1908, 31 pags. in: 12^o, Livraria Brasileira, Rua da Aurora 65, com uma errata final.

Foi o seu livro de estréa. Traz um prefácio do Desembargador Homéro de Oliveira.

— **Notas de uma carteira:** secção de artigos dominicaes encetados no "Correio de Aracaju" de 21 de Março de 1909.

— **A profissão de fé de um poeta:** estudo de critica litteraria sobre o poemeto "Albatroz" de Paulino Santiago, poeta alagoano. No "O Estado de Sergipe", de 1^o de Março de 1910.

— **Zingaros:** versos com o retrato do autor e uma introdução de Almachio Diniz, sobre "O Bello e a sua função na poesia e na critica". Bahia, 1910, 104 pags. in 12º, gr. Typ. Bahiana, de Cincinato Melchiades.

— **A carne de Jesus.** No "O Estado de Sergipe" de 31 de janeiro de 1911.

— **A volupia de dizer — Aguas...** No "Diário da Manhã", Aracajú, de 12, 18 e 19 de Abril de 1911.

— **Mello Leite** — Pagina de Saudade. Idem de 24 de Maio de 1913.

— **A indiferença dos astros.** Gumersindo Bessa "Gazeta do Povo", Bahia, 20 de Setembro de 1913. Transcripto no "Diário da Manhã" de Aracajú, de 11 de Outubro seguinte.

— **Xavier Marques.** (Ensaio), Bahia, 1913, 113 pags. in 12º Typographia Bahiana de C. Melchiades. Sahu 2ª edição, Rio de Janeiro, 1916, 113 pags. in 18º gr. Typ. "Revista dos Tribunaes".

— **Garcia Rosa:** ensaio de critica. Rio de Janeiro, 1915, 43 pags. in 18º gr. Typ. "Revista dos Tribunaes".

— **Farias Brito** (Uma theoria do conhecimento). Na "Revista Americana", Rio, nos numeros I e II de 1915. pags. 46 a 52 e 125 a 130 e nos numeros IV de 1º de Agosto do mesmo anno, pags. 41 a 56. Este estudo faz parte do livro que depois publicou sob a epigraphe.

— **Algumas reflexões sobre a philosophia de Farias Brito** (Profissão de fé espiritualista). Rio de Janeiro, 1916, 227 pags. in 12º Typ. "Revista dos Tribunaes".

— **Incenso e Oiro** (A memoria de José Magalhães, do meu querido Juca). Rio de Janeiro, 1917, 17 pags. in 12º Typ. "Revista dos Tribunaes".

— **Pelo Brazil** (Conferencia realisada no dia 15 de Novembro de 1917). Muzambinho, Sul de Minas, 1917 pags. in 12º Typ. do "O Muzambinho".

— **Crepusculo interior:** versos Rio de Janeiro, 1918, 70 pags. in 12º Typ. "Revista dos Tribunaes".

— **Em defesa de Sergipe:** opusculo de combate, Rio de Janeiro, 1918, 70 pags. in 12º Não indica a Typographia onde foi impresso.

— **Bôa Imprensa** (conferencia realisada em Muzambinho, no dia 5 de Março de 1919. Rio de Janeiro, 1919, 25 pags. in 18º gr. Typ. "Revista dos Tribunaes".

— **A Questão Social** na Philosophia de Farias Brito. Rio de Janeiro, 1919, 79 pags. in 12º gr. Typ. "Revista dos Tribunaes".

— **Discurso** pronunciado na collação de grau às professorandas do curso normal do Lyceu Municipal de Muzambinho, Minas, no dia 8 de Março de 1919. Rio de Janeiro, 1919, 17 pags. in 8º Typ. do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C. Sahu publicado no "Jornal do Commercio" do Rio de Janeiro, de 15 de Março de 1919.

— **Uma palavra a meditar.** No "Jornal do Povo", Aracajú, de 5 e 6 de Maio de 1920.

— **Humilhados e Luminosos.** Rio de Janeiro, Fevereiro de 1921. 159 pags. in 16º, Editores: Anuario do Brasil e Renascença Portugueza.

— **Do Nacionalismo na Hora presente.** (Edição da Livraria Cathiline, 1921).

— **A Reacção do Bom Senso** — Contra o demagogismo e a anarchia militar. Rio 1921-1922, 254 pags.

— **Auta de Souza:** estudo criticó. Na "A Republica" de Natal, nos numeros de 1, 2, 5 e 6 de Abril de 1921.

— **Notas sobre a inquietação moderna.** No "Minas Geraes", Bello Horizonte, de 16 de Dezembro de 1921. Transcripto no "O Jornal" da Capital Federal.

— **Leitura immoral e educação.** No "O Jornal" do Rio de Janeiro, transcripto no "Diario de Pernambuco", de 2 de Julho de 1921.

— **A consciencia religiosa do paiz e o momento politico.** Na "A Palavra", de Belém do Pará de 18 de Agosto de 1921.

— **As idéas Geraes de Fidelino de Figueiredo:** conferencia realisada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Coimbra 1922. Imprensa da Universidade.

— **Pascal e a inquietação moderna.** Rio de Janeiro, 1922, 229 pags. in 12º Typographia do Anuario do Brasil. Este volume faz parte da serie A da Colleção Eduardo Prado.

— **Revisão ou revolução.** Na "A Palavra", Belém do Pará de 26 de Março, de 1922.

— **Pontes de oiro.** No "Diário da Manhã". Aracajú de 11 de Novembro de 1923.

Em 1916 — Tasso de Silveira — publicou em opusculo umas apreciações muito lisongeiras sobre as obras deste Autor.

CENTENÁRIO DE NASCIMENTO JACKSON DE FIGUEIREDO 1891/1991

Local: Academia de Letras da Bahia — 8 a 9 de outubro de 1991.

Comissão Organizadora das Homenagens

Presidente da Comissão: João Eurico Matta

Academia de Letras da Bahia: João Eurico Matta — José Calasans, Thales de Azevedo / Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Renato Berbert de Castro — Fundação Augusto Franco e Academia Sergipana de Letras: Luiz Antonio Barreto / Academia de Letras "Mater Salvatoris": José Newton Alves de Souza / Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro: Nelson Cerqueira.

PROGRAMA

Dia 8 — 17h — Abertura "Jackson de Figueiredo: Perfil e Formação de um Pensador", conferencia do Sociólogo e Prof. José Arthur Rios. 18h30min Autógrafos da publicação "Jackson de Figueiredo", do escrito Germano Machado, fundador do CEPA.

Dia 9 — 9h30min — Missa comemorativa do Centenário de Nascimento de Jackson de Figueiredo, celebrada por Sua Eminência o Cardeal D. Lucas Neves, — homenagem da Academia de Letras e Artes "Mater Salvatoris". Local: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória. 15h — Lançamento de Carimbo comemorativo do Centenário de Nascimento de Jackson de Figueiredo pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. 16h — Exposição de manuscritos, fotografias e publicações. 17h — "Aspecto Político na Vida de Jackson de Figueiredo", conferencia da Profª e Psicóloga Maria Cléa Alves de Figueiredo Fernandes. 18:30 — Lançamento e autógrafos da biografia, "Jackson de Figueiredo, uma trajetória apaixonada", de Maria Cléa Alves de Figueiredo Fernandes (Forense Universitária. Rio). Local: Academia de Letras da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Lucidio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em maio de 1985, proferi da tribuna desta Casa discurso em que analisava a situação dos transportes no Brasil. Nessa época, fazia eu uma triste constatação: o Brasil não dispunha de uma polí-

tica de transportes e, por isso, gastava muito mais do que devia para levar os produtos da fonte produtora aos locais de consumo. Infelizmente, nestes seis anos, a situação piorou, pois algumas de nossas estradas estão em situação deplorável, necessitando de reparos.

Estranhamente, em nosso País, privilegia-se o transporte rodoviário, muito mais oneroso do que o ferroviário e o hidroviário. Não temos ainda aquela malha rodoviária que seria desejada, mas o seu desenvolvimento, comparativamente às duas outras formas de transportes enfocadas, foi além do que era preciso. Num país como o Brasil, em que são longas as distâncias, a espinha dorsal de toda a movimentação de mercadorias deveria ser primeiramente por hidrovias; em segundo plano, utilizar-se-ia a ferrovia. Sempre que possível, esses dois sistemas se integrariam e se complementariam. As rodovias serviriam como canais alimentadores e distribuidores de hidrovias e ferrovias.

Deixamos de falar sobre o transporte aéreo de cargas por ser esse um meio altamente seletivo e caro e se justificar somente quando as variáveis tempo-distância são essenciais.

É importante que conheçamos dados estatísticos para vermos a nossa real situação: de acordo com Joaquim Carlos Teixeira Piva, professor-doutor do Departamento de Engenharia Naval da Escola Politécnica da USP, em matéria publicada no suplemento especial de *O Estado de S. Paulo*, em 13 de março de 1990, "o modal rodoviário de carga absorve da ordem de 65% da carga transportada, restando aos modais hidroviário e ferroviário aproximadamente 14 e 18% respectivamente. Dos 14% relativos ao transporte hidroviário, apenas 1% refere-se à navegação interior".

Em países de configuração geográfica semelhante à brasileira, o transporte hidroviário interno é largamente utilizado, respondendo por 10 a 15% do total transportado; em alguns países, esse percentual chega a 50%. No Brasil, não alcança mísero 1%, ou seja, inexistente praticamente.

Voltando ao transporte hidroviário como um todo, enquanto no Brasil 14% da carga é movimentada por essa via, nos Estados Unidos são 23%; no Canadá, 28%; na China, 40%, e, na Austrália, 44%. Em contrapartida, nesses países — semelhantes ao Brasil em termos geográficos —, o transporte rodoviário é muito menos desenvolvido: na Austrália, a movimentação global de carga por rodovia não ultrapassa 27%; nos Estados Unidos, não excede 24%; na China, é inferior a 10% e no Canadá não alcança 8%. No Brasil, ao contrário, essa participação é da ordem de 65%.

O Brasil é um país privilegiado em termos de águas navegáveis. Estima-se em 28.000km a extensão de sua rede hidroviária, sendo que só na Amazônia estão 18.000km desse total.

A solução rodoviária para o transporte na Amazônia é por demais dispendiosa, principalmente tendo em vista o ciclo das chuvas que lá vigora. Em contrapartida, a malha aquaviária é sem paralelos. É ela tão grande, quanto subutilizada ou inexplorada. Talvez esteja aí a razão de ser essa uma região em que o progresso ainda não chegou.

De acordo com o professor Joaquim Carlos Teixeira Piva, no artigo já citado, "a experiência mundial mostra que os transportes, principalmente os que deslocam grandes volumes de carga, atuam como poderosos indutores do desenvolvimento regional". Implantar uma hidrovia é como desencadear um processo de novos investimentos e de progresso.

Nos Estados Unidos, por exemplo, os investimentos privados às margens do Rio Tennessee, em decorrência da implantação do transporte hidroviário, foram, em 30 anos, de aproxi-

madamente dez vezes o investimento público no período, sem falar da geração de milhares de novos empregos e da multiplicação da receita fiscal.

De acordo com o engenheiro naval Arnaldo Giraldo, especialista em hidrovias da CESP — Companhia Energética de São Paulo —, os aspectos mais positivos da implantação de hidrovias não se concentram no transporte, mas sim nas margens dos rios navegáveis. São três esses fatores positivos: o primeiro é o investimento industrial e comercial induzido pelas novas oportunidades de transporte. Levando em conta experiências norte-americanas e européias, para cada milhão de toneladas transportadas por ano, os investimentos privados são da ordem de US\$150 milhões em instalações, terminais e frota.

Esse mesmo fenômeno já pode ser vislumbrado em decorrência da implantação no Brasil da hidrovia Tietê—Paraná. Os investimentos privados já anunciados totalizam cerca de US\$300 milhões, para uma carga anual estimada em 2 milhões de toneladas. O que se espera é que, ao atingir a capacidade de movimentação de carga a ser instalada — 15 milhões de toneladas anuais —, os investimentos privados cheguem a US\$ 2,3 bilhões. Isto significará valorização e revitalização das cidades ribeirinhas, aparecimento de novos núcleos, desenvolvimento imobiliário e novas receitas fiscais.

O segundo aspecto positivo, vinculado ao primeiro, é o surgimento de novos empregos. Mais uma vez, os índices internacionais nos servem de bom parâmetro: para cada US\$100.000 dólares de investimento privado, criam-se 2,1 novos empregos. De acordo com Arnaldo Giraldo, "uma hidrovia que transportasse 15 milhões de toneladas por ano criaria cerca de 46.000 novos empregos industriais e cerca de 10.000 empregos diretos nas operações fluviais e dos terminais".

O terceiro ponto de destaque é a valorização das áreas marginais, quer pela instalação industrial, quer pela criação de novos empreendimentos ligados ao lazer e ao turismo, explorando belezas naturais e desenvolvendo potencialidades que, em outras circunstâncias, estariam inviabilizadas.

Além das vantagens de barateamento dos fretes e da possibilidade de transportar maior quantidade de carga, há outras: a implantação do sistema hidroviário de transportes é sensivelmente mais barata do que a construção de uma rodovia ou de uma ferrovia. Não há necessidade de dispendiosa e constante manutenção que demanda uma estrada pavimentada; a vida útil de uma embarcação cargueira é maior que a de um caminhão ou a de uma carreta.

Diante de tantas vantagens do transporte hidroviário — volto com tristeza ao início de meu pronunciamento para lembrar a constatação de que em seis anos quase nada mudou —, torna-se inconcebível que o Brasil não o utilize de forma adequada; é inconcebível que não exista aqui uma política de transportes à semelhança do que ocorre, por exemplo, no setor energético, é inconcebível que, na construção das hidrelétricas, leve-se em conta tão-somente o aspecto energético, olvidando-se o de transportes. Em razão disso, as hidrelétricas constituem-se em barreiras ao transporte, já que no seu projeto normalmente não se incluem as esclusas, essenciais à continuação da navegabilidade dos rios.

Analisando friamente a questão, vamos verificar que só falta mesmo a determinação e a vontade política de se criarem as hidrovias.

No mundo atual, não se concebe um país grande e com desenvolvimento de Primeiro Mundo com deficiências no setor de transporte, com distorções semelhantes à existente no Brasil, com predominância exagerada do setor rodoviário.

Por isso, confiante na determinação do Presidente Collor de levar o Brasil para a modernidade, espero que a Secretaria Nacional de Transportes do Ministério da Infra-Estrutura elabore realmente uma política de transportes para o País, privilegiando as hidrovias, as ferrovias e a integração dessas duas modalidades de transporte, sempre que possível.

Espero também que o setor de transportes trabalhe em sintonia e de forma integrada com o setor energético, para que nenhuma represa sirva de dique à navegabilidade dos rios.

Espero que assim seja, pois os caminhos que levam ao Primeiro Mundo passam prioritariamente por águas e por trilhos de ferro.

Obrigado pela atenção! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, vivencia o Brasil, nos dias atuais, o recrudescimento da crise conjuntural em que vem afundando, desde o início dos anos oitenta, como conseqüência cruel e inexorável da aventura dos experimentos contidos nos últimos “choques” a que o País foi submetido, sobretudo os assim denominados Planos Collor I e II.

Quando da edição do Plano Collor I, então cognominado de Plano de Estabilização Econômica, o Governo assumiu a postura triunfalista do “único tiro”, do “vencer ou vencer”, para impor à sociedade o bloqueio de seus ativos financeiros, por um período de dezoito meses, como uma espécie de contribuição não consentida ao combate à inflação.

Os resultados de tal experimento dos teóricos da economia — corroborado pelas medidas consideradas “de ajuste”, contidas no Plano Collor II — podem ser considerados preocupantes, quando não desastrosos, e se manifestam no cruel e pernicioso quadro recessivo em que se debate o País, e que tem servido para acentuar o já intenso nível das desigualdades nacionais.

De fato, a primeira constatação que se manifesta aos olhos — ou no bolso — do cidadão é que o País ficou mais pobre. O PIB — Produto Interno Bruto, decresceu 4,03 por cento, em 1990, trajetória que se estendeu até março último, quando a taxa de doze meses — em relação aos doze meses anteriores — situou-se em 0,3 por cento, o que significa uma queda de 6,9 por cento, entre o mês de março de 1990 e o de 1991.

De igual modo, a produção nacional foi violentamente reduzida, resultando na maior recessão já vivida pelo país e reconduzindo a renda “per capita” ao nível de 1979, ou seja, a 1.973 dólares — a preços de 1990. A produção industrial regrediu 8,9 por cento, em 1990, enquanto que, no período janeiro-abril do presente ano, apresentou decréscimo de 4,8 por cento, em relação aos meses de 1990, e, nos doze meses findos em abril de 1991, se comparados aos doze meses precedentes, a queda situou-se em nove por cento.

Tais dados demonstram, com a frieza das estatísticas, o crescente, acelerado e preocupante nível de empobrecimento e da miséria do País, agravado pela elevação das taxas de desemprego, que atingiram o ápice em dezembro de 1990, com o recorde de 8,13 por cento. Só na cidade de São Paulo há mais de um milhão de pessoas sem ocupação rentável.

No ano em curso, esse trágico painel não está atenuado. O Fórum de Falências de São Paulo recebeu, no mês de agosto

passado, 576 pedidos de falência, o que significa um aumento de 8,3 por cento, em relação aos 532 registrados em julho. De modo idêntico, as solicitações de concordatas também sofrem incremento em agosto, pelo terceiro mês consecutivo — ocorreram onze pedidos, contra os nove registrados em julho.

Paralelamente, o setor industrial — que inclui a indústria de transformação, a extrativa mineral, a construção civil e os serviços industriais de utilidade pública — aponta para a queda de 1,5 por cento, em 1991. Quanto à taxa de investimento — que em 1990 de 16 por cento e caiu para 14,8 por cento nos doze meses findos em março último —, prevê-se que se situe em 15,4 por cento, no final do ano em curso.

Os insucessos dos dois planos econômicos editados desde o início do Governo Collor acarretou prejuízos arraizadores aos salários, provocando o maior arrocho já vivenciado pelo trabalhador brasileiro. Enquanto na década de oitenta a participação dos salários na renda nacional atingiu a taxa dos 50 por cento, em 1990, esse índice declinou para 35 por cento. Entre março de 1990 e abril do ano em curso, os salários acumularam uma perda de 119,5 por cento em média. Nesse período, a inflação, medida pelo IPC — Índice de Preços ao Consumidor, integral atingiu 1.001 por cento, enquanto os salários foram reajustados em apenas 402 por cento. Em recente pesquisa, o DIEESE — Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos, demonstrou que, em junho de 1991, 82 por cento dos salários reais de 51 categorias pesquisadas estão abaixo da metade do poder aquisitivo que possuíam em março de 1990.

Paralelamente, as estatísticas da FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, mostram que a massa salarial das indústrias daquele Estado declinou, em termos reais, 23,28 por cento, em 1989, o que expressa não só a queda do salário médio real como também a depressão no nível de emprego.

Desse modo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, constata-se que a ausência de mecanismo de proteção dos salários contra a inflação tem sido drástica para o trabalhador, apresentando, ainda, outro dano — a profunda distorção nos salários profissionais, seja no setor público ou no privado, que exercem a mesma função, são, remunerados com diferenças que chegam a atingir os 200 por cento. A confusão teve início na edição do Plano Collor I, que extinguiu o reajuste automático dos salários e implantou a livre negociação — prática ideal em uma economia equilibrada, com oferta de emprego e com inflação próxima a zero.

No tocante ao salário mínimo, o resultado da política econômica adotada no atual Governo tem sido constrangedor, apresentando, em 1990, uma redução real, variando de 10 a 70 por cento, de acordo com a metrópole considerada. Assim, no final de 1990, o trabalhador que vive de salário mínimo podia comprar o equivalente a 63,1 por cento do que lhe era possível adquirir em março do mesmo ano. Em maio de 1940, quando foi instituído o salário mínimo, os produtos alimentícios eram adquiridos com 39 por cento; durante onze anos — de 1952 a 1962 — o custo dos alimentos permaneceu abaixo dos 40 por cento do salário mínimo; nos dez anos seguintes — de 1963 a 1972 —, a parcela destinada aos alimentos ficou em torno dos 45 por cento, atingindo, daí em diante — 1973 a 1989 —, porcentagens superiores a 60 por cento. Em junho do ano passado, conforme o DIEESE, o custo da ração mínima essencial ultrapassou o valor do salário míni-

mo em 107,02 por cento, em São Paulo e mais dez capitais brasileiras.

Ainda segundo o DIEESE, o PIB "per capita" cresceu 385 por cento, de 1930 para cá. Se o salário mínimo tivesse evoluído na mesma proporção, seu valor, em julho do ano em curso, estaria em torno dos 398 mil cruzeiros — ou 1.160 dólares, aproximadamente.

Dito de outro modo, um salário mínimo comprava 93,6 quilos de carne, em fevereiro de 1959, 31 quilos, em fevereiro de 1988, e apenas 15,2 quilos, em junho de 1990. Ou ainda, 491,6 litros de leite em 1959 e 159,6 litros, em 1990. Idênticos resultados foram apurados pelo DIEESE para outros produtos essenciais — arroz, feijão, pão.

Essas cifras revelam-se ainda mais assustadoras se se considera que há cerca de 40 milhões de brasileiros com renda abaixo de um salário mínimo, além dos 2,17 milhões de indigentes.

No contexto desse quadro recessivo, assume proporções preocupantes a desastrosa condução da política agrícola no decorrer do Governo Collor. No ano passado, o combate ao déficit público, associado às dificuldades de administração da economia, causadas pelo congelamento das aplicações financeiras em 15 de março, relegaram a segundo plano o apoio financeiro à safra 1990/91. Assim, não houve crédito suficiente para o custeio; o que houve foi caríssimo e chegou tarde demais. Além disso, pessoas físicas e jurídicas que exploram a atividade rural foram surpreendidas pelo aumento da alíquota do Imposto de Renda, de 6 para 25 por cento, o que representa um considerável custo adicional. Nos episódios, ficou evidenciada a visão urbana que o Estado possui em relação à agricultura — a preocupação concentra-se no abastecimento, em detrimento da produção, como se possível fosse desvincular uma prioridade da outra.

Como consequência, pelo segundo ano consecutivo, o Brasil consome seus estoques, perde exportações e importa um volume significativo de grãos, cuja produção decresceu das 70,5 milhões de toneladas, em 1989, para 54,8 milhões, em 1990. Em 1991, a produção de grãos do País foi de 57,3 milhões de toneladas — a menor dos últimos cinco anos —, ocorrendo a maior quebra na soja, que chegou ao nível da produção de dez anos atrás. Com isso, o Brasil perderá um bilhão de dólares em reservas — pois deixará de exportar 2 milhões de toneladas de soja —, além de gastar cerca de 1,5 bilhão de dólares, só na importação de produtos básicos para atender à demanda interna. No cômputo geral, estima-se em cinco bilhões de dólares o prejuízo assumido pelo País como resultado de menos exportação e mais importação, provocado pela queda da produção agrícola. Fatos que tais ajudam a compreender por que, em junho do ano em curso, o saldo da balança comercial foi de 894 milhões de dólares, 20 por cento inferior ao observado no mesmo mês de 1990 — o pior já verificado nesse mês, desde 1984.

Evidencia-se a incompetência, a inépcia e o imediatismo da política nacional para o setor da agricultura, numa total ignorância — ou descaso — de que tal atividade será sempre responsável pelo bom desempenho da economia. Sua participação na renda nacional é bastante significativa porque, além de subsidiar atividades essenciais na área industrial e de serviços, produz alimentos básicos e responde pela determinação dos salários, seguramente o item mais importante na estrutura de custos da economia.

Assim, no primeiro semestre do ano em curso, o balanço dos preços dos produtos básicos apresentou custos reais mais

elevados, se comparados a igual período de 1990. No segundo semestre, os elementos aqui esboçados certamente vêm contribuindo para o incremento da espiral inflacionária, que já atingiu o temível patamar de dois dígitos.

Com efeito, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, os preços da alimentação ao consumidor registraram, no mês de agosto findo, elevação de cerca de 17 por cento, contra os 11 por cento verificados no mês anterior. Os preços no atacado passaram de 14 por cento, em julho, para 15,6 por cento, em agosto, enquanto o índice da construção civil registrou aumento de 14,6 por cento, contra os 11,74% do mês precedente.

A par de todos esses dados, 80 milhões de brasileiros passam fome, enquanto nossa população cresce a taxas consideráveis. De cada mil crianças nascidas, 87 não chegam a completar um ano de vida. No Nordeste, essa taxa sobe para mais de cem, para cada mil nascimentos. Os que conseguem sobreviver constituem uma legião de cerca de cinco milhões de desnutridos, equivalendo a 33,3 por cento das crianças brasileiras menores de cinco anos.

Essa triste realidade encaixa-se em outra não menos angustiante — o consumo anual alimentar *per capita* continua decrescendo. A queda das vendas nos itens básicos nos supermercados demonstra que os consumidores de menor poder aquisitivo estão reduzindo a quantidade de alimentos que levam para casa. Nos últimos cinco anos, as vendas são negativas mês a mês. Desde o início do presente ano, as vendas são negativas em relação a 1990 — em abril, a queda chegou a 30 por cento. Assim, os brasileiros consomem, atualmente, quase a mesma quantidade de alimentos que em 1985. É por isso que, mesmo com a população crescendo e a produção de alimentos básicos caindo, não há escassez — cada vez mais brasileiros cruzam a linha da subnutrição.

Em cruel e injusta contrapartida, entidades que atuam o setor — como a LBA — Legião Brasileira de Assistência — corrompem recursos com torneios, campeonatos, festas, banquetes, quando não as desviam para os eternos usurpadores dos recursos públicos. Como afirmou a Revista *Veja* de 4 de setembro passado, a LBA confundiu os destinatários de suas verbas assistenciais — os carentes — com os parentes dos que as distribuem.

Numa frase muito representativa de seu estilo irônico e mordaz, o escritor Nelson Rodrigues afirmou que "o subdesenvolvimento não se improvisa — é uma obra de séculos".

De fato, Sr. Presidente e Srs. Senadores, vivemos, no Brasil, um cruel círculo vicioso: a queda do consumo de alimentos gera a desnutrição, que afeta a saúde, que dificulta o desenvolvimento educacional — e sem educação a miséria se perpetua.

Com efeito, uma crise sem precedentes atinge a área da assistência pública à saúde em nosso País. O recrudescimento de doenças consideradas erradicadas — tuberculose pulmonar, equistossomose, febre amarela, malária — deixam perplexos médicos e população. A ausência de saneamento básico, aliado à fome, à desnutrição e à miséria de nosso povo, agravam ainda mais esse quadro, equiparando-nos aos países mais pobres do mundo subdesenvolvido.

Assiste-se a um verdadeiro desmonte dos centros de saúde pública — setores desativados, hospitais sucateados, condições precárias de trabalho, redução de verbas federais para custeio, salários aviltantes, desvio de verbas (federais, estaduais e municipais) para outros setores da administração.

Os recursos do Sistema Unificado de Saúde — SUDS, resultado de profundos estudos e debates na Constituinte — têm sido aplicados na aquisição de todo tipo de bens e produtos — só não compraram saúde. O TCU — Tribunal de Contas da União, em auditorias realizadas em Estados e Municípios integrados ao SUDS, apurou que, entre janeiro de 1988 e maio de 1990, os recursos desviados da saúde atingem o montante de 7,4 bilhões de cruzeiros, somente na apreciação de 131 processos de irregularidades.

Na fronteira do século XXI, Sr. Presidente e Srs. Senadores, continua o Brasil na pré-história da cidadania, como o atestam os dados e elementos colhidos no falido sistema educacional brasileiro. Por qualquer ângulo que se escolha — ensino básico, segundo grau, universidades, pesquisas científicas — constata-se a deterioração.

O Governo Collor, em matéria educacional, vem enviando esforços para agravar ainda mais o quadro que encontrou — deteriorado e degradado —, limitando-se a oferecer, no campo da retórica e dos planos mirabolantes, a impressão de que, em breve, ocorrerão grandes mudanças.

Não é outra a situação dos anunciados CIAC. Primeiro, porque constituem motivo de dúvidas e polêmicas a eficiência e eficácia de seus modelos originais — os CIEP — criados para proporcionar educação integral, mas que custam três vezes mais que os cursos das escolas convencionais. Segundo, porque o projeto ainda não possui plano definido. A primeira unidade estará pronta em outubro, mas as linhas educacionais só serão divulgadas em 1992. Terceiro, quais os critérios utilizados para a definição dos locais onde serão construídos? Não haverá, no País, outras regiões em que as oportunidades de ensino são mais remotas que em relação aos moradores do Paranoá? O Nordeste, por exemplo, não sabe quantos CIAC terá, se os terá, nem quando os terá. Quarto, mesmo que os CIACs sejam considerados uma solução para o ensino fundamental brasileiro, terá o País condições de mantê-los? Finalmente, não estará em pauta, na questão dos CIAC, a glória fuga de tal ou qual governante?

Sr. Presidente e Srs. Senadores, um ano e meio após a posse, o Presidente Fernando Collor vê sua administração avaliada como ruim ou péssima por 41 por cento dos entrevistados, como ótima ou boa por apenas 18 por cento e como regular por 39%. São número registrados pela última pesquisa **DataFolha** — de 15 de setembro —, indicando ainda que 56 por cento dos entrevistados consideram que o Presidente não cumpriu suas promessas, 72 por cento criticam a queda do poder aquisitivo da população, 81 por cento acreditam que a inflação vai aumentar e 73 por cento creem que o mesmo ocorrerá no tocante ao desemprego.

Nenhuma estranheza causa tal atestado de queda da popularidade e da credibilidade do atual Governo pois, desde seu início, o Brasil assiste a um festival amadorístico de atores orientados por um diretor que prometeu um belo espetáculo e mostra ao público uma chanchada, apoiando-se nos recursos da comunicação e do apelo à mídia para ditar à sociedade o seu estilo de governar. Esquece-se, no entanto, de que é possível fazer tudo com o **marketing** político, menos governar só com ele.

De fato, desde os tempos do “bateu, levou” à época do **estilosoft**, presença o País uma seqüência de simbologias — o vôo supersônico, **ocooper** e as camisetas dominicais, **osjetski**, a pilotagem de motos e carros, a descida aos mares a bordo de submarinos, até às lágrimas ao som de um coral infantil, culminando com a metáfora da mão presidencial,

mão que esmurra, que se movimentava impaciente, que faz o “v” da vitória, que revida ao gesto obscuro, que põe a nu as desavenças matrimoniais. No ápice da pirotecnia, a semanal descida da rampa, que já significou o símbolo da suposta integração entre o Governo e a sociedade, uma passarela onde desfila a vaidade, cercada pelos “amigos do rei” — vem-se transformando num desastroso cenário de baixarias, sobretudo quando as agressões incivilizadas são, respondidas na mesma linguagem.

Até agora, na verdade, o País constituiu um laboratório de experiências econômicas fracassadas, a demonstrar que os “choques” na economia mostram-se cada vez mais inoperantes, enquanto estratégia de controle da inflação, redundando na deterioração das condições de vida, no decréscimo do salário, nas falências que se multiplicam e em toda sorte de temores e incertezas que vão tomando conta do País.

Quando candidato, Fernando Collor de Mello propunha-se governar em prol dos cidadãos anônimos e carentes — os descamisados —, no entanto, com ele, a elite conservadora manteve o poder que detém desde a época da Colônia implantada pelos aventureiros portugueses. De fato, no Governo, o Presidente Fernando Collor enclaustrou-se, cercou-se de um grupo coloquial de amigos íntimos, ficou à mercê de uma assessoria provinciana, vaidosa e arrogante, desprovida do sentimento pluralista do povo brasileiro e limitada ao centralismo das decisões vitoriosas das eleições de 1989.

Como conseqüência, emerge uma crise moral de profundidade inédita, em que o volume de denúncias de corrupção assume proporções assustadoras, reveladas no primeiro relatório do TCU, acusando que o Governo gastou nove vezes mais verbas sem a devida licitação do que o fez após concorrências públicas. Pior ainda mesmo depois de acionado pelo TCU, o Governo foi incapaz de explicar gastos de cerca de 400 bilhões de cruzeiros, incluídos na tão genérica quanto suspeita rubrica “diversos”.

Denúncias mais recentes demonstram que a Secretaria Particular da Presidência da República tem direito a verbas secretas, sob cuja rubrica foram adquiridos 4.880 metros de seda natural. O caçador de marajás de dois anos atrás abriga sob o generoso teto do Palácio do Planalto a impunidade de marajás e maranis pertencentes, ao primeiro escalão do Governo, num descabido acúmulo de cargos, funções e salários às custas do erário — vale dizer, do contribuinte.

Nesse vergonhoso contexto de incompetência, de incúria administrativa, de desrespeito à legião de miseráveis em que se transformou o País, de desmandos de um restrito grupo de áulicos palacianos, acena o Governo com propostas de emendas à Constituição como único caminho para o enfrentamento da crise brasileira.

Interessante é observar que, no tempo do “bateu, levou”, do “vencer ou vencer”, Collor não cogitava mudar a Constituição. Achava o texto constitucional tão bem escrito que alçou seu relator à condição de Ministro da Justiça. Foi ainda mais longe, acusando o Governo anterior de fraco, por considerar o Brasil ingovernável a partir da vigência da nova Carta. Com o fracasso de seu estilo divino e a entrada na era **soft** o texto constitucional tornou mais difícil o exercício da Presidência da República.

Nesse aspecto, o Presidente Fernando Collor tem razão. De fato, a Constituição de 1988 inverteu o processo histórico, aumentou a faixa de poder do Congresso, garantiu maior autonomia aos Estados. De 1937 a 1964, a tendência foi no sentido de centralizar o exercício do poder nas mãos do Presi-

dente da República, de seus ministros, ao mesmo tempo em que Estados e Municípios dependia, para obtenção de recursos, de concessões políticas adotadas na sede do Poder Central. A tendência centralizadora absoluta foi marcante a partir de 1964, ficando submetido o País inteiro à tecnocracia brasileira.

Com a Carta de 1988, o pêndulo da História — depois de haver chegado ao limite extremo da dominação concentrada — começou o caminho de volta, do qual se afastara nos anos trinta.

Assim, a Constituição de 1988 representa o conjunto das conquistas sociais de nosso povo, às custas de muita luta, de discussões, de debates na Assembléia Nacional Constituinte. É um texto moderno, consistente, harmonioso, que, sem ter sido posto integralmente em prática, já se pretende alterar, considerado que foi pelo Poder Executivo como causa de todos os males que afligem o País.

Com tal falácia, o Governo desvia o foco das atenções da Nação para a incompetência do Poder Central em resolver os problemas mais prementes do Brasil. E — o que é pior — busca, com as propostas de emendas à Constituição, dotar o Poder Executivo de poderes imperiais, transformando o texto constitucional em instrumento consagrado do arbítrio, eliminando o equilíbrio e a interdependência dos poderes. Tal como foi até o momento apresentado à sociedade, o chamado Emendão não visa resolver os reais e graves problemas nacionais, mas proporcionar ao Presidente da República o status de verdadeiro imperador, desguarnecendo os demais poderes do Estado brasileiro e concentrando-os nas mãos do Presidente da República.

Seja qual for o teor e o conteúdo da versão definitiva das emendas constitucionais apresentadas à discussão e apreciação do Congresso Nacional, devem as duas Casas estar atentas para o perigoso jogo encetado pelo Poder Executivo.

Com efeito, Sr. Presidente e Srs. Senadores, conhecedor das dificuldades para a aprovação de suas propostas, busca o Governo Central uma saída — ou um culpado — para sua escancarada incompetência, atribuindo ao Congresso a culpa de seus próprios fracassos, desviando para o Parlamento as atenções e as insatisfações da sociedade, num pernicioso atentado à continuidade e estabilidade do frágil e recente processo de democratização do País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PSDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, em nota pública divulgada há alguns dias, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura e suas Federações voltam a denunciar a violência contra trabalhadores agrícolas no sul do Pará, especialmente no Município de Rio Maria.

Informa a nota:

“Desde o assassinato do então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, Expedito Ribeiro de Souza, em fevereiro de 1991, mais 13 pessoas foram assassinadas na região. Sindicalistas são ameaçados e seguidos em plena luz do dia, enquanto prosseguem as confraternizações dos fazendeiros com denúncia de que a própria polícia delas participa. A lista dos marcados para morrer aumenta a cada dia

e é publicamente anunciada sem que nenhuma providência seja adotada.”

Por conta de muita ganância econômica e miopia ideológica, o Brasil vai deixando eternizar o drama social dos sem-terra em várias regiões do País. Estaremos fadados a assistir também, sem reação, a tragédia dos sem-lei ensangüentar áreas como a do sul do Pará?

Noto que a CONTAG se dispensa de renovar, neste documento, apelos em favor de uma política efetiva de reforma agrária, bandeira que a entidade tem defendido com firmeza e equilíbrio exemplares. O que ela pede aqui, em nome de 12 milhões de trabalhadores rurais brasileiros, é justiça tão-somente.

Cabe uma reflexão no momento em que discutimos neste Congresso o sentido, os limites e a urgência da reforma de Estado. Não estaremos nos iludindo ao exprimir argumentos sobre Estado intervencionista, Estado de bem-estar, Estado mínimo, quando há regiões do País em que o poder público nem ao menos consegue cumprir o papel elementar de garantir o direito à vida?

A matança de trabalhadores rurais (e o mesmo tipo de tragédia se repete nas cidades, como a matança de meninos de rua nos faz lembrar diariamente) mostra o enorme descompasso entre nossas idéias, mas principalmente nossas decisões, e a profundidade da crise do Estado brasileiro.

Ao expressar minha solidariedade às vítimas da violência denunciada pela CONTAG, reitero meu compromisso de trabalhar com todas as forças para superar esse descompasso. E renovo a convicção de que a reforma do Estado, sem dúvida necessária e urgente, só terá sentido na medida em que resgate o poder público como um instrumento de justiça — na plena acepção da palavra — para todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PDT — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, soube, pela imprensa, que a CASAN/Governo do Estado está licitando obra de saneamento básico (esgoto sanitário), e que a localização da mesma será no aterro da Baía Sul.

Claro, qualquer florianopolitano deseja uma solução duradoura, definitiva, se possível, para a destinação adequada dos dejetos domésticos. Desde o início do século já se pensava (e se fez alguma coisa) na solução deste problema na capital. O seu crescimento vertiginoso, sobretudo depois da década de 70, aumentou a demanda e também a exigência desta solução.

Mas, confesso que estranhei o local da obra. Mesmo sendo um leigo, não me parecia razoável que obra dessa natureza se instalasse em local que é a porta de entrada e o cartão de visita da cidade.

Comecei a perguntar para engenheiros e sanitaristas e vi que minhas dúvidas e intuição eram justificáveis.

O tratamento dos esgotos sanitários de Florianópolis se fará através de uma estação denominada de lodo ativado, que por melhor que seja operado, produzirá odores cloacais com frequência em toda a área. Com uma solução dessas, não há vocação turística que resista!

E se por acaso faltar energia na área, o sistema de oxigenação do esgoto ficará prejudicado, aumentando o mau cheiro.

Não bastasse, descobri que a licitação vai se dar com base em um anteprojeto, e não num projeto técnico definido, detalhado, devidamente dimensionado.

E aí, em obra dessa natureza e envergadura, a diferença de preços pode ser de milhões de dólares!

Soube, mais, que a obra, no aterro da Baía-Sul, terá um custo fortemente sobrecarregado, porque em área ainda em adensamento, de aterro muito recente. Trata-se de um terreno de baixa resistência, inclusive a grandes profundidades.

Além disso o custo operacional da futura estação seria, por isso mesmo, elevadíssimo.

Esses fatos impõem as seguintes perguntas, que é justo esperar sejam respondidas pela CASAN e Governo do Estado:

1) Por que se abandonaram as soluções anteriormente aventadas de sistemas isolados na Ilha (no interior, em área isolada e já adquirida pela CASAN) no continente (também em área distante), de lagoas de estabilizações em série, quando se sabe que esse sistema tem alto grau de eficiência, tem baixo custo de produção e de operação?

2) Foi pensado, se discutiram outros lugares e outros sistemas de tratamento de esgotos domésticos?

3) Porque a concorrência está se realizando em cima de um anteprojeto, e não de um projeto completo, com ampla definição dos seus detalhes, dos seus elementos estruturais?

Fico no aguardo das manifestações da CASAN e do Governo: Espero que as respostas sejam adequadas, convincentes. Para que não haja mau cheiro amanhã, se a obra se concretizar. Nem hoje, se a obra como está prevista, se a licitação como está imaginada, refletirem menos os interesses superiores da coletividade, e mais os interesses de construtores e empreiteiras.

Com a palavra, também, a população de Florianópolis, a comunidade técnica, os sanitaristas, os ambientaristas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — O nobre Senador Márcio Lacerda enviou à Mesa projeto cuja tramitação, de acordo com o disposto no art. 235, inciso III, alínea a, item 3, do Regimento Interno, deve ter início na Hora do Expediente.

A proposição será anunciada na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 1989-Complementar

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 171, de 1989-Complementar, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que define nos termos do inciso I do art. 161 da Constituição Federal, o valor adicionado para fins de cálculo da participação dos municípios na receita do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestação de serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, tendo

PARECERES favoráveis, sob nº 428, de 1990, e 260, de 1991, das Comissões

— de Assuntos Econômicos; e

— de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência).

REQUERIMENTO Nº 679, DE 1991

Votação, em turno único, do Requerimento nº 679, de 1991, do Senador Epitácio Cafeteira, solicitando, nos termos regimentais, seja formada uma Comissão Externa, composta de cinco Senadores, para tratar junto aos Presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, no sentido de autorizar a reposição das horas de greve em horas extras de trabalho.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 1991

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1991 (nº 4.978/85, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por embarcações ou por sua carga e dá outras providências, tendo

PARECER favorável, sob nº 314, de 1991, da Comissão — de Assuntos Econômicos.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 76, DE 1991 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 281 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 76, de 1991 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 380, de 1991), que altera o disposto no art. 3º da Resolução nº 38, de 1991, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas 25 minutos)

ATA DA 115ª SESSÃO, REALIZADA EM 5 DE AGOSTO DE 1991

Publicada no DCN (Sessão II), de 6-8-91

RETIFICAÇÃO

Na página nº 4433, 2ª coluna, na autoria do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 1991,

Onde se lê:

“Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1991. —
Deputado Esperidião Amin”,

Leia-se:

“Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1991. —
Senador Esperidião Amin.”

ATO DO PRESIDENTE Nº 726, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, de acordo com o disposto nos artigos 412 e 414 do Regulamento Administrativo e tendo em vista a decisão da Comissão Diretora em sua 1ª reunião extraordinária realizada em 15 de agosto de 1991, proferida nos Processos nºs 006898/91-2, 007987/91-9, 005132/91-6, 005795/91-5 e 011658/90-8, e consoante Parecer nº 41/91, do Consultor-Geral, prolatado no Processo nº 014982/91-9, Resol-

Art. 1º Concede Ascensão Funcional ao servidor IGOR MARCOS ROCHA STEPANSKI, aprovado no processo seletivo interno realizado em 1989, para provimento de vaga existente no Quadro de Pessoal do Senado Federal, na forma do Anexo deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, vigorando os seus efeitos a partir de 1º de setembro de 1991.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 8 de outubro de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal.

ANEXO
QUADRO DE PESSOAL DO SENADO FEDERAL
PARTE PERMANENTE
CATEGORIA FUNCIONAL DE ANALISTA LEGISLATIVO
ASCENSÃO FUNCIONAL
(Ato do Presidente nº , de 1991)

NOME	SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA	
	CATEGORIA FUNCIONAL	CLASSE	PADRAO	AREA	CATEGORIA FUNCIONAL ANALISTA LEGISLATIVO	AREA DE ESPECIALIZAÇÃO ORÇAMENTO PÚBLICO
					CLASSE	PADRAO
IGOR MARCOS ROCHA STEPANSKI	Técnico Legislativo	Especial	III	Processo	2ª	IV

ATO DO PRESIDENTE Nº 727, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 e no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que

consta do Processo nº 016.808/91-6, Resolve nomear **JOÃO EMILIO FALCÃO COSTA FILHO**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, código SF-DAS-102.1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Pedro Simon.

Senado Federal, 8 de outubro de 1991. — Senador **Mauro Benevides**, Presidente do Senado Federal.